

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 148

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 098ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
02 DE DEZEMBRO DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pesutti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada sem a observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 054/2002

Curitiba, 29.11.2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de submeter à consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa modificações ao Ante-

projeto de Lei encaminhado através da Mensagem nº 040/2002, de 26 de setembro de 2002, em conformidade com a Constituição do Estado do Paraná, art. 13, parágrafo 5º, para que sejam incluídas na Proposta Orçamentária para o exercício de 2003.

As modificações em anexo, alteram os Orçamentos da Secretaria de Estado dos Transportes, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, da Secretaria de Estado da Segurança, da Justiça e da Cidadania, da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Tais alterações decorem de algumas providências que tiveram que ser adotadas pelo Governo Estadual na execução do orçamento de 2002, ocasionadas pelas imposições legais vigentes, principalmente as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2002, e que repercutirão na execução do Orçamento do Estado no exercício de 2003, que desta forma necessita ser readequado.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

ANEXO À MENSAGEM Nº 054/2002

Alteração 1 - SETR

Acrescer na atividade 2381 - Fomento Rodoviário aos municípios da Secretaria de Estado dos Transportes, no elemento de despesa 4490.42 - Auxílios R\$1.150.000,00 (um milhão cento e cinquenta mil reais) na fonte 00 - Recursos Ordinários não Vinculados, destinados a obras de calçamento polidétrico no município de Foz do Iguaçu e no elemento de despesa 4490.92 - Despesas de Exercícios anteriores, fonte 25 - Venda de Ações e/ou Devolução de Capital Subscrito o valor de R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais), acrescer no mesmo Projeto 1185- Programa de Manutenção, Restauração e Melhorias de Rodovias do Estado do Paraná - BID V, da Secretaria de Estado dos Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem, no elemento despesa 4490.92 - Despesas de Exercícios Anteriores, R\$36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais) sendo R\$34.600.000,00 (trinta e quatro milhões e seiscentos mil reais), na fonte 21- Operações de Crédito Externa-BID V e R\$1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), na fonte 25 - Venda de Ações e/ou Devolução de Capital Subscrito e cancelar no projeto 1185, no Elemento de Despesa - 4490.51 - Obras e Instalações R\$34.600.000,00 (trinta e quatro milhões e seiscentos mil reais) da fonte 21 - Operações de Crédito Externa - BID V e R\$9.400.000,00 (nove milhões e quatrocentos mil reais) da fonte 25 - Venda de Ações e/ou Devolução de Capital Subscrito, na obra 01 - Implementar o Pro-

grama de Manutenção, Restauração e Melhoria de Rodovias, cancelar R\$1.150.000,00 (um milhão cento e cinquenta mil reais) da atividade 2380 - Conservação e Manutenção do Sistema Rodoviário Estadual, na fonte 00-Recursos Ordinários não Vinculados, elemento de despesa 4490.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Alteração 2 - Sedu

No Projeto 1136 - Recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU geridos pela Paranacidade, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, acrescentar R2.350.000,00 (dois milhões trezentos e cinquenta mil reais) no elemento de Despesa 4490.42 - Auxílios, na fonte 00 - Recursos Ordinários não Vinculados, destinados a implantação de Recapeamento Asfáltico em vias urbanas de Foz do Iguaçu, e R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) no Elemento de Despesa 4490.42 - Auxílios, na fonte 41 - Retorno de Programas Especiais-FDU, cancelando R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na atividade 9.900- Reserva de Contingência, da Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da SEFA, fonte 00 - Recursos Ordinários- Não vinculados, R\$1.350.000,00 (um milhão e trezentos e cinquenta mil reais), na atividade 2380 - Conservação e Manutenção do Sistema Rodoviário Estadual da, fonte 00 - Recursos Ordinários - Não Vinculados, no elemento de despesa 4490.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica e R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), no elemento 4490.47 - Obrigações Tributárias e Contributivas, no Projeto 1136 - Recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU geridos pela Paranacidade, na fonte 41 - Retorno de Programas Especiais - FDU.

Alteração 3 - SESJ

No Projeto 1028 - Investimentos para a Segurança Pública, da Secretaria de Estado da Segurança, da Justiça e da Cidadania, acrescentar R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), no elemento de despesa 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, na fonte 00 - Recursos Ordinários - Não Vinculados, cancelando R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais) na Secretaria de Estado dos Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem, na fonte 00 - Recursos Ordinários - Não vinculados, sendo R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) da atividade 2380 - Conservação e Manutenção do Sistema Rodoviário Estadual, no elemento 4490.51 - Obras e Instalações - Obra 001 e R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) do Projeto 1180 - Construção de Obras Rodoviárias, elemento de despesa 4490.51 - Obras e Instalações, dos quais R\$500.000,00 na obra 007, R\$500.000,00 na obra 011, R\$2.000.000,00 na obra 012 e R\$1.000.000,00 na obra 020.

Alteração 4 - SERT

Acrescer na atividade 2303 - Intermediação do Emprego - da Secretaria de Estado do Emprego e Rela-

ções do Trabalho, no elemento 4490.42 - Auxílios, Fonte 00 - Recursos Ordinários - Não Vinculados, o valor de R\$677.000,00 (seiscentos setenta e sete mil reais) reduzindo na fonte 00 - Recursos Ordinários - Não Vinculados, na mesma atividade no elemento 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, o valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) na atividade 2.300 - Qualificação Profissional, no elemento de Despesa 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, o valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e na atividade 2298 - Coordenação e Manutenção de Atividades Administrativas da SERT R\$77.000,00 (setenta e sete mil reais) no elemento de despesa 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica.

Alteração 5 - Sema

Acrescer na atividade 2354 - Execução das ações do Paraná Ambiental - SUDHERSA - na Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, na fonte 00 - Recursos Ordinários - Não Vinculados, no elemento de despesa 4490.42 - Auxílios R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), destinados a obras de drenagem de águas fluviais e canalização de córregos em áreas urbanas de risco, em Foz do Iguaçu, cancelando R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na atividade 9.900 - Reserva de Contingência, da Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da SEFA, fonte 00 - Recursos ordinários - não vinculados e R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) da atividade 2380 - Conservação e manutenção do Sistema Rodoviário Estadual, no elemento 4490.51 Obras e Instalações - Obra 001.

Ofício:

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 06.11.2002

Senhor Presidente:

Através do presente, encaminhamos a V. Exa. para que sejam adotados os procedimentos legais, o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito de Fórum de Curitiba, bem como a ata da 9ª Reunião da CPI, que apreciou e deliberou pela Aprovação do referido relatório, dando por encerrado os trabalhos da comissão.

Agradecendo as atenções que sempre recebemos de V. Exa. aproveito o ensejo para reiterar protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente.

(a) DUÍLIO GENARI

Presidente da CPI do Fórum

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2584

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, após ouvido o douto Ple-

nário, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 031/99, o qual institui o Bônus Verde - Paraná Mais Limpo, e dá outras providências conforme especifica.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2585

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 132/2002, o qual autoriza o Poder Executivo a instituir o Passe Escolar Metropolitano.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2594

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2592

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 618/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, item nº 18, da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, por 1 Sessão, que autoriza o Poder Executivo a compensar os débitos decorrentes de ativos do Banestado.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Eli Ghellere, Neivo Beraldin, Antonio Annibelli.

REQUERIMENTO Nº 2572

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto plenário, seja consignado em Ata dos Trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do professor Riad Salamuni, ocorrido sábado último, 30 de novembro de 2002, nesta Capital.

Requer ainda, que se dê ciência deste requerimento à Sra. Hôda Elias Salamuni, viúva do extinto, à rua Brasília Itiberê, 384, em Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento: Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

O professor Riad Salamuni, faleceu no último sábado, no Hospital Santa Cruz, onde havia se submetido a cirurgia de ponte de safena, vítima de complicações em razão de diabetes.

Professor titular da Universidade Federal do Paraná, e doutor em Geologia, Riad Salamuni foi o primeiro Reitor eleito da história da UFPR e considerado como referência para todos os reitores. Exerceu também as funções de Presidente da Mineropar, empresa do governo do Estado.

Sempre envolvido no processo político do Estado, Riad Salamuni era pessoa de muitos amigos. Casado com Sra. Hôda Elias Salamuni, deixa quatro filhos, um dos quais o Vereador Paulo Salamuni e dois netos.

Por este requerimentos, queremos nos solidarizar com a família enlutada, manifestando nosso profundo pesar e sinceras condolências.

REQUERIMENTO Nº 2583

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, a V. Exa., a inserção, na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, votos de profundo pesar pelo falecimento do professor Riad Salamuni.

A sociedade curitibana e paranaense perde um de seus mais ilustres filhos, o ex-reitor da Universidade Federal do Paraná, professor Riad Salamuni. Na justificativa em anexo, procuramos eternizar nesta Casa de Leis a passagem dessa figura impar dentro da comunidade universitária e da sociedade paranaense.

Requer ainda, uma vez aprovado o presente, que do mesmo se dê conhecimento à senhora professora Hôda Elias Salamuni e a seus familiares, entre eles o vereador de Curitiba Paulo Salamuni.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Todos morremos, e corremos sobre a terra como as águas, que não voltam mais.” (Reis, cap. 14, v.14)

Possivelmente, mais que a qualquer outro se aplica esse versículo bíblico ao nosso querido, estimado e insubstituível e sempre eterno professor Riad Salamuni, porque sabia ele ser essa uma grande verdade na extensão da palavra. A vida, como as águas, correm e não voltam mais. Viveu ele cada dia de sua vida como o único e o mais importante. Defendeu ele cada palmo de água que se ia, porque tinha a plena convicção de que ambas corriam sobre a terra para não mais voltar.

Buscando subsídios, como vereador de Curitiba, para defender as águas e o meio ambiente como um todo, foi que tive a a honra e a felicidade de conhecer a conquistar como amigo esse grande homem, cidadão magnânimo cuja perda aqui lamentamos. Quem foi Riad Salamuni? Doutor em Geologia, primeiro reitor eleito da Universidade Federal do Paraná - “fato que estabeleceu

um marco histórico para a comunidade universitária e também, para a sociedade paranaense”, professor de Geologia da UFPR que durante mais de 40 anos transmitiu seu saber a milhares de alunos, presidente da Mineropar, empresa do governo do Estado, marido e pai exemplar de numerosa família, cidadão responsável de seu dever para com sua pátria.

Riad Salamuni foi tudo isso, mas para aqueles que o conheceram foi muito mais do que a sociedade pode esperar de um homem de bem. A vida de comunicador e parlamentar tem nos mostrado que, para que homem seja digno do respeito e da estima de seus contemporâneos, para que mereça ser lembrado e abençoado pelas gerações futuras, para que seu nome ocupe uma página perene na história, é necessário que tenha ele se despedido das vaidades e do orgulho do mundo para vestir a capa da justiça, do patriotismo, da generosidade e do servir ao próximo com as virtudes de verdadeiro cristão, como Jesus ensinou.

O professor Riad Salamuni - que conheci como brilhante profissional, cidadão exemplar e amigo leal - pude, desde logo, identificar um desses poucos homens que tive a graça de conhecer. Esse foi o caráter que distinguiu esse grande cidadão. Simples, despedido de vaidade, de orgulho e de preconceitos no exercício de sua tão útil e nobre profissão. Religioso sem fanatismo. Cidadão consciente e responsável, mostrou nas oposições assumidas que, desde cedo foi adornado de todas as virtudes e seu espírito foi cultivado nos estudos que o prepararam para assumir papel tão relevante dentro de nossa sociedade.

Riad Salamuni, geólogo, professor, cidadão íntegro, jamais perdeu a bondade de seu coração, jamais negou-se a colaborar com todos que dele precisavam ou que recorriam às suas luzes. Como aconteceu com este parlamentar que, inúmeras vezes, solicitou seu vasto saber e conhecimento para esclarecer ouvintes, para ministrar palestras e participar de debates. E além de tudo, era ele quase um profeta naquilo que tão bem conhecia e amava: o solo. Dizia ele “se não souberem respeitar o solo do Paraná vão acabar por transformá-lo num deserto. Os mananciais da Serra do Mar estão sendo destruídos e deles o Paraná não pode prescindir”. E, há mais de vinte anos predizia: “Vai faltar água em Curitiba porque os governantes não se preocupam com o uso do solo.”

Um coração generoso e desinteressado, um espírito privilegiado, uma vida voltada a construir o homem e o mundo de forma digna e útil para todos. Não apenas para aqueles que eram seus, com os quais tão bem soube conviver e educar: sua esposa e companheira, a também grande e respeitada professora Hôda Elias Salamuni e seus quatro filhos. Entre esses o destaque para nosso companheiro de lutas, vereador Paulo Salamuni que segue os passos do pai na vontade de servir e construir.

Ao inesquecível e sempre professor Riad Salamuni, o agradecimento, a homenagem e o “Deus lhe pague” do povo paranaense pela vida que, como as águas

limpas e puras, deixou que escorresse tão generosamente sobre este solo.

REQUERIMENTO Nº 2586

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de pesar aos familiares do professor doutor Riad Salamuni, pelo falecimento ocorrido no último sábado, dia 30 de novembro. O Paraná perde uma das suas mentes mais brilhantes, que tanto contribuiu para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida em nosso Estado.

Solicito a especial gentileza em notificar a Sra. Hôda Elias Salamuni a cerca do voto em apreço, sito à rua Brasília Itiberê, 384, nesta capital.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) MARCOS ISFER

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk.

REQUERIMENTO Nº 2587

Senhor Presidente.

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após aprovação do duto plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do Diego Antônio Caliari, ocorrido na madrugada do dia 02 de dezembro de 2002, em Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade do Bairro de Santa Felicidade e todos os que tiveram a ventura de participar do convívio de Diego Antônio Caliari, estão enlutados e pesarosos em virtude do seu falecimento.

Diego era filho de Ari e Ana Isabel Caliari, família tradicional do bairro.

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento do Poder Legislativo paranaense à memória de Diego Antônio Caliari.

Endereço para correspondência:

Ilma. família Ari e Ana Isabel Caliari, rua Fredolin Wolf, 5415 CEP - 82410-330 - Curitiba-PR.

REQUERIMENTO Nº 2580

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de São Carlos do Ivaí pela passagem, no próximo dia 16 de dezembro/2002, de seus 46 anos de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Fiori Antonio Tessaro, prefeito

municipal, ao vice-prefeito, senhor Arlindo José Flores, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentam a laboriosa população de São Carlos do Ivaí.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nada mais confortante para o nosso espírito cívico e a nossa fé no Paraná, que saudar efusivamente toda a população do município de São Carlos do Ivaí, pela passagem de seus 46 anos, cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encarar a confiança da população com a invencível segurança transmitida por uma longa e gloriosa tradição de serviços prestados.

Vemos com muita alegria que o esforço, a dedicação e trabalho diuturno desenvolvido por seus administradores de todos os tempos não foi em vão, mas sim, contribuiu para despertar a crença num futuro voltado ao progresso cada vez maior daquela região.

REQUERIMENTO Nº 2581

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Floraí pela passagem, no próximo dia 15 de dezembro/2002, de seus 46 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Antonio Henrique Vernilho, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Sr. José Carlos Ratti, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Floraí.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população de Floraí orgulhosamente irá comemorar, no próximo dia 15 de dezembro, seus 46 anos de emancipação política. A união de povo e administração municipal tem colaborado sobremaneira para o constante progresso deste município.

Cumprimentamos efusivamente toda a comunidade, e, principalmente aqueles que, como nós, acreditam que é somente através de um trabalho incessante que se obtém segurança para um futuro melhor.

Muito bem administrado pelo atual prefeito Antonio Henrique Vernilho que através de um trabalho sério e honesto e contando com o prestimoso apoio de seus munícipes, está desenvolvendo com eficácia tudo o que planejou anteriormente.

Portanto, é justo que na significativa data de 15 de dezembro, prestemos nossa homenagem de gratidão e reconhecimento a laboriosa população de Floraí.

REQUERIMENTO Nº 2585-A

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, votos de louvor, congratulações e aplausos à professora doutora Alcione Vasconcelos Saliba, pelo recebimento da insígnia e diploma da ordem nacional do mérito educacional, das mãos do Exmo. Sr. Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados em favor da educação do Estado do Paraná.

Trata-se de profissional com reconhecimento nacional e internacional, portanto merecedora de nossa homenagem.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2589

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Diretora, o encaminhamento de ofício ao senhor ministro da Previdência Social, encabeçando o Ofício-Circular nº 57/2002, de 31 de outubro de 2002, - cópia anexa - firmado pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Paranavaí, presidido pela Sra. Liria Inês Bales-tieri.

Requerido ainda, que, da decisão, se encaminhe cópia para o Conselho Municipal de Assistência Social, Rua Pará, 1125 - CEP: 87703-210-Paranavaí, à atenção da senhora presidente.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) LUZI ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

As propostas assinaladas na III Conferência Nacional de Assistência Social, são merecedoras de profunda análise, dada a importância que as mesmas representam para o asseguramento da cidadania de todo e de cada brasileiro.

Propostas apresentadas na III Conferência Nacional de Assistência Social

- Realizar gestão junto à esfera federal para criação do Ministério de Assistência Social.

- Assegurar constitucionalmente o percentual de, no mínimo, 5% do orçamento da Seguridade Social além dos recursos destinados ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), e 5% dos orçamentos dos Estados e dos municípios.

- Redução imediata da idade de 67 para 65 anos, quando da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), com redução gradativa até 60 anos, no ano de 2005, buscando coerência com a Lei nº 8842/94 que institui a Política Nacional do Idoso.

- Restabelecer a equipe técnica multi-profissional com médicos, assistentes sociais, fonoaudiólogos e outros profissionais do SUS e INSS para análise do grau

de deficiência quando da concessão do BPC, garantindo capacitação permanente desses profissionais.

- Envolver a frente parlamentar da Assistência Social no sentido de garantir que os recursos das emendas parlamentares sejam repassadas ao Fundo de Assistência Social e estejam voltados para a operacionalização das ações previstas nos Planos de Assistência Social.

- Efetivar a descentralização político-administrativa, com efetiva partilha de poder, respeitando a autonomia dos municípios e as decisões locais referentes aos programas, projetos e serviços implementares a partir dos planos de Assistência Social.

- Garantir que as transferências dos Fundos Nacional e Estaduais de Assistência Social, a título de financiamento, não sejam vinculados aos programas, projetos e serviços assistenciais, ficando os CMAS responsáveis pela definição de critérios e destinatários, de acordo com a realidade e necessidades locais.

- Estabelecer e cumprir calendário de transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para os fundos estaduais e municipais.

- Garantir a implementação de uma política nacional de capacitação prestadores de serviços, usuários e parlamentares nas três esferas de governo, financiada com recursos de FNAS, e elaborada em parceria com os conselhos das três esferas, universidades, envolvendo o Ministério Público e executada de forma descentralizada e regionalizada.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 28/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Acrescenta inciso ao artigo 30, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a seguinte redação:

“Art. 30. As Comissões Permanentes são:

I - ...

XVIII - Comissão dos Alimentos.”

Art. 2º - Acrescenta § ao artigo 33 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a seguinte redação:

“Art. 33 - ...

§ 1º - ...

§ 18 - à Comissão de Alimentos compete manifestar-se sobre proposição e assuntos relativos a alimentos, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas aos alimentos.”

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
CEZAR SILVESTRI - Relator

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 29/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovado o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, criada pela Resolução nº 018/2001, de 29 de novembro de 2001.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
CEZAR SILVESTRI - Relator

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS ALIMENTOS

I. APRESENTAÇÃO

A Resolução nº 018/01, de 28 de novembro de 2001, chamada “Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos” (CPI), foi criada com a finalidade de apurar os fatos relacionados às seguintes questões:

1 - Os componentes de formação dos preços do leite e seus derivados, desde a produção à comercialização no varejo;

2 - Os componentes de formação dos preços das carnes, bovina, suína e de frangos, assim como de seus subprodutos, abrangendo todas as etapas, desde a produção à comercialização no varejo;

3 - Os componentes de formação dos preços dos hortifrutigranjeiros e do café, desde a produção à comercialização no varejo;

4 - Índícios de cartelização na formação dos preços nos setores indicados nos itens anteriores.

COMPONENTES DA CPI

Deputados Titulares:

Presidente da Comissão:

Orlando Pessuti

Vice Presidente da Comissão:

Plauto Miró Guimarães Filho

Relator - Cezar Silvestri

Vice-relator - Eli Ghellere

Luciana Rafagnin

Ademir Bier

Pastor Edson Praczyk

Ricardo Maia

Nelson Tureck

Miltinho Puppio

Hidekazu Takayama

Deputados Suplentes:

José Maria Ferreira

Duílio Genari

Edson Strapasson

Divanir Braz Palma

Hermes Fonseca
 Antonio Carlos Belinati
 Sergio Spada
 Serafina Carrilho
 Ricardo Chab
 Luiz Fernandes Litro

EQUIPE DE APOIO

Coordenação Técnica:

Jane E. Setenareski – Med. Vet. – Bloco Agropecuário da ALEP.

Sub-Coordenação Técnica:

Osmar S. Buzinhani – Med. Vet. SEAB/Deral/Conesa

Assessoria Jurídica e Legislativa:

Carlos Freire Faria
 Everlei Terezinha Cleto – Secretária da CPI dos Alimentos

Carlos Eduardo Carazzai

Assessoria Administrativa:

Maria Regina Subtil

Jornalista:

Aírton Vivian

Taquigrafia:

Equipe da Assembléia Legislativa do Paraná

II. ENTIDADES DE APOIO AOS TRABALHOS DA CPI

Associação dos Municípios do Paraná – AMP
 Associação Paranaense de Cafeicultores - Apac
 Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da raça Holandesa - APCBRH
 Associação Paranaense de Criadores da Raça Jersey – APCRJ
 Associação Paranaense de Suinocultura – APS
 Associação Paranaense dos Supermercados – Apras
 Associação dos Produtores da Região de Curitiba – Aprotiba
 Associação dos Fornecedores a Supermercados do Paraná - Assosuper
 Associação dos técnicos Agropecuários do Estado do Paraná - Ataepar
 Câmara Setorial de Piscicultura do Paraná
 Centrais de Abastecimento do Paraná S/A – Ceasa/PR
 Colônia dos Pescadores do Litoral Paranaense
 Cooperativa dos Pescadores do Paraná
 Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária - Conesa
 Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Crea-PR.
 Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV-PR

Coordenação da Receita do Estado da Secretaria da Fazenda do Paraná

Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater-PR

Federação da Agricultura do Estado do Paraná – Faep

Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná – Fetaep

Frente Sul dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – Fetrafsul

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa-DFA-PR.

Ministério Público do Estado do Paraná

Promotoria de Defesa do Consumidor – Procon-PR
 Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná – Seab

Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – Sesa

Sindicato das Industrias de Carnes e Derivados do Paraná – Sindicarne

Sindicato das Industrias de Laticínios do Estado do Paraná - Sindileite

Sindicato dos Médicos Veterinários do Paraná – Sindivet

Sindicato e Organização das Cooperativas do Paraná – Ocepar

III. CPI DOS ALIMENTOS - “A CADEIA PRODUTIVA DO LEITE - FASE 1” .

Sub-relator:

Deputado Eli Ghellere

Assessoria Técnica:

Luiz Augusto Pfau - Med. Vet. – Emater/Pr

Osmar Serafim Buzinhani - Med. Vet. – Seab/Deral/Conesa

1. CONDUÇÃO DOS TRABALHOS

A CPI Fase 01 – Leite, desde sua instalação no dia 28 de novembro 2001, passou a reunir-se às terças-feiras, em reuniões ordinárias. Sua primeira atuação foi a de convidar todas as entidades de representação e órgãos públicos que atuam junto à Cadeia Produtiva do Leite, programando de forma integrada, a condução dos trabalhos de diagnóstico.

Ela realizou 07 Audiências Públicas Regionais em Ponta Grossa e Guarapuava (29.01.02), Francisco Beltrão e Cascavel (30.01.02), Maringá e Londrina (31.01.02) e em Curitiba (27.02.02), ocasiões em que teve a oportunidade de ouvir produtores de leite e suas entidades de representação, bem como técnicos do setor, industrias de laticínios e varejistas estabelecidos nessas diferentes regiões. As Audiências Públicas contaram com a participação do representante do Ministério Público e do Procon do Paraná, contribuindo decisivamente para o bom andamento dos trabalhos.

A CPI também participou de uma reunião, a convite, em Paranavaí (04.03.02), onde recebeu de lideranças, importantes documentos relacionados ao setor produtivo leiteiro daquela região.

Na sequência, convocou a Ocepar - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, o Sindileite - Sindicato das Indústrias de Laticínios do Paraná, a Apras - Associação Paranaense dos Supermercados, a Assosuper - Associação Paranaense dos Fornecedores a Supermercados do Paraná, a Tetra Pak, única fornecedora de embalagens cartonadas para leite longa vida (UHT) no momento e os mais influentes grupos varejistas de supermercados que atuam no Paraná: Condor, Extra, Wal Mart, Sonae e Carrefour.

No dia 03 de abril, o Presidente da CPI, Deputado Orlando Pessuti e o Relator, Deputado Cezar Silvestri, participaram de uma reunião na Ocepar e a entidade solicitou à CPI que, mesmo após a conclusão dos trabalhos, se transformasse em uma Comissão Permanente, para o acompanhamento das políticas relacionadas ao Setor Produtivo de Alimentos do Paraná.

2. JUSTIFICATIVAS

O Paraná está entre os 05 maiores estados produtores de leite do Brasil, com mais de 02 bilhões de litros/ano, conforme dados do Departamento de Economia Rural da Seab, o que representa aproximadamente 10% do leite produzido no país, cerca de 20,8 bilhões de litros/ano.

A média de produção por produtor paranaense está próxima aos 170 litros/dia, enquanto que a média nacional está ao redor dos 70 litros/dia.

No Paraná estão localizadas as melhores bacias leiteiras do país, no que diz respeito à produtividade e genética dos rebanhos. A produção de leite é uma das mais importantes atividades do agro-negócio estadual.

Além de sua importância econômica e de propiciar uma renda mensal aos produtores, ocupar papel relevante no campo social, pois representa uma das atividades do setor agropecuário que mais emprega mão-de-obra, principalmente mão-de-obra familiar.

Somente no campo mais de 100 mil famílias dependem da atividade leiteira. Estima-se que para cada produtor de leite, 30 outros empregos diretos e indiretos estão envolvidos. Por outro lado, mais de 480 tipos de derivados podem ser industrializados a partir do leite, representando um enorme potencial para a agro-industrialização do Paraná.

Nas últimas décadas foram grandes os esforços e investimentos direcionados pelo poder público e pela iniciativa privada do Paraná para elevar a produção leiteira. Os aumentos anuais superiores a 7% confirmam essas ações.

O aumento da produção e a liberação dos preços e das importações forçaram a cadeia produtiva a passar por grandes mudanças: surgiram indústrias com tecnologia

de ponta e mais agressivas, o segmento varejista, representado pelas modernas redes de supermercados, que passou a atuar nas diversas regiões do Paraná, visualizou o grande potencial do leite e seus derivados na busca da clientela e do faturamento, impondo novas condições nas negociações com seus fornecedores.

Por outro lado, o setor primário, não obstante o empenho de suas lideranças no propósito de uma organização mais eficiente, continua sendo o elo mais fraco da cadeia produtiva, estando ainda, nos dias atuais, à mercê das políticas de preço dos fornecedores de insumos, da indústria de laticínios, do segmento varejista e até de importações indiscriminadas.

Neste cenário, a Assembléia Legislativa do Paraná criou a presente CPI, visando investigar todos os aspectos relacionados com a formação de preços do leite, desde os produtores até os consumidores finais.

3. ASPECTOS RELACIONADOS COM A PRODUÇÃO DE LEITE.

3.1 Sistemas de Produção:

O Paraná, não diferentemente de outros Estados Brasileiros, apresenta uma heterogeneidade nos sistemas produtivos, predominando a presença de pequenas propriedades que exploram a atividade leiteira com diferentes tecnologias, onde o leite, praticamente é a única fonte de renda dessas propriedades.

3.2 Organização dos Produtores:

Os produtores de leite não possuem uma organização específica para defesa dos interesses da categoria no Paraná. Apesar de existir uma forte presença de sindicatos, cooperativos e entidades de representação de categorias econômicas que atuam no setor agropecuário como um todo, os resultados em prol da atividade leiteira, especificamente, ainda tem sido frágeis, principalmente no tocante a estabilidade dos preços.

Então, somente com uma forte união entre todos os produtores de leite, se neutralizará essa fragilidade e as negociações, hoje pulverizadas e com resultados negativos, poderão se traduzir em preços mais condizentes com os custos de produção.

Vale a pena destacar que os depoimentos prestados nas audiências públicas da CPI, sobre a organização de produtores, em grupos, associações e cooperativas, demonstraram que aumenta consideravelmente o poder de negociação, conseguindo pelo leite preço superior ao obtido por pequenos produtores que comercializam individualmente.

Exemplo de organização, como o da Comissão de Pecuária de Leite da Federação da Agricultura do Paraná, a qual busca incessantemente unir e integrar forças, inclusive entre os produtores e as indústrias organizadas, deveria ser seguido pelas demais entidades de representação existentes.

A recomendação é que as entidades de representação estadual criassem um comitê único, para atuar, exclu-

sivamente nas políticas do setor leiteiro e em condições de agir em todo o Paraná.

3.3 Preço recebido x custo de produção:

Os dados apresentados por produtores, suas entidades e técnicos da Emater-Pr, revelaram que o custo médio total de produção de leite variava, na época da realização das audiências públicas da CPI, entre R\$0,33 a R\$0,37 por litro. Os produtores, por sua vez, receberam no mesmo período, preços médios variando entre R\$0,16 e R\$0,30 por litro.

Produtores relataram que em 1996 vendiam o leite a um preço médio de R\$0,25 e em 2001 venderam a R\$0,28, por litro, com um aumento de 12%. Porém, em 1996 pagavam por um litro de diesel R\$0,35 e em 2001 R\$0,85, portanto um aumento de 142,8%. Hoje o produtor de leite da região de Londrina recebe o mesmo preço que recebia há 10 anos atrás.

É grande o número de produtores que investiram na melhoria da produtividade e da qualidade, porém, hoje os rebanhos estão sendo vendidos, inclusive para o abate, provocando desemprego, diminuição de renda, principalmente nos pequenos municípios, onde a atividade leiteira tem papel de destaque na movimentação do comércio local e na arrecadação de tributos.

O preço dos insumos registra alta constante, não acompanhada pela variação de preços de venda do produto.

3.4 Atuais regras de comercialização x preços pré-fixados x contratos:

Os depoimentos prestados nas audiências públicas e os documentos fornecidos a CPI, revelaram que as indústrias de laticínios adotam a prática de só definir o preço pago pelo leite aos produtores fornecedores após a entrega do produto para a industrialização, de modo que ele só tem conhecimento do preço que receberá após vencido um certo período de tempo.

O prazo varia entre 10 a 25 dias após o fechamento do mês correspondente à entrega da produção leiteira.

As indústrias, questionadas pela CPI durante as audiências públicas, prestaram depoimentos declarando que este fato acontece porque elas também não têm certeza a que preços venderão, no mesmo período.

Como não sabem o que vão receber, alegaram, não ter condições de fixar o preço a ser pago aos produtores.

A CPI entende que esta conduta é injusta e ilegal, podendo caracterizar infração à ordem econômica nos termos da Lei 8.884 de 11 de Junho de 1994.

O contrato de compra e venda da produção leiteira, feito pela indústria com o produtor, é típico contrato oneroso comutativo, aquele que as prestações de ambos os contraentes são certas e determinadas.

“... Cada uma das partes sabe que dá e recebe, sendo o negócio eficaz, e sabe, em princípio, quanto dá e quanto recebe em troca”. Segundo a doutrina de direito civil adotada pelo Código Civil (Direito das Obrigações – Antunes Varela – Rio – Editora Forense – 1977 – parágrafo 45 – página 151).

Ele não está sujeito a fatos futuros ou a risco, como é da natureza dos chamados, contratos aleatórios, regulados pelo Artigo 1118, do Código Civil.

Além disso, o Artigo 1125 do Código Civil estabelece que “nulo é o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a taxação do preço”.

É verdade que o Artigo 1124 do Código Civil permite que se deixe a fixação do preço “à taxa de mercado ou da bolsa em certo e determinado dia e lugar”. Mas isso, evidentemente não quer dizer deixar a sua estipulação a um de seus contraentes.

A CPI considera que a existência dessa situação obriga a adoção de um preço de referência mínimo, a ser negociado periódica e antecipadamente pela indústria com o produtor, de modo que ele tenha conhecimento prévio e a certeza de quanto vai receber pela venda da produção.

A CPI também irá formalizar uma proposta ao órgão competente no âmbito federal, para inclusão do leite nas normas e políticas de preços mínimos PGPM, com a finalidade de por um fim a essa situação.

A falta de um preço básico antecipado à entrega do leite dificulta a administração eficiente da atividade e, principalmente, o controle dos custos de produção através do manejo e alimentação do rebanho, conforme a perspectiva do preço a receber.

Isso tem causado enormes prejuízos a todos os produtores de leite paranaenses, tanto aos mais tecnificados quanto aos pequenos produtores, os quais tem na produção leiteira uma das únicas alternativas de subsistência em suas pequenas propriedades rurais.

Depoimentos prestados por produtores nas audiências públicas também revelaram a CPI, por outro lado, que os produtores estão, na prática, vinculados à determinada indústria na venda do leite. Se o produtor vende o seu leite para uma, não tem condições de vendê-lo para outra indústria. Ela não faz negócio com esse produtor, a pretexto de que ele já é cliente ou fornecedor da outra indústria.

A recusa na compra de leite do produtor por uma indústria por esse motivo pode configurar conduta comercial uniforme ou concertada entre concorrentes caracterizadora de infração à ordem econômica, nos termos da Lei nº 8.884 de 11 de Junho de 1994.

Finalmente os depoimentos prestados nas audiências públicas à CPI comprovaram que a maioria das indústrias não possui programa de pagamento adicional para a qualidade do leite.

Os produtores aumentam seus custos para produção de leite com melhor qualidade, sem repercussão no preço de venda do produto.

3.5 Assistência técnica x profissionalização do produtor:

Os depoimentos prestados nas audiências públicas e investigações realizadas pela CPI deixaram evidente que a assistência técnica oficial não atinge à maioria dos

pequenos produtores de leite, destinatários oficiais das políticas de governo estadual e federal.

Eles também revelaram que a maioria das indústrias não põem à disposição de seus produtores for.

Isso faz com eles apresentem coeficientes técnicos insatisfatórios e não consigam os resultados econômicos necessários para tornar a atividade lucrativa.

Esforços isolados de entidades como a Faep, através do Senar, da Ocepar, através do SESCOOP, da Seab, através da Emater com recursos da Sert e, inclusive, do Sebrae, tem proporcionado treinamento e capacitação para um elevado número de produtores de leite no Paraná. Porém, há necessidade de convergir os recursos e serviços existentes, para que a totalidade dos produtores seja atingida, assim como de nivelar o conhecimento dos técnicos que atuam no setor.

Essas entidades, cientes dessa realidade, estão buscando integrar suas ações, convergindo recursos e esforços para a obtenção de melhores resultados possíveis.

3.6 Acesso a linhas de créditos x recursos disponíveis:

Os depoimentos prestados nas audiências públicas e as investigações realizadas pela CPI evidenciaram que não faltam linhas de crédito para o produtor investir na melhoria da atividade.

A grande reclamação dos produtores, todavia, é de que há constante e absoluta falta de recursos nas linhas de créditos existentes, principalmente em relação ao Pronaf.

Nos bancos particulares não há recursos e nos agentes oficiais, os recursos existentes não atendem a demanda.

No Proleite, assim como em outras linhas de crédito, quando há recursos, a burocracia imposta pelos agentes financeiros, tais como: excesso de garantias, de exigências de crédito, de contrapartidas, como aquisição de produtos do banco, dificulta ou impossibilitam a efetivação da operação do crédito.

3.7 Deficiência na infra-estrutura:

Nas audiências públicas foram unânimes as reclamações em relação a alguns fatores que elevam os custos de produção ou causam prejuízos aos produtores de leite.

a) Transporte - As péssimas condições das estradas, encarecem os custos da produção, tanto para produtores quanto para as indústrias de laticínios, além de interferir na qualidade do leite;

b) Energia elétrica - Muita propriedade ainda não tem energia elétrica. As propriedades atendidas pelo "Clic Rural" têm sérios problemas de adequação das máquinas e equipamentos, onerando os produtores. Além disso, o abastecimento de energia sofre interrupções sem aviso da Copel e quando ocorrem quedas há demora no restabelecimento, prejudicando ordenhas, o resfriamento do leite e causando doenças nos animais;

c) Máquinas e Equipamentos - Os utilizados na atividade leiteira, nem sempre estão dentro de padrões de confiabilidade, eficiência e durabilidade. (Exemplos foram citados de ordenhadeiras que não produzem vácuo

suficiente, tubulações fora de padrão, resfriadores que não atendem às exigências de adequar o leite à temperatura exigida pela legislação);

d) Verifica-se que nesse segmento há uma certa concentração de fornecedores, principalmente dos de ordenhadeiras mecânicas. No Paraná não há um órgão que fiscalize a qualidade das máquinas e equipamentos vendidos aos produtores.

Os órgãos públicos e entidades de representação podem suprir essa lacuna, fazendo ampla divulgação das normas de padrão de qualidade junto aos produtores.

4 - ASPECTOS RELACIONADOS COM A INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS NO ESTADO DO PARANÁ:

4.1 Caracterização do setor industrial paranaense:

As informações disponíveis nos diversos segmentos do setor de laticínios dão conta que aproximadamente 70% da produção leiteira do Paraná, é captada por não mais que 07 grandes indústrias, algumas pertencentes ao capital estrangeiro. O restante da produção é consumido por um grande número de pequenos e médios laticínios, localizados em todas as regiões do Paraná.

O Setor Cooperativista do Paraná atua através de 26 cooperativas, seis unidades industriais e é responsável pela movimentação de 52% da produção inspecionada do Estado.

O parque industrial lácteo, principalmente das grandes indústrias está voltado à produção de leite fluído, com destaque para o UHT.

No Paraná, apenas uma indústria produz leite em pó, existindo a necessidade, conforme depoimentos durante as audiências públicas, de nova indústria a ser localizada em regiões com maior capacidade de produção leiteira.

Em seus depoimentos, durante as audiências públicas de entidades de representação dos produtores e das indústrias de laticínios a CPI, houve muitas gestões em relação às necessidades do segmento leiteiro, na busca de sua sobrevivência, estruturar-se visando à exportação dos excedentes lácteos.

O Paraná recebeu há pouco tempo à instalação de modernas fábricas, de queijo processado, em Rio Azul, e de chocolates em Curitiba, com obtenção de incentivos fiscais do Estado, porém, conforme denúncias, a mesma vem importando de outros países, grande quantidade de matéria prima, em prejuízo do setor leiteiro paranaense.

4.2 Linhas de crédito X pequeno e médio laticínio:

As pequenas e médias indústrias de laticínios apresentam deficiências tecnológicas e de infra-estrutura, necessitando de linhas de créditos e recursos financeiros condizentes para se modernizarem e tornarem-se competitivas. As linhas de crédito existentes não possuem recursos financeiros suficientes ou não são acessíveis às mesmas.

No Paraná existe a Agência Estadual de Fomento, que repassa recursos para pequenos empreendimentos. A CPI entende que essa Agência deve criar linhas de crédito visando a modernização das pequenas e médias indústrias de laticínios, principalmente porque são elas que absorvem grande parte da produção oriunda dos pequenos produtores ou da chamada agricultura familiar.

A não existência de linha de crédito para capital de giro também constitui sério entrave tanto para pequenos e médios laticínios, quanto para as grandes indústrias.

4.3 Necessidade de reestruturação do setor industrial:

Os depoimentos prestados à CPI durante as audiências públicas pelas próprias indústrias e por suas entidades de representação, revelaram que a crise do ano de 2001 no setor leiteiro foi causada pelo acentuado aumento no volume de leite produzido.

Em algumas bacias leiteiras, a oferta foi superior a 12% da produção, faltando naquela oportunidade o gerenciamento adequado por parte dos produtores, da indústria e também do governo para retirar o excedente do mercado.

Segundo o setor industrial, os produtos UHT, em especial o leite longa vida, não foram os responsáveis pela crise do leite. Ao invés de serem os “vilões”, eles foram importantes para as indústrias, principalmente as de grande porte, pois operaram com estoques elevados e não exerceram uma pressão ainda maior de oferta no mercado.

As indústrias de porte médio, que atuam com leite UHT e tem linha de produção terceirizada, por não possuírem tradição comercial específica e nem suficiente aporte de capital de giro, tumultuaram o mercado, na ocasião, com excesso de ofertas, derrubando os preços e praticamente provocando a crise de 2001.

4.4 Dificuldades enfrentadas pela indústria com a concentração do varejo:

Segundo depoimentos prestados em audiências públicas, pelo presidente da Associação Paranaense de Supermercados – Apras e de outras entidades de representação de classe, mediante convocação da CPI, as quatro maiores redes varejistas Carrefour, Wal Mart, Sonae (Mercadorama e Big) e Extra, detém 40% do mercado estadual e cerca de 50% do mercado curitibano.

O reflexo dessa concentração, conforme relatou o Presidente do Sindileite, é o endurecimento do processo de negociação com os fornecedores, com a fixação de regras e procedimentos muito rigorosos, principalmente em relação a descontos, benefícios, bonificações, doações de produtos e mercadorias, formas e condições de pagamento dentre outras exigências de natureza contratual, que provocam reduções de até 23% nos preços do leite e derivados pagos pelos varejistas, causando sérias perdas ao setor industrial e por tabela aos produtores.

Todos os depoimentos prestados nas audiências públicas pelas próprias indústrias e pelas suas entidades de representação consideraram essas práticas comerciais

adotadas pelas redes varejistas completamente irregulares, ilegais e nocivas ao setor produtivo, podendo constituir casos de infração à ordem econômica, nos termos da Lei No. 8.884, de 11 de junho de 1994 (Lei de Defesa da Concorrência).

O representante do Sindileite enfatizou, inclusive, em seu depoimento perante a CPI, que considerava incabível essa concentração da rede varejista, pois “estamos num país democrático, de livre iniciativa, (mas), não concordamos com a concentração da rede de varejo. Isso é até uma questão de Segurança Nacional”, concluiu.

A propósito, a negociação de leite UHT entre a indústria e a rede de supermercados é grandemente dificultada pelo fato, admitido pelos últimos, da utilização desse produto como um atrativo para clientes em suas lojas.

Tal prática é facilmente comprovada através das constantes promoções anunciadas nos veículos de comunicação, principalmente nas redes de televisão.

Diversos depoimentos prestados em audiências públicas enfatizaram que o preço do leite UHT no varejo é determinado em função da concorrência entre as redes varejistas. Se uma rede de supermercados baixa o preço, as outras são compelidas a fazer o mesmo, para não perder os clientes e consumidores em suas lojas. Esse procedimento, conhecido como “garantia de margem zero”, na maioria das vezes é instituído, via cláusulas contratuais, em que o fornecedor é obrigado a arcar com os custos dessas promoções e ainda manter margens de lucro aos supermercados.

Essa modalidade de compra, até pouco tempo, restrita aos grandes supermercados, começa a proliferar, pois o pequeno varejo está se organizando em associações para realizarem compras em “pool”.

O resultado é o achatamento do preço do leite às indústrias e fornecedores e, conseqüentemente, aos produtores, sem qualquer repercussão ou vantagem aos consumidores finais.

Durante as diversas audiências públicas realizadas em todas as regiões do Paraná, as agências do Procon apresentaram levantamentos e pesquisas de preços, onde os consumidores estavam pagando até 300% a mais, em alguns produtos lácteos, do que o preço praticado no atacado.

O setor industrial também relacionou as dificuldades que têm para definir preços antecipados e até mesmo um preço mínimo aos seus produtores fornecedores, devido ao seu baixo poder de negociação com os setores do varejo, de fornecedores de insumos, de embalagem para o leite UHT. Os altos custos com encargos sociais, trabalhistas e tributários, agravam ainda mais essa situação, pois chegam a onerar em até 23% os preços de venda.

As indústrias denunciaram que enfrentam forte pressão das grandes redes de supermercados na hora das negociações.

Em depoimentos à CPI durante as audiências públicas e documentos recebidos, fica clara a guerra existente entre a rede varejista e o fornecedor ou indústria. Exemplo disso é o “manual do comprador”, conhecido por todos os vendedores e eis alguns tópicos do mesmo:

“... Considere o vendedor como nosso inimigo número 1; nunca aceite a primeira oferta, deixe o vendedor implorar: isso dá margem a maior barganha; não tenha dó do vendedor, jogue o jogo dos maus; não hesite em usar argumentos, mesmo que falsos. Por exemplo, o concorrente do vendedor sempre tem melhor oferta e maior giro e prazo”.

A existência desse “manual do comprador” foi confirmada pela Revista Exame, publicada pela Editora Abril, na reportagem de capa “A Ditadura do Varejo”, edição de 12 de junho de 2002, página 48.

As indústrias afirmaram que essas empresas, na busca de maior lucro e poder de concorrência, forçamas, através de contratos, a aceitar descontos sob diversas formas, além de exigirem verbas especiais ou doações de produtos.

O Presidente do Sindileite confirmou essas denúncias e apresentou um rol dos descontos, bonificações, redução de preços, doações de produtos e outras exigências contratuais impostos pelas grandes redes varejistas: cooperação comercial / fidelidade / parceria incentivo / bônus; investimento estratégico; acordo de crescimento; aniversário; inauguração; aquisição; reforma (re-inauguração); centralização/adicional de depósito/desconto logístico; adicional de troca / não devolução / roca-zero; desconto em nota fiscal; desconto incondicional; desconto condicional; verba para espaço na área de venda (chaminé/ponta gôndola/terminais); central de pagamentos; taxa de cadastro de fornecedor; taxa de cadastro de mercadoria; desconto em duplicata; verba para sortimento nacional; garantia de preço margem zero (PMZ); preços predatórios; verba propaganda (trade marketing); enxoval; bonificação por pedido; fundo de desenvolvimento de negócios; multas sobre agendamentos não cumpridos; multa para pedidos não entregue (total ou parcial); descontos para pedidos “via Internet”; descontos para informação de créditos e pagamentos/depósitos efetuados; acordos comerciais / promocionais / especiais; verbas para espaços institucionais /especiais; propaganda institucional; reposição de margem; requisito de seguro contra indenizatórios.

Esses procedimentos são acompanhados das seguintes práticas comerciais:

1. Pagamento ao fornecedor mediante crédito em conta corrente, com proibição da emissão de duplicatas (não aceite de duplicatas/boletos de cobrança);
2. Prazo de garantia de manutenção de preços negociados;
3. Garantia de troca de mercadorias;
4. Proibição de negociar/descontar duplicatas ou mesmo dar como garantia;
5. Proibição de protestar títulos;

6. Prazo adicional de pagamento para inauguração de lojas.

Os depoimentos prestados nas audiências públicas e os documentos fornecidos a CPI, chamaram a sua atenção, por outro lado, sobre a existência desses procedimentos comerciais fora dos padrões usualmente conhecidos e aceitos nas relações mercantis entre fornecedor e o varejo, no tocante ao fornecimento de leite UHT e derivados lácteos às redes de supermercados.

As indústrias e fornecedores são obrigados a conceder vários descontos, bonificações, reduções de preços, doações de mercadorias às redes de supermercados, por ocasião da venda de leite UHT e derivados lácteos, que podem chegar a um percentual de até 30% sobre o valor do faturamento.

Eles foram relacionados no rol com 33 itens oferecido pelo Sindileite. Só que estas deduções ou descontos não são efetivamente considerados como tais pela rede varejista.

A rede varejista faz com que as indústrias assinem um ou vários contratos paralelos para formalizar essas operações, que podem ser considerados verdadeiros contratos de adesão e acaba considerando como receita, os valores envolvidos.

Essas práticas foram comprovadas através de documentos (cópias de contratos, notas fiscais e lançamentos contábeis), entregues por solicitação expressa da CPI.

Então, por exemplo: uma rede varejista compra de uma indústria um lote de leite UHT pelo preço de R\$1.000,00 e, simultaneamente, obtém uma redução no valor dessa compra de R\$200,00, enquadrada em um ou mais dos 33 itens relacionados pelo Sindileite; para justificar essa redução de R\$200,00, a indústria assinou uma carta, contrato ou ajuste com a rede varejista, autorizando-lhe o débito do valor na percentagem concedida; a rede varejista, então, paga à indústria o valor de R\$800,00, mas a nota fiscal de venda, emitida pela indústria, no valor de R\$1.000,00, continua pelo valor de R\$1.000,00; os R\$200,00 acabam sendo contabilizados pelas redes varejistas, quando muito, como outras receitas.

A CPI, no entanto, ao que lhe foi dado investigar e examinar considera que essa prática pode constituir caso de evasão fiscal, de ICMS, de Imposto sobre a Renda e Contribuições federais e de ISS ou, simplesmente, de infração formal às leis tributárias estaduais, federais ou municipais.

O que leva a CPI a admitir a ocorrência de evasão fiscal ou infração formal às leis tributárias, são os motivos seguintes:

a) A rede varejista apropria o crédito fiscal do ICMS calculado sobre os R\$1.000,00, quando a operação efetivamente foi de R\$800,00;

b) A nota fiscal de R\$1.000,00 formalmente não representa a efetiva operação realizada entre o fornecedor ou indústria e a rede varejista, que foi de R\$800,00;

c) A nota fiscal de entrada é lançada como despesa da rede varejista, pelo valor de R\$1.000,00, para fins de obtenção do lucro sujeito a imposto sobre a renda e de cálculo das chamadas contribuições sociais;

d) A rede varejista utiliza-se dos contratos para cobrar dos fornecedores ou indústrias importâncias pela cessão de espaço nas lojas ou por publicidade, mas não foi feita comprovação de que se dedica a prestação de serviço ou de que recolhe ISS aos Municípios na condição de contribuinte do imposto;

e) Não existe definição ou confirmação de como e a que título são contabilmente lançados tanto pelas indústrias, quanto pela rede varejista, os descontos e reduções constantes dos 33 itens, fornecidos pelo Sindileite; se como receita ou como despesa, que tipo de receita ou de despesa.

A CPI entende que, nessas operações, os contratos assinados entre os fornecedores ou indústrias e a rede varejista, podem estar simplesmente servindo de instrumento formal para promover redução fiscal sem base legal.

Ela por isso vai encaminhar cópia do presente Relatório com documentos à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, em Brasília-DF, à Coordenação da Receita da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná e aos Departamentos de Fazenda das Prefeituras Municipais onde se localizam seus estabelecimentos, para exame e fiscalizações cabíveis.

4.5 Guerra Fiscal:

O Sindileite prestou depoimento em audiência pública revelando que a produção de leite UHT é superior a 30 milhões de litros por mês. O mercado varejista paranaense somente absorve 10 milhões de litros mensais desse total, sobrando um excedente de 20 milhões de litros. Ele ainda importa de outros Estados cerca de 13 milhões de litros mensais.

Com isso, a indústria paranaense é obrigada a buscar mercados distantes, em outros Estados, para comercializar o excedente de 20 milhões de litros, o que ocasiona elevados custos logísticos.

O setor industrial denuncia que esse comportamento da rede varejista é causado por dois motivos:

a) As sedes de grandes redes de supermercados estão localizadas em outros Estados, neles centralizando, assim, as compras com os fornecedores;

b) As compras são efetuadas de fornecedores estabelecidos em outros Estados, para usufruir maior crédito do ICMS, pois a alíquota válida para as operações interestaduais é de 12,0%, enquanto nas operações internas a alíquota é de 7,0%.

A CPI deverá envidar esforços junto à rede varejista para que passe a efetuar suas compras através de centrais localizadas dentro do Paraná, de modo, inclusive, a valorizar a produção local e vai tomar a iniciativa de promover a alteração na legislação do ICMS, visando por fim às distorções existentes.

4.6 O monopólio do fornecimento das embalagens para o leite UHT:

O comércio de embalagens para o leite UHT está concentrado em um único fornecedor, a Tetra Pak, que detém mais de 97% do mercado, segundo depoimentos prestados nas audiências públicas da CPI.

Esse fato encarece sobremaneira o custo das indústrias, influenciando negativamente na formação do preço ao produtor. Em alguns períodos, os custos das embalagens representam mais que 30% do preço final do desse tipo de leite.

Houve, através de estratégias mercadológicas, um incentivo ao consumo do leite UHT e com preços que remuneram muito pouco os produtores. Hoje os consumidores adotaram esse tipo de leite, porém os preços privilegiavam os custos das embalagens, os custos industriais, mas prejudicam os produtores.

Além disso, existe a questão de poluição ambiental ocasionada por esse tipo de embalagem, reconhecida pelos próprios representantes da Tetra Pak, durante audiência pública, quando relataram que aproximadamente 20% das embalagens são recicladas e que para essa reciclagem, há necessidade de investimentos em máquinas e equipamentos especiais.

Esses equipamentos foram desenvolvidos pela própria Tetra Pak, que também é a fornecedora exclusiva dos mesmos. Segundo os representantes dessa empresa, devem existir duas unidades recicladoras instaladas no Paraná, porém não revelaram onde estão operando.

A CPI entende que existe um monopólio de fato da Tetra Pak no fornecimento desse tipo de embalagem para o leite UHT no Paraná, pois ela atua com exclusividade nesse segmento, conforme os depoimentos de representantes da indústria de laticínios, não existindo, na prática, qualquer concorrência.

A questão ambiental relacionada com a embalagem é preocupante e a CPI entende que deve comunicar os órgãos competentes, para adotarem as medidas cabíveis, visando a defesa e a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, garantia assegurada no artigo 207 da Constituição do Paraná.

Finalmente, é preciso considerar que em depoimentos de representantes do Procon, nas audiências públicas ocorridas em Maringá e Curitiba, foi feita a referência sobre a possível ação prejudicial de um dos componentes da embalagem de leite UHT à saúde humana, fato esse que será levado ao conhecimento do órgão público competente, para análise, parecer, com sugestão da adoção de outros tipos de embalagens, mais econômicas e facilmente recicláveis.

4.7 Danos causados pela importação:

Os depoimentos nas audiências públicas e os documentos apresentados a CPI, contêm várias denúncias contra as importações de leite em pó e de soro em pó.

Ela considera que todas as reclamações apresentadas pelo setor leiteiro, nesse particular, têm procedência, pois as importações ocorreram sem planejamento, permi-

tindo a entrada de leite sem qualidade, com subsídios na origem, causando sérios prejuízos e desestímulos à produção e ao preço do leite nacional.

A CPI entende que há necessidade da adoção de medidas oficiais por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério da Fazenda, com a participação das entidades de representação do setor produtivo leiteiro, com vistas à organização do mercado interno e a obtenção da auto-suficiência.

5- ASPECTOS RELACIONADOS COM O VAREJO

5.1 Concentração:

A concentração varejista nas redes de supermercados, já mencionada, foi reconhecida pelo presidente da APRAS ao informar que atualmente no Estado do Paraná, as maiores redes varejistas já detêm ao redor de 50 % do mercado de Curitiba e 45% do mercado paranaense.

Ficou caracterizado tratar-se de um setor extremamente organizado e que, devido a grande concorrência, exerce pressão para forçar a baixa dos preços de alguns produtos, considerados como atrativos de clientes em lojas. O leite UHT é um dos produtos muito utilizado para esse fim.

5.2 Margens e descontos contratuais praticados pelo varejo:

O representante da rede de supermercados Condor, no depoimento prestado em audiência pública da CPI, argüido sobre as margens e descontos contratuais praticados pelo varejo, relatou que o seu estabelecimento comercial pratica as seguintes margens brutas, quando da comercialização do leite UHT e dos derivados lácteos:

Leite UHT = 9,0%

Leite Pasteurizado = 12,0%

Leite em Pó = 8,0%

Queijos = 30,0%

Para todo o Grupo Lácteo = 14,0%

Média do Custo Operacional do Grupo Lácteo = 24,0%

Ele também declarou que a rede de supermercados Condor se utiliza de práticas contratuais e procedimentos comerciais com o objetivo de obter junto aos fornecedores descontos, reduções ou bonificações nos preços dos produtos lácteos, para ocasiões especiais tais como abertura, aniversário e reinauguração de lojas.

O representante da rede de supermercados Condor também enfatizou que usa desses expedientes para poder enfrentar a concorrência das demais redes varejistas, pois tem conhecimento de que elas se utilizam dessas práticas e procedimentos com maior intensidade, de maneira usual e, até, como condição de negócio.

O representante do grupo Extra, no depoimento prestado durante a audiência pública da CPI, declarou que opera com margens de lucro de 8,0 a 10,0% nos produtos lácteos e que também se utiliza de práticas contratuais e procedimentos comerciais com o objetivo de obter

junto aos fornecedores descontos, reduções ou bonificações nos preços dos produtos lácteos para alguns tipos de operação, como promoção dos produtos nos tablóides, espaço maior em gôndolas, verbas para aniversário, para inauguração e reinauguração de lojas.

O representante da rede Wall Mart igualmente relatou que sua margem de lucro no setor de lácteos está ao redor de 12,0%, porém cai para 5,0% nos períodos das chamadas promoções, que ela paga os fornecedores com até 35 dias de prazo e que também se utiliza dos descontos e verbas contratuais quando das negociações de leite e derivados.

O representante da rede varejista Sonae declarou que a rede de supermercados Mercadorama e Big se utiliza de práticas contratuais e procedimentos comerciais com o objetivo de obter junto aos fornecedores descontos, reduções ou bonificações nos preços dos produtos lácteos.

Ele afirma que essas práticas e procedimentos são livremente estipulados em contratos assinados pelos fornecedores, e utilizados em diversas modalidades de negócios.

O representante da rede varejista Sonae, finalmente, informou que os seus estabelecimentos não se apropriam da totalidade do crédito tributário de ICMS, resultante das operações interestaduais com leite UHT. Eles se creditam em apenas 7,0%, segundo alegou, enquanto que outras redes se utilizam o crédito de 12,0%, como é o caso do Carrefour.

Os dados estatísticos fornecidos pela Seab/Deral relativos ao mesmo período declarado pelos representantes das redes de supermercados revelam que o produtor de leite reduziu a sua margem de participação nos ganhos globais para 35,0 %. A indústria de laticínios manteve seus indicadores de margem de 38,0 %, ao passo que o varejo aumentou as suas margens para 44,0%.

As pesquisas de preços no varejo, realizadas e divulgadas pelo Procon durante as audiências públicas da CPI, revelam a ocorrência de margens de até 300,0% em alguns derivados lácteos, como é o caso do queijo tipo mussarela, vendido a R\$ 4,29/kg em um estabelecimento e a R\$12,00/kg, em outro.

A CPI pode concluir, diante de todos os fatos, depoimentos e documentos apresentados, que o segmento que dita a regra dos preços do leite e derivados para os demais integrantes da cadeia produtiva é o da rede de supermercados.

O segmento dos supermercados é quem efetivamente detém o poder de fixar o preço de venda do leite e derivados, produzindo as distorções que ocorrem ao longo da cadeia produtiva.

A CPI, deixa claro que a utilização do leite UHT, como atrativo de clientes nas promoções instituídas pelas redes de supermercados, acaba fazendo com que os descontos concedidos aos consumidores, no preço de venda desse produto, sejam de fato transferidos para os produtores.

Ela entende, outrossim, que os produtores é que suportam, efetivamente esses valores e podem ser considerados os verdadeiros patrocinadores das promoções.

6 - PROPOSTAS E AÇÕES DA CPI DOS ALIMENTOS “CADEIA PRODUTIVA DO LEITE – FASE 1”

6.1. Ações No Âmbito Nacional

6.1.1 Possível evasão de tributos e contribuições sociais:

A CPI, pelos depoimentos apresentados nas audiências públicas e exame dos documentos que lhe foram remetidos, encontrou várias distorções entre os valores faturados pelas indústrias, por ocasião da venda do leite UHT e dos produtos lácteos, com os valores efetivamente pagos por redes varejistas, por ocasião do seu pagamento.

As redes de supermercados sempre pagam um valor menor do que o constante da nota fiscal de entrada da mercadoria, atribuindo as diferenças existentes para menos, a despesas que devem ser pagas pelos fornecedores, a título de descontos, reduções ou bonificações nos preços dos produtos lácteos, conforme as práticas contratuais e procedimentos comerciais de cada uma.

Elas cobram valores ou exigem bonificações dos fornecedores, por exemplo, a título de aluguel de espaço em gôndolas (prateleiras de exposição), aniversário, inauguração e reinauguração de lojas, fidelidade, aumento de faturamento, publicidade, dentre tantos outros, podendo chegar a uma redução de até 23,0% do preço da mercadoria comprada.

A utilização dessas práticas contratuais e procedimentos comerciais importa na redução da base de cálculo de impostos, aumento da despesa operacional com a consequente redução do lucro sujeito a tributação pelo imposto sobre a renda, apropriação de crédito fiscal de ICMS em prejuízo do fornecedor e não incidência de impostos sobre fatos tributáveis.

A CPI detectou, por exemplo, que redes varejistas cobram das indústrias ou fornecedores, verbas para publicidade dos produtos lácteos, mas, ou não prestam o serviço ou não são contribuintes do imposto municipal ISS, incidente sobre esse tipo de atividade.

Ela também constatou que despesas são consideradas lançamentos contábeis de receita pelos supermercados e que receitas são consideradas lançamentos contábeis de despesa pelos fornecedores e indústrias.

A rede varejista atua como se estas práticas e procedimentos fossem legais e regulares, promovendo aquilo que o Direito Fiscal denomina de “economia legal do imposto” (Elisão Tributária).

A CPI considera que esses procedimentos e práticas adotados pela rede varejista, pelas indústrias e fornecedores, podem constituir casos de evasão tributária, em prejuízo da União, Estados e Municípios e, por isso entende que o presente Relatório deverá ser encaminhado a Secretaria da Receita Federal com sede em Brasília-DF, à Coordenação da Receita da Secretaria da Fazenda do

Estado do Paraná e aos Departamentos de Fazenda das Prefeituras Municipais onde se localizam os seus estabelecimentos, para os exames e as fiscalizações cabíveis.

6.1.2 Abuso do poder econômico e concentração setorial:

A CPI entende que as práticas contratuais e os procedimentos comerciais adotados pelo setor varejista, constantes do item V, número 4 supra, podem constituir casos de infração à Ordem Econômica, previstos na Lei nº 8.884 de 11 de Junho de 1994 (Lei de Defesa da Concorrência) e casos de práticas abusivas em detrimento das relações de consumo, previstas na Lei 8.078 de 11 de Setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Ela também considera que a situação da empresa Tetra Pak, como única fornecedora das embalagens para leite UHT no Paraná, confere-lhe o monopólio de fato do setor e a efetiva dominação econômica do mercado paranaense, circunstância que lhe dá condições de impor às indústrias um preço pela unidade da embalagem de leite UHT, que chega a ser superior ao valor pago por um litro de leite ao produtor.

A CPI por isso encaminhará cópia do presente Relatório com os documentos ao Ministério Público do Estado do Paraná, à Procuradoria da República no Paraná, à Promotoria de Defesa do Consumidor (Procon) do Paraná, à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça-Brasília/DF, à Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda-Brasília-DF, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) - Brasília/DF, para exame e instauração das medidas legais cabíveis.

6.1.3 Inclusão do leite na política de garantia de preços mínimos:

A CPI entende que a inexistência de uma política, por parte das indústrias de laticínios, ao não adotar a prática de informar com antecedência e através de contratos, os preços que os produtores recebem pelo leite, tem gerado uma instabilidade e provocado enormes prejuízos aos mesmos.

Assim, a CPI irá formalizar uma proposta ao órgão competente no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou do Ministério da Fazenda, para inclusão do leite nas Normas e Políticas de Preços Mínimos-PGPM, após estudo realizado em conjunto com as entidades que integram o Setor Leiteiro Nacional.

Com a inclusão do leite na PGPM, os produtores e as indústrias passarão a ser beneficiários de Empréstimo do Governo Federal - EGF, circunstância que permitirá a devida regularização desse setor.

Caso isso não seja possível, que seja criado mecanismo para que os produtores saibam, com antecedência, os preços que irão receber das indústrias para que possam melhor gerenciar sua atividade.

No Paraná, após a instalação da CPI, está em andamento uma negociação entre o setor industrial e o setor produtivo, com a assessoria técnica da Universidade Federal do Paraná, com vista à implantação ou fixação de

um preço de referência, com periodicidade mensal que será acompanhado pela Comissão Permanente da Assembleia Legislativa.

6.1.4 Apenas leite nacional nos programas sociais:

A CPI entende que deve ser proibida a utilização de leite importado para atender os programas de Governo, dando preferência ao leite fluído e, sempre que possível, utilizando leite pasteurizado produzido na própria região, para estimular os produtores locais.

6.1.5 Mecanismos reguladores:

A CPI considera que devem ser implementadas ações coordenadas pelo setor público, em sintonia com a iniciativa privada, visando identificar um mecanismo regulador que permita o gerenciamento da oferta do leite compatível com o consumo nacional, bem como da industrialização, direcionando a matéria prima para produtos selecionados em determinado período, como leite em pó e alguns derivados lácteos com vida útil mais prolongada.

Esse mecanismo propiciaria o direcionamento do leite para secagem (pó) e a sua estocagem, em épocas de excedente de matéria prima, evitando a super oferta de produtos fluídos ou de queijos no mercado.

A CPI considera também que a existência de recursos em volumes e custos compatíveis e a adoção da PGPM são mecanismos da maior importância para apoiar tais mecanismos reguladores.

6.1.6 Qualidade do leite:

A CPI, considerou que a entrada em vigor da Portaria 56 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- Mapa, vai importar em alterações em relação a classificação, identidade e padrão de qualidade do leite e seus derivados, através da Instrução Normativa 51, e que a sua implementação deverá respeitar o acordo efetuado na audiência pública realizada em 30 de abril de 2002 entre o Mapa e as entidades de representação da agricultura familiar.

A CPI indicou a Deputada Luciana Rafagnin e o Deputado Eli Ghellere para representá-la na defesa dos interesses da agricultura familiar na audiência pública do Ministério da Agricultura realizada no dia 30 de abril de 2002 em Brasília-DF.

A Deputada Luciana Rafagnin apresentou um Relatório sobre o resultado dessa audiência pública, recomendando o envolvimento da CPI na fiscalização do cumprimento do acordo firmado na ocasião entre os movimentos sociais ligados à agricultura familiar e o MAPA, que estabeleceu o seguinte, a respeito da Portaria 56:

a) Início de vigência da nova legislação para julho de 2005, porém ficando facultado às indústrias a antecipação desse prazo no tocante à adoção das regras contidas na Instrução Normativa 51;

b) Limite máximo de 7,0 graus Celsius de refrigeração, na propriedade, obtido até três horas após a ordenha e de 10° C na plataforma da indústria;

c) Utilização de tanques comunitários de imersão ou de expansão nas propriedades;

d) Transporte de leite em latões desde que seja processado, no máximo duas horas após a ordenha;

e) Análises de Contagem Padrão em Placas e Contagem de Células Somáticas uma vez por mês;

f) Participação dos produtores rurais na Comissão de Acompanhamento da Implantação da Nova Legislação Sanitária, através de suas entidades de representação.

f) Uso da pasteurização lenta em pequenas unidades de industrialização;

A CPI também entende que, para implementação dessas sugestões e das medidas exigidas pela Instrução Normativa 51, será necessária a adequação dos programas de assistência técnica e creditícia aos produtores de leite do Estado do Paraná.

6.1.7 Exportação:

A CPI entende que deve ser criado, um Programa Nacional de Exportação de Lácteos para exportação dos excedentes da produção leiteira, desenvolvido pela Associação Promotora da Exportação - Apex e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, envolvendo também as entidades do Setor Lácteo, incluindo levantamentos a nível mundial em relação à situação dos países exportadores e importadores, dos volumes e produtos movimentados, bem como das normas econômicas e sanitárias vigentes.

Porém, mesmo antes da criação desse programa, será necessária a agilização do processo de habilitação de estabelecimentos e produtos lácteos para exportação; a negociação de equivalência sanitária com países importadores e promoção da vinda de missões de técnicos estrangeiros ao Brasil para conhecer os laticínios; aprovação de regulamentos de normatização e tipificação de queijos, com vistas a atender mercados externos.

6.1.8 Legislação para proteção do mercado nacional:

A CPI entende que deve haver implementação de medidas visando a proteção do mercado nacional, principalmente contra o crescimento indiscriminado de grupos estrangeiros que possam vir a dominar determinados setores econômicos da sociedade.

6.1.9 Legislação tributária:

A CPI entende que cabe a uniformização da legislação do ICMS entre os Estados da União, visando eliminar distorções como as constatadas durante seus trabalhos, que privilegiam ou prejudicam empresas conforme sua localização nos diferentes Estados brasileiros.

6.1.10 Linhas de crédito:

A CPI considera que deve haver alocação de recursos para as linhas de crédito já existentes, para a readaptação da infra-estrutura da propriedade rural, visando a melhoria da qualidade do leite e das condições de vida dos produtores.

Cabe, ainda, a criação de linha de crédito diferenciada a mini e pequenos produtores familiares, para aquisição de máquinas e equipamentos, para adequação às

exigências da Instrução Normativa n.º 51, do Mapa, uma vez que, com os atuais rendimentos da atividade, mesmo a juros mais baratos que são os do Pronaf e do Pró-Leite, o produtor encontra dificuldades para pagar os financiamentos.

A CPI entende que a sugestão da criação de uma linha de crédito específico no âmbito do Pronaf, denominada Proleite-Familiar, feita pelo Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná, deve ser aceita para atender os beneficiários do programa, principalmente em relação a recursos para o custeio da atividade.

A CPI também considera necessária a alocação de volume de recursos, principalmente através do Banco da Terra, para filhos de pequenos produtores interessados na aquisição de terra e, finalmente, propõe o alongamento dos prazos para os financiamentos, tanto para os de investimentos quanto os de estocagem.

6.2. Ações no Âmbito Estadual

6.2.1 Comissão Permanente:

A CPI entende que cabe a criação de uma Comissão Permanente na Assembleia Legislativa, ou através do Bloco Parlamentar Agropecuário, para implementação de um sistema de acompanhamento de preços do Setor Leiteiro, abrangendo aqueles praticados junto aos produtores, fornecedores e consumidores, com a participação constante de órgãos de fiscalização e controle (Procon, Promotoria Pública e Seab/Deral).

A Comissão Permanente também terá como atribuição desenvolver metodologia que permita o estabelecimento de um preço mensal de referência para o leite ao produtor, a ser divulgado antecipadamente à entrega.

6.2.2 Política agroindustrial:

A CPI entende que a formulação e estruturação da política agro-industrial do Setor leiteiro deve ser centralizada em um único órgão executivo público, como sugestão a SEAB, com a participação efetiva da iniciativa privada. O fato viria eliminar a multiplicidade de ações atualmente verificada, para atingir um único objetivo.

6.2.3 Valorização do leite local e regional:

A CPI entende que o Paraná deve priorizar o emprego do leite municipal e regional nos programas estaduais como a merenda escolar, evitando ou proibindo a utilização de leite em pó importado, como vem ocorrendo em alguns Municípios e entidades públicas.

Na audiência pública realizada em 05 de novembro de 2002, na Assembleia Legislativa, o Ceasa/PR distribuiu à CPI um material de divulgação (folder), no qual estava estampada a fotografia de uma marca de leite em pó importado, o que fez com que os Deputados, naquela ocasião, alertados pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, enfatizassem sobre a necessidade dessa Central promover a valorização do leite produzido no Estado do Paraná.

6.2.4 Tributação estadual:

A CPI entende que as leis tributárias denominadas “Lei Brandão”, n.º 13.212/02 e “Lei Rossoni”, n.º 13332/02, devem ser revistas, visando a melhor utiliza-

ção dos benefícios tributários pelas indústrias do Paraná, que deverão assumir o compromisso de repassá-los aos produtores de leite e consumidores finais.

A CPI também irá apresentar à Assembleia Legislativa do Paraná projetos de lei em matéria tributária com a finalidade de reduzir ou isentar o ICMS incidente sobre máquinas e equipamentos de ordenha, tanques refrigeradores de leite, peças e partes de equipamentos de ordenha e produtos de higiene, utilizados na produção leiteira e o incidente sobre a energia elétrica da propriedade rural produtora de leite.

Os depoimentos à CPI indicaram a necessidade de averiguação dos incentivos fiscais existentes no Paraná às novas indústrias, que utilizam matéria importada ao entrarem em operação, ao invés de comprar produto local.

6.2.5 Fiscalização:

A CPI entende que cabem duas medidas nessa área:

a) Intensificar a fiscalização para coibir a sonegação, já que essa prática desestrutura a comercialização, desestimulando maiores investimentos por parte de indústrias que trabalham honestamente e sofrem a concorrência desleal das fraudadoras;

b) Intensificar a fiscalização do leite cru vendido nas ruas e dos derivados comercializados clandestinamente.

6.2.6 Infra-estrutura:

A CPI entende que três medidas são importantes nessa área para que o Paraná estimule o desenvolvimento da pecuária leiteira:

a) Adequação e Melhoria das Estradas:

Criação de um Programa Estadual de melhoria das estradas utilizadas pelas Linhas de Leite no interior dos municípios visando a diminuição dos custos com transporte, forte fator que onera a produção de leite.

b) Energia Elétrica:

Garantia da disponibilidade de energia elétrica que permita a modernização da atividade e sua adequação a padrões de qualidade.

c) Fábricas de Leite em Pó:

Incentivo a construção de uma fábrica de leite em pó no Sudoeste do Paraná, ou outro mecanismo que venha a evitar que a matéria prima seja transferida para outros Estados.

6.2.7 Assistência técnica especializada:

A CPI considera que deve existir garantia de Assistência Técnica Especializada, de forma compartilhada entre os Governos Federal, Estadual e Municipal e a Iniciativa Privada, principalmente àqueles produtores que usufruem créditos e aqueles organizados em grupos, associações, sindicatos, cooperativas ou de outras formas organizacionais.

Para que isso aconteça a contento, o serviço de assistência técnica e extensão rural estadual deve sofrer melhorias em sua infra-estrutura, aumentando o número de técnicos e equipamentos.

6.2.8 Pesquisa e difusão de tecnologia:

A CPI entende que o Iapar deve direcionar suas pesquisas no segmento da produção leiteira em perfeita harmonia com os produtores, de tal forma que possam ser atendidas as suas reais necessidades. Ela cita, como exemplo a intensificação de estudos a respeito de pastagens adaptadas às diferentes condições das diversas zonas produtoras do Paraná. Esses estudos poderão resultar em significativa diminuição dos custos de produção.

6.2.9 Política de capacitação:

A CPI entende que deve ser promovida a constante especialização e reciclagem dos técnicos que atuam junto aos produtores de leite do Paraná. Os recursos devem ser oriundos dos setores públicos e via Seab, sem diminuir a valiosa participação ativa da iniciativa privada.

6.2.10 Qualidade do leite:

A CPI entende que a consolidação do Programa Paranaense de Qualidade de Leite – PPQL, desenvolvido e aprovado pelo Conesa - Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária, se traduz num excelente instrumento destinado à implementação da melhoria da qualidade do leite no Paraná bem como para adequar o Setor Leiteiro em relação à Portaria 56, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, cujas normas estarão em vigor a partir de julho de 2005.

7- APROVAÇÃO DO RELATÓRIO PARCIAL – “CADEIA PRODUTIVA DO LEITE – FASE 1”

A CPI esclarece que o presente relatório, relativo à Fase 1 – Cadeia Produtiva do Leite, já foi aprovado e assinado pelos Deputados componentes da CPI dos Alimentos Orlando Pessuti – Presidente, Cezar Silvestri – Relator, Luciana Rafagnin, José Maria Ferreira, Nelson Tureck, Duílio Genari e Divanir Braz Palma, presentes à reunião extraordinária da Comissão ocorrida em 26 de junho de 2002 e assinado pelos Deputados Ademir Bier e Eli Ghellere, que nessa data encontravam-se no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa em Brasília-DF, representando a CPI em audiência oficial com o Ministro Marcos Pratin de Moraes.

IV. CPI DOS ALIMENTOS - “A CADEIA PRODUTIVA DA CARNE SUÍNA - FASE 2”.

Deputado Sub-Relator:

Deputado Ademir Bier

Assessoria Técnica:

Guilherme Oscar Richter – Med. Vet. – Seab/Deral

1. CONDUÇÃO DOS TRABALHOS

A CPI dos Alimentos - Fase 02, Cadeia Produtiva da Carne Suína, iniciou com o estudo e discussão desse

setor no Estado do Paraná, passando a reunir-se às segundas-feiras, em sessões ordinárias, na Assembléia Legislativa, para depoimentos dos suinocultores, das entidades de representação e de órgãos públicos, programando de forma integrada a condução dos trabalhos de diagnóstico.

Ela realizou 03 Audiências Públicas nas seguintes Regiões e respectivas datas: Francisco Beltrão (29.05.02), Marechal Cândido Rondon (20.06.02) e em Curitiba (12.08.02/19.08.02/ 26.08.02), ocasiões em que teve a oportunidade de ouvir suinocultores, entidades de representação, técnicos do setor, o segmento de abate e industrialização de suínos e a rede varejista, a seguir nomeados: Associação Paranaense dos Suinocultores - APS, Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - Ocepar, Associação Paranaense dos Supermercados – Apras, Associação Paranaense dos Fornecedores a Supermercados do Paraná – Assosuper.

As principais redes varejistas que atuam no Estado do Paraná (Condor, Extra, Wal Mart, Sonae e Carrefour) foram todas convidadas para participarem das audiências públicas, mas apenas representantes dos grupos, Condor e Sonae, prestaram depoimentos.

2. JUSTIFICATIVAS

O Paraná possui o segundo maior rebanho de suínos no âmbito nacional, com 4.450.000 cabeças, sendo antecedido apenas pelo Estado de Santa Catarina e é composto por aproximadamente 3,3 milhões de cabeças de raças geneticamente definidas e por 1,1 milhão sem caracterização racial definida. O rebanho comercial encontra-se distribuído entre 30 mil produtores, que participam efetivamente do mercado.

Em 2001, a produção total de carne inspecionada no Estado do Paraná alcançou um volume de 270 mil toneladas, representando a terceira maior produção nacional, que corresponde a 12% do total produzido no Brasil.

As exportações paranaenses em 2001, para o exterior, alcançaram o patamar de 23 mil toneladas, representando 8% da produção estadual inspecionada e 10% das exportações brasileiras.

No período de janeiro a julho de 2002, o abate total de suínos no Estado do Paraná apresentou um aumento, em relação ao mesmo período de 2001, de aproximadamente 43%. As exportações paranaenses, no mesmo período deste ano, somaram 20 mil toneladas, o que corresponde a um aumento de 77% em relação ao primeiro semestre do ano passado.

O destaque na exportação paranaense ficou por conta do aumento da venda de “carcaça” e “meia carcaça” congeladas, que cresceram expressivos 800% neste semestre, em relação ao mesmo período do ano anterior.

SUÍNOS - BALANÇO DA OFERTA E DEMANDA DO BRASIL E PARANÁ - 2001/2002

ITEM	Brasil 2001	Brasil 2002	Var. % 02/01	Paraná 2001	Paraná 2002	Var. % 02/01
Rebanho (mil cab)	33.022	32.900	- 0,3	4.250	4.450	5
Produção (mil ton)	2.234	2.368	6,0	269	320	20
Exportação (mil ton)	260	320	23,1	23	35	52
Fonte: Seab/Deral						

Das 126 mil propriedades no Estado do Paraná que possuem suínos, aproximadamente 24,0% delas exploram a suinocultura industrial.

SUINOCULTURA - PARANÁ
CARACTERÍSTICAS DO MERCADO

ITEM	Rebanho Geral	Rebanho Industrial
Propriedade (n°)	126.000	30.000
Efetivo (cabeças)	4.450.000	2.990.000
Produção (ton.)	309.800	267.900
Fonte: Seab/Deral; APS; IBGE.		

O rebanho paranaense destinado ao abate industrial apresenta desempenho superior ao das demais propriedades e equipara-se ao dos países mais desenvolvidos, nos termos do quadro seguinte:

SUINOCULTURA - PARANÁ
PERFIL TECNOLÓGICO

ITEM	Rebanho Geral	Rebanho Industrial
Nascidos (matriz/ano)	19	25
Terminados (matriz/ano)	15	23
Mortalidade média (%)	9	7
Taxa de abate (%)	106	128
Fonte: Seab/Deral; APS; IBGE		

O abate inspecionado de suínos no Estado do Paraná ocorre principalmente nas regiões de Toledo, com 31,0%, de Ponta Grossa, com 24,0% e de Cascavel, com 16,3%.

A suinocultura é de grande importância sócio-econômica para o Estado do Paraná, contribuindo na geração de renda e de empregos, principalmente na área rural.

O suinocultor, apesar de todos os esforços para melhorar os índices de produção e produtividade, continua sendo o elo mais fraco da Cadeia Produtiva da Carne Suína, pois continua submetido à política de preços dos fornecedores de insumos, da indústria de abate e transformação e da rede varejista, pouco usufruindo os resultados econômicos auferidos.

O baixo consumo da carne suína no Brasil, por sua vez, muito contribui para agravar os problemas que afligem o setor.

Neste cenário, a Assembléia Legislativa do Paraná, criou a presente CPI, para investigar todos os aspectos relacionados com a formação de preços da carne suína, desde o produtor até o consumidor final.

3. CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA CRISE DA CADEIA PRODUTIVA DA CARNE SUÍNA
3.1 Preços baixos:

Em preços reais, a cotação atual média recebida pelos suinocultores, situa-se em patamares abaixo dos registrados em 1996, equivalentes na época a R\$ 1,00/kg do suíno vivo. As principais causas que levaram a crítica situação atual foram: excesso da oferta do produto no mercado, sendo que no período de janeiro a julho de 2002, o abate total de suínos no Paraná apresentou um aumento, em relação ao mesmo período de 2001, de aproximadamente 43%.

Este aumento do volume ofertado ocorreu, da mesma forma, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, importantes pólos produtores de carne suína a nível nacional, sem uma resposta pelo lado do consumo interno, resultando em um excesso de oferta, nunca ocorrido anteriormente.

O aumento do abate e industrialização, ocorrido nos últimos anos, principalmente na Região Centro-Oeste do Brasil, aonde grandes projetos verticalizados, em execução por empresas do Grupo Perdigão, Carol's Food e Seara, vem contribuindo para aumentar a oferta de carne

suína no mercado interno, inclusive da Região Sul, em detrimento dos preços.

A exportação para o exterior, que se revestia como importante mecanismo de escoamento do produto nacional, bem como de sustentação de preços, devido ao aumento de exportação de outros países, principalmente por parte do Estados Unidos, que inclusive subsidiou suas vendas, diminuiu sensivelmente. O fato ocasionou uma redução nos mercados compradores externos e gerou uma elevação dos estoques nacionais, provocando queda nos preços e dificuldades na comercialização.

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MÉDIOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS SUINOCULTORES PARANÁ - 2001/2002 - R\$/quilo

Meses	2001	2002	Variação %
Janeiro	1,22	1,37	12
Fevereiro	1,05	1,26	20
Março	1,09	1,18	8
Abril	1,24	1,11	-10
Maiο	1,21	1,00	-17
Junho	1,24	1,04	-16
Julho	1,26	1,05	-17
Agosto	1,22	1,00	-18
Setembro	1,20	-	-
Outubro	1,26	-	-

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MÉDIOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS SUINOCULTORES PARANÁ - 2001/2002 - R\$/quilo

Novembro	1,42	-	-
Dezembro	1,40	-	-
MÉDIA ANUAL	1,23	1,12	-9

Fonte: SEAB/Deral

3.2 Elevação dos custos de produção:

A crise da suinocultura teve seu desfecho no ano de 2002, quando o custo de produção dos suínos elevou-se devido ao aumento no preço do milho e da soja, em face do aumento da exportação e da queda na produção de soja norte americana. O fato acarretou um aumento de 70% nos principais componentes básicos da ração utilizada na suinocultura, comparado com o ano de 2001.

Em 2002 a oferta de milho no Estado do Paraná deverá ser deficitária em 1,1 milhão de toneladas, conforme a previsão do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura, o que poderá agravar ainda mais a crise da suinocultura.

3.3 Concentração do varejo:

A concentração varejista nas redes de supermercados, já mencionada na CPI dos Alimentos – “A Cadeira Produtiva do Leite - Fase 1”, confere-lhes grande poder de negociação na compra de carne suína e derivados, influenciando negativamente na formação e determinação dos preços, pois ocorrem pressões sobre a indústria, que acabam não podendo remunerar melhor os suinocultores. O fato pode ser observado na tabela comparativa, a seguir:

SUINOCULTURA - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MÉDIOS E MARGENS BRUTAS DA CARNE SUÍNA, NOS DIFERENTES SEGMENTOS - JULHO/2001 E JULHO/2002

ITEM	Jul/02	Jul/01	Var. %	MB (%)	MB (%)	Var. % (MB)
	(R\$/Kg)	(R\$/Kg)	(02/01)	(julho/02)	(julho/01)	(02/01)
PRODUTOR						
Suíno de raça	1,05	1,26	-16,67	-	-	-
ATACADO						
Carcaça	2,50	2,71	-7,75	138,10	115,08	20,00
Lombo sem osso	6,04	5,62	7,47	-	-	-
Paleta com osso	2,28	2,66	-14,29	-	-	-
Pernil com osso	2,68	3,36	-20,24	-	-	-
Média	3,67	3,88		249,21	207,94	19,85
VAREJO						

SUINOCULTURA - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MÉDIOS E MARGENS BRUTAS DA CARNE SUÍNA, NOS DIFERENTES SEGMENTOS - JULHO/2001 E JULHO/2002

Lombo sem osso	8,22	6,71	22,50	36,09	19,40	-
Paleta com osso	3,97	3,67	8,17	74,12	37,97	-
Pernil com osso	4,31	4,19	2,86	60,82	24,70	-
Média	5,50	4,86	13,25	50,00	25,17	98,63
Fonte: SEAB/ Deral						

4. PROPOSTAS E AÇÕES DA CPI DOS ALIMENTOS, “CADEIA PRODUTIVA DA CARNE SUÍNA – FASE 2”.

4.1. Ações no Âmbito Nacional

4.1.1 Formação de estoque regulador de milho através dos mecanismos existentes (PGPM/EGF) em sintonia com as necessidades dos suinocultores.

4.1.2 Refinanciamento das dívidas contraídas em operações de investimento e de custeio, com dilação dos prazos de vencimento ou de pagamento.

4.1.3 Alocação imediata de Recursos no Pronaf para custear a suinocultura enquanto persistir a crise no setor.

4.1.4 Inclusão da carne suína na PGPM visando a disponibilização de recursos de EGF para estocagem de leitões abatidos pelos suinocultores, para sua comercialização na época das festas de Natal e de Ano Novo.

4.1.5 Inclusão da carne suína nos programas sociais do Governo Federal, principalmente na Campanha de Combate à Fome e na merenda escolar.

4.1.6 Realização de leilões pela Conab, à semelhança do que acontece no âmbito da cafeicultura, de contratos de opção de venda de carcaças e/ou carne suína, destinados a suinocultores e suas cooperativas.

4.1.7 Criação de linha de crédito para programas de estocagem de carne suína destinada à exportação.

4.1.8 Revisão da alíquota do ICMS do produto adquirido de outros Estados, que ao entrar no Paraná paga 12%, mas se credita de 5% para equalizar aos 7% internos, medida esta que acaba prejudicando a comercialização dos produtos paranaenses;

4.1.9 Uniformização da legislação do ICMS entre os Estados da União, visando eliminar distorções decorrentes das diferenças de tratamento tributário para as operações internas e interestaduais, que privilegiam ou prejudicam empresas conforme sua localização nos diferentes Estados brasileiros.

4.1.10 Medidas idênticas às propostas no âmbito nacional para a Cadeia Produtiva do Leite, nos termos do capítulo III, item 6, inciso 1º, do presente relatório, naquilo que couber.

4.2. Ações no Âmbito Estadual

A CPI, visando amenizar a grave situação da suinocultura paranaense, ouvidos os suinocultores, entidades de representação e órgãos públicos ligados ao setor,

elaborou um rol de propostas e ações, com o propósito de aumentar o consumo da carne suína e diminuir os custos de produção, para serem implementadas de imediato, em caráter emergencial:

4.2.1 Realização de campanha envolvendo as entidades de representação do suinocultor, do segmento de abate de suínos, da rede varejista e os órgãos públicos ligados ao setor, visando aumento do consumo de carnes e derivados, através da prática de preços que permita o acesso da população a esses produtos. O custo para veiculação da campanha será absorvido em partes iguais entre o segmento de abate de suínos e produtos derivados, a rede varejista e o Governo do Estado do Paraná;

4.2.2 Redução a zero da alíquota do ICMS de 5,0%, por um período não inferior a 90 dias;

4.2.3 Readequação do valor da pauta (base de cálculo) do ICMS incidente sobre os suínos aos preços reais praticados pelo mercado;

4.2.4 Adequação da alíquota do ICMS incidente sobre a comercialização de produtos embutidos à base de carne suína, atualmente de 18% para 12%, uma vez que cerca de 75% dos produtos suínos são comercializados transformados.

4.2.5 Autorização ao suinocultor para contratar o serviço de abate inspecionado e promover a venda da carne suína diretamente ao varejo, com autorização e regularização fiscal da operação pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

4.2.6 Implementação de ações coordenadas pelo setor público em sintonia com a iniciativa privada, visando identificar mecanismo regulador que permita o gerenciamento da oferta de carne suína compatível com o consumo e com a exportação.

4.2.7 Medidas idênticas, às propostas no âmbito estadual para a Cadeia Produtiva do Leite, nos termos do capítulo III, item 6, inciso 2, do presente relatório, naquilo que couber.

5. CONQUISTAS E RESULTADOS OBTIDOS PELA CPI DOS ALIMENTOS - “A CADEIA PRODUTIVA DA CARNE SUÍNA - FASE 2”.

5.1 Lançamento da Campanha Publicitária Cooperada “Carne Suína – Sabor e Saúde” que se propõe a incentivar o consumo da carne suína, cortes “in natura” no Estado do Paraná, ocorrida no dia 19 de novembro de

2002, com o apoio da Associação Paranaense de Suinocultura - APS, Sindicato da Indústria de Carne e Derivados do Paraná - Sindicarne, Associação Paranaense dos Supermercados - Apras, Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná - Seab e Câmara Setorial da Suinocultura.

5.2 Reativação, pelo Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná - Seab, Dr. Deni Lineu Schwartz, Presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Política Agrícola - Conderpa, da Câmara Setorial da Suinocultura, instituída através de Resolução nº 072/97, de 02 de julho de 1997, cujo objetivo principal é promover a efetiva integração dos agentes de produção, de abate e industrialização, da distribuição, do ensino, da pesquisa e da assistência técnica, dos fornecedores de insumos e dos governos estadual e federal, para desenvolvimento sustentável da Cadeia Produtiva da Carne Suína.

5.3 Obtenção da redução dos preços de pauta de cálculo do ICMS incidente sobre suínos, nos termos da Norma de Procedimento Fiscal n.º 060/2002, de 20 de agosto de 2002, que definiu os seguintes patamares de preço para a comercialização dos animais:

a) Leitão com peso até 18 quilos, o valor de R\$ 35,00 por cabeça;

b) Leitão com até 26 quilos, o valor de R\$ 40,00 por cabeça;

c) Suíno com até 100 quilos para abate, o valor de R\$ 98,00 por cabeça ou R\$0,98 por quilo;

d) Reprodutor descartado, valor de R\$145,00 por cabeça.

5.4 Realização de reuniões da Câmara Setorial da Suinocultura do Paraná, contando com a participação do Presidente da CPI, Deputado Orlando Pessuti e de representantes da APS, Sindicarne, Apras, Faep, Fetaep, Ocepar, Seab, Sema, Mapa / DFPR, Conab/PR e Assosuper, cujas pautas prestigiaram, principalmente, a elaboração de campanha, visando o aumento do consumo da carne suína, disponibilidade de estoques reguladores de milho e inclusão da carne suína na Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal.

5.5 Aprovação de linha de crédito pelo Conselho Monetário Nacional, para financiamento aos suinocultores, no valor de R\$200,00 por matriz alojada, com prazo para pagamento em dois anos e juros de 8,75% ao ano, de forma que os produtores possam saldar compromissos sem a necessidade da venda de animais.

V. CPI DOS ALIMENTOS - "A CADEIA PRODUTIVA DA CARNE BOVINA - FASE 2A".

Deputado Relator:

Deputado Cezar Silvestri

Assessoria Técnica:

Adélio Ribeiro Borges – Med. Vet. - Seab/Deral

1. CONDUÇÃO DOS TRABALHOS

A Cadeia Produtiva da Carne Bovina envolve o setor da produção (pecuaristas), a indústria (frigoríficos), a distribuição atacadista (entrepósitos) e a rede varejista, composta pelos supermercados, açougues, restaurantes e bares. As relações econômicas entre os diversos segmentos são ditadas pelas leis de mercado. As redes varejistas de supermercado, no entanto, graças à sua posição econômica dominante, vêm adquirindo grande poder de compra no setor, com imposição de preços e de novas regras de fornecimento, ordinariamente consideradas inaceitáveis pela indústria e pelos entrepostos de distribuição atacadista.

O Presidente do Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados do Paraná – Sindicarne, relatou em depoimentos prestados nas diversas audiências públicas da CPI que “a pecuária do Estado do Paraná também progrediu muito com a criação do Fundo de Desenvolvimento da Pecuária - Fundeppec, o qual proporcionará a formação de fundo em dinheiro, através de contribuições dos pecuaristas, que vai servir como uma espécie de seguro rural, destinado a cobrir os riscos sanitários da atividade pecuária”.

Ele também assinalou que “o Estado do Paraná tem se destacado através do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária – Conesa, criado com o objetivo de envolver toda a sociedade na busca soluções sanitárias que contribuam para a melhoria dos alimentos, do meio ambiente e das atividades agropecuárias, com repercussão nos cenários nacional e internacional, controlando, inclusive, de maneira decisiva algumas doenças que afetam os bovinos, como a febre aftosa.

Hoje, o Estado do Paraná está entre aqueles Estados Brasileiros considerados livres dessa enfermidade com vacinação, o que vem permitindo que o setor exporte para diversos países da Europa e outros continentes”.

A CPI considera importante destacar a iniciativa da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná – Seab, em obter a autorização para atuar como órgão de certificação de bovinos no Sistema de Rastreabilidade Bovina, instituído pelo Mapa.

A CPI, finalmente, entende que o couro, como subproduto da Cadeia Produtiva da Carne Bovina, deve merecer atenção especial por parte dos pecuaristas, do setor privado, dos órgãos públicos e ser objeto de programas que estimulem sua produção com qualidade, pois constitui expressiva fonte de recursos, inclusive decorrentes da exportação.

VI. CPI DOS ALIMENTOS - "A CADEIA PRODUTIVA DA CARNE DE FRANGO - FASE 2B".

Deputado Sub-relator:

Deputado Cezar Silvestri

Assessoria Técnica:

Adélio Ribeiro Borges – Med. Vet. - Seab/Deral

1. CONDUÇÃO DOS TRABALHOS:

O Estado do Paraná é o maior produtor de frangos do Brasil, com destaque e muito bom desempenho nas áreas de sanidade, manejo, genética, nutrição e produtividade.

As dificuldades de exportação da carne de frango no ano de 2002, motivadas por mudanças no cenário consumidor internacional, a elevação dos custos de produção, devida aos altos preços do farelo de soja, de milho e a existência de baixos estoques de milho no Estado do Paraná, o baixo consumo de carne de frango, em virtude da diminuição do poder aquisitivo interno, está desorganizando a Cadeia Produtiva da Carne de Frango.

Os depoimentos prestados pelos produtores a CPI, nas audiências públicas realizadas, revelaram que os problemas envolvendo estoques de milho são idênticos àqueles enfrentados pela Cadeia Produtiva da Carne Suína.

A tendência é o agravamento de toda essa situação com a intervenção comercial das redes varejistas de supermercado na formação dos preços destinados ao consumidor, pois elas eliminam os acréscimos de valor, obtidos com a elevação da produtividade pelos produtores e pelas indústrias, impondo-lhes descontos, benefícios, reduções ou bonificações, iguais àquelas estabelecidas para as Cadeias Produtivas do Leite e da Carne Suína, relacionadas no capítulo III, item 4, inciso 4 e capítulo IV, item 3, inciso 3.3, do presente Relatório.

A CPI entende, finalmente, que as mesmas medidas e ações propostas para as Cadeias Produtivas do Leite e da Carne Suína, nos termos do capítulo III, item 6, incisos 6.1 e 6.2 e do capítulo IV, item 4, incisos 4.1 e 4.2, do presente Relatório, deverão ser adotadas no âmbito da Cadeia Produtiva do Frango, naquilo que couberem.

VII. CPI DOS ALIMENTOS - "A CADEIA PRODUTIVA DOS HORTIFRUTIGRANJEIROS – FASE 3".

Sub-relator:

Deputado Pastor Edson Praczyk

Assessoria Técnica:

Maurício Tadeu Lunardon – Eng. Agron. – Seab/Deral

1. CONDUÇÃO DOS TRABALHOS

A CPI dos Alimentos - Fase 3, Cadeia Produtiva dos Hortifrutigranjeiros, iniciou com o estudo dos problemas que envolvem os hortifrutigranjeiros no Estado do Paraná, nas mesmas audiências públicas da CPI, Fases 1 e 2, quando produtores e entidades de representação da atividade hortifrutigranjeira se manifestaram, enfatizando que tal qual o leite e as carnes, também seus produtos sofrem a pressão da rede varejista concentrada nas grandes redes de supermercados.

Em 05 de novembro de 2002 a CPI realizou uma audiência pública específica na Assembléia Legislativa, quando foram prestados depoimentos pelos produtores, por entidades de representação, secretários municipais de

agricultura de vários Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, técnicos especializados e órgãos públicos ligados ao setor.

As principais redes varejistas de supermercados que atuam no Estado do Paraná (Condor, Extra, Wal Mart, Sonae e Carrefour) foram convidadas para participarem da audiência pública, mas nenhuma compareceu para prestar depoimento.

A CPI fez absoluta questão de novamente convocar as redes varejistas para a audiência pública, uma vez que a principal denúncia dos produtores é a péssima relação comercial mantida com os supermercados. Os depoimentos prestados pelos produtores foram unânimes em afirmar que a rede varejista impõe regras de fornecimento ou de fixação de preços unilaterais e desiguais.

2. JUSTIFICATIVAS

O Paraná detém aproximadamente 86% das propriedades rurais com área inferior a 50 ha, que correspondem a 28% da área total do Estado. Esta estrutura fundiária é suficiente para justificar o apoio ao setor hortifrutigranjeiro. O Valor Bruto da Produção Agropecuária Paranaense, safra 2000/01, foi de R\$14.663.240.361,61. O grupo das hortaliças foi responsável por R\$789.954.077,78, ou seja, 5,4% do valor total, enquanto que o grupo das frutas foi responsável por R\$ 384.663.385,02, ou seja, 2,6%.

O setor de hortifrutigranjeiros enfrenta dificuldades, porque a elevação do custo de produção não teve a contrapartida de aumento de preços. A situação se agravou com a existência das grandes redes varejistas de supermercados, que adotam uma política unilateral na fixação das regras de fornecimento e na fixação dos preços, completamente desfavoráveis aos interesses dos produtores e em seu prejuízo.

3. ASPECTOS RELACIONADOS COM O SETOR DE HORTIFRUTIGRANJEIROS.

3.1 Organização dos produtores:

Os produtores de hortifrutigranjeiros também não possuem uma organização específica e concentrada para defesa dos interesses da categoria no Paraná. Apesar da existência de entidades de representação estadual, tanto dos produtores quanto dos trabalhadores, e de associações regional, falta uma entidade unificada para defesa dos interesses dos produtores de hortifrutigranjeiros. A sua organização trará maior poder de negociação junto à rede varejista de supermercados e ao setor público em geral.

3.2 Formação e capacitação dos produtores:

A formação e capacitação dos produtores que atuam no setor hortifrutigranjeiro é deficiente. Isto fica evidente tanto na fase de aquisição dos insumos, quanto na da comercialização dos produtos, quando se confrontam com os fornecedores de insumos e com funcionários

das redes varejistas de supermercados, periodicamente treinados em técnicas de negociação (compra e venda).

3.3 Negociação com as redes varejistas de supermercados:

O principal problema enfrentado pelos produtores é a negociação com as redes varejistas de supermercados. Elas efetivamente abusam de sua posição econômica dominante e impõem prazos de pagamento, descontos, bonificações e margens de comercialização em prejuízo dos produtores.

O procedimento está se generalizando no setor e hoje vem sendo utilizado até pelos mercados que não integram as redes varejistas.

Os depoimentos prestados à CPI revelaram que os problemas existentes na Cadeia Produtiva dos Hortifrutigranjeiros, em relação às regras de comercialização, aos procedimentos fiscais adotados, às dificuldades enfrentadas com a concentração do varejo, aos descontos ou bonificações contratuais praticados, são os mesmos que acontecem no âmbito do setor leiteiro.

O Presidente da Ceasa - Central de Abastecimento do Paraná, na audiência pública realizada em 05 de novembro de 2002, na Assembléia Legislativa, confirmou as denúncias de que a rede varejista de supermercados também impõe uma série de descontos, bonificações, reduções de preços, doações de produtos e outras exigências aos produtores, iguais aquelas relacionadas no item V, inciso 4, do relatório parcial da Cadeia Produtiva do Leite – Fase 01.

Nessa audiência pública, o Presidente da Aprotiba – Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros da Região Metropolitana de Curitiba, denunciou a existência de possível prática de “dumping” por parte da rede varejista de supermercados Mufatto, que na ocasião fazia oferta ao público, em promoção, de alface ao preço de R\$ 0,07 a unidade, quando o preço desse produto, com a inclusão do frete pago pelo transporte, não poderia ser inferior a R\$ 0,21 a unidade.

A CPI entende que as práticas contratuais e os procedimentos comerciais adotados pelo setor varejista podem constituir casos de infração à ordem econômica, de práticas abusivas em detrimento às relações de consumo ou hipóteses de evasão fiscal, pelo que a CPI reporta-se ao capítulo III, item 4, inciso 4.4 e item 5, da CPI dos Alimentos – “A Cadeia Produtiva do Leite – Fase 1.

3.4 Ação Governamental:

Os depoimentos prestados pelos produtores à CPI revelaram dificuldades de relacionamento com a estrutura governamental que atende os hortifrutigranjeiros, quando da busca de soluções dos problemas existentes no setor. Eles também mencionaram as dificuldades burocráticas para obtenção dos recursos do Programa Paraná 12 Meses, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - Seab. O representante dessa Secretaria, presente na audiência pública, informou que

desde o início esse Programa vem sendo aperfeiçoado e a carga burocrática que ainda resta é oriunda do Banco Mundial.

Os depoimentos prestados pelos produtores à CPI igualmente solicitaram que o Sistema Estadual de Agricultura deve ser fortalecido, com muita ênfase em relação a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater/PR, pois essa instituição muito pode colaborar com o setor e oferecer várias soluções aos problemas existentes, principalmente em relação aos processos de organização dos produtores rurais.

Finalmente, é preciso considerar que a Ceasa é quem tem competência para expedir alvarás de licenças ou de autorização para o funcionamento das Centrais de Distribuição das redes varejistas de supermercados, o que lhe dá condições de intervir ou regular nessa área, levando em consideração o interesse público.

3.5 Ação do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Crea:

Os depoimentos prestados à CPI na audiência pública realizada em 05 de novembro de 2002, na Assembléia Legislativa, revelaram que o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – Crea/PR, está impondo penalidades a produtores de hortifrutigranjeiros, sob a alegação de que não possuem engenheiro agrônomo, responsável técnico por sua atividade.

Os produtores de hortifrutigranjeiros entendem que o exercício da sua atividade não está sujeita à fiscalização pelo Crea, com fundamento na legislação vigente, e a CPI, por isso, encaminhará expediente a esse órgão de categoria profissional para o exame e adequada solução do conflito.

4. PROPOSTAS E AÇÕES DA CPI DOS ALIMENTOS – “CADEIA PRODUTIVA DOS HORTIFRUTIGRANJEIROS – FASE 3”.

A CPI recomenda propostas e ações em âmbito federal e estadual em relação aos hortifrutigranjeiros, idênticas ou semelhantes àquelas já alvitadas, para a Cadeia Produtiva do Leite e para a Cadeia Produtiva da Carne, naquilo que couberem.

VIII - CPI DOS ALIMENTOS – “A CADEIA PRODUTIVA DO PEIXE – FASE 4”.

Sub Relator:

Deputado Duílio Genari

Assessoria Técnica:

Célia Mayumi KiriyaTrentini – Med. Vet. - Seab/

Deral

José Antonio Garcia Baena – Zootecnista – Seab/

Deral

Luiz Danilo Muellman – Méd. Vet. – Emater/PR

1. CONDUÇÃO DOS TRABALHOS

O presente relatório da CPI dos Alimentos refere-se à Fase 4 - Cadeia Produtiva do Peixe, pois foi realizada audiência pública no dia 19 de novembro de 2002, na Assembléia Legislativa, para serem ouvidos os pescadores, representantes da Câmara Setorial de Piscicultura do Paraná, entidades de representação, técnicos e órgãos públicos que atuam no setor.

2. JUSTIFICATIVAS

A piscicultura é uma atividade nova no Estado do Paraná, envolvendo 22.416 produtores, que inclui desde as produções extensivas, onde o produtor só coloca os alevinos nos viveiros, até as produções intensivas, nos chamados tanques - rede. A atividade ocupa 8.402 ha de lâmina d'água, com uma área média de 3.748 m² por produtor, o que caracteriza a piscicultura como sendo uma exploração de pequenos produtores.

A produção de peixes na safra 2000/2001 foi de 17.522 toneladas, estando a mesma estabilizada desde 1999. A produtividade média do Estado do Paraná pode ser considerada baixa com 2.085 kg/ha/ano e esse fato

deve-se à inclusão das áreas de produção extensiva nesse cálculo.

A produção ocorre em todas as regiões do Estado do Paraná, mas existe concentração no Oeste, onde as regiões de Toledo e Cascavel produzem 48% do total e no Norte, onde as regiões de Cornélio Procopio e Santo Antônio da Platina produzem, aproximadamente 20% do total.

As espécies que compõem a produção são a tilápia com 72%, a carpa, com 15%, as espécies nativas com 11% e o bagre, com 2%. A produção do peixe destina-se, principalmente, para os "pesque e pague", com 62%, à indústria de processamento, com 26%, às feiras, com 2% e a venda direta para o consumidor, com 10%.

No Estado do Paraná existem 667 "pesque e pague" instalados, responsáveis pela geração de 3,5 novos empregos por estabelecimento.

O potencial de crescimento da produção no Estado do Paraná depende basicamente da assistência técnica, como comprovam os dados, a seguir, fornecidos pela Emater/PR:

Região	Produtividade Média atual (kg/ha/ano)	Produtividade Média de produtores assistidos	% de aumento
Norte	4.212	7.465	177
Oeste	3.761	8.000	213
Sul	490	2.816	575
Fonte: Emater/PR			

O custo variável de produção situa-se entre R\$ 0,90 a R\$ 1,10 por kg produzido.

A piscicultura constitui-se uma excelente alternativa de diversificação da atividade rural, propiciando uma renda extra aos pequenos e médios produtores.

O Estado do Paraná, no ano de 2.000, importou de outros países e outros Estados da Federação, 12.457 toneladas de pescado, gastando US\$ 9.642.300,00. O fato demonstra o potencial de crescimento no Estado do Paraná, se as importações forem substituídas pela produção interna.

O consumo de peixe ainda é baixo no Estado do Paraná, de 2,2 kg "per capita" ano, quando comparado com a média nacional de 5,4 kg "per capita" ano. No mundo, se consome 15,5 kg "per capita" ao ano.

A piscicultura conduzida no sistema de tanques - rede, que pode, inclusive, ser instalada em represas para geração de energia elétrica, encontra-se em fase inicial, mas já enfrenta sérias dificuldades no Estado do Paraná, no tocante, a obtenção das licenças ambientais. Os projetos são encaminhados conforme Decreto nº 2.869 de 9 de dezembro de 1.998 e Instrução Normativa Interministerial nº 9, de 11 de abril de 2.001, mas as licenças não têm

sido concedidas pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP e pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – Ibama.

Em outros Estados da Federação isso não acontece. No Estado da Bahia, na bacia do Rio São Francisco, mais especificamente na represa de Paulo Afonso, foi instalado um megaprojeto para a produção de 3 mil toneladas de tilápia por ano, com parte dos recursos do exterior, conforme a revista "Globo Rural", ano 17, n. 199, maio 2.002, p.58-61. O Estado de São Paulo também lançou programa de fomento para a produção de peixes em tanques - rede no ano de 2.001, no valor de R\$ 2.600.000,00, com recursos originários do FEAP – Fundo de Expansão da Agropecuária, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, conforme a Revista Panorama da Aquicultura, novembro/dezembro, 2.001, p.11.

3. PROPOSTAS E AÇÕES DA CPI DOS ALIMENTOS – "A CADEIA PRODUTIVA DO PEIXE – FASE 4".

3.1 A CPI entende que devem ser concedidas licenças ambientais para a produção de peixe em "tan-

ques rede” e que elas devem ser autorizadas pelos órgãos competentes, ou seja, o IAP ou o Ibama; se o órgão federal não tem condições de conceder as licenças ambientais, ele deve promover a imediata delegação, mediante convênio, ao IAP, que deve possuir estrutura funcional e administrativa para o exercício dessa atribuição.

3.2 A CPI entende que não é possível que sejam concedidas licenças ambientais para esse fim, em outros Estados da Federação e que isso não aconteça no Estado do Paraná, pois é da competência concorrente da União e dos Estados, legislar sobre pesca, nos termos do artigo 24, inciso VI da Constituição Federal.

3.3 A CPI entende que o produtor de peixe precisa evoluir no processo de organização, de tecnologia de produção e de comercialização, usando como instrumento as associações, as cooperativas e receber assistência técnica, treinamento, capacitação, inclusive em mercado e marketing. A necessidade de pesquisa é fundamental na área de industrialização, para o desenvolvimento de equipamentos e a diversificação de produtos, visando a agregação de valor e o aproveitamento total do peixe.

3.4 A CPI entende que a inclusão da carne de peixe na merenda escolar deve ser adotada, estimulada e desenvolvida, pois se trata de alimento rico em proteína animal, minerais, sem colesterol e é produzida em praticamente todos os Municípios do Estado do Paraná.

IX - “A PESCA MARÍTIMA NO PARANÁ – FASE 4 A”.

Sub-relator:

Deputado Duílio Genari

Assessoria Técnica:

Justino Alves Oliveira - Téc.Agrop. – Emater/PR;
Eduardo Aust – Eng. Civil – Associação Comunitária, Cultural e Artística “Caminhos do Mar” - Matinhos.

1. CARACTERÍSTICAS DA PESCA NO LITORAL PARANAENSE

A pesca extrativa no Paraná, apesar de sua costa marítima estar sobre a influência da corrente das Malvinas, que traz, principalmente no inverno, cardumes volumosos, não se consolidou como uma importante atividade econômica no Estado do Paraná.

Empresas sediadas na orla paranaense, no contexto da crise do setor pesqueiro nacional nesta década, apresentaram redução e/ou paralisação da atividade. As principais características da crise, segundo representantes do setor, residem:

1) na diminuição significativa da produção de pescado, em 30%, quando comparado à produção da década passada;

2) no incremento das importações de pescado para o abastecimento da indústria nacional;

3) na existência de crédito a juros e prazos facilitados, para a importação de pescado;

4) na falta de política que estimule o desenvolvimento da pesca no Litoral do Estado do Paraná, aliada a uma carga tributária elevada para o setor e às dificuldades burocráticas de acesso às linhas de crédito para investimento e custeio.

Em 2.000, pelo último levantamento elaborado, o total de pescadores dos 06 Municípios da orla paranaense era de 4.078, com o município de Guaraqueçaba tendo o maior número.

As embarcações cadastradas totalizaram 2.047, destacando o município de Paranaguá com a maior frota. Considerando-se o total de capturas das principais espécies, naquele ano foram embarcadas, 4.904 toneladas de camarão e 1.363 toneladas de pescado, volume, que atesta o baixo desempenho do segmento, em relação às potencialidades da atividade, no Atlântico Sul.

Observa-se que este grande potencial está sendo bem explorado pelos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como São Paulo e Rio de Janeiro.

PESCA MARÍTIMA - PARANÁ - CARACTERÍSTICAS DO SETOR - 2000

Município	Nº de Pescadores	Nº de Embarcações	Produção Camarão (toneladas)	Produção Pescado (toneladas)
Antonina	1.040	350	89	93
Guaraqueçaba	1.097	572	585	280
Guaratuba	540	350	3.400	400
Matinhos	156	60	210	190
Paranaguá	1.005	625	520	300
Pontal do Paraná	240	90	100	100
TOTAL	4.078	2.047	4.904	1.363

PESCA MARÍTIMA - PARANÁ - CARACTERÍSTICAS DO SETOR - 2000

Município	Nº de Pescadores	Nº de Embarcações	Produção Camarão (toneladas)	Produção Pescado (toneladas)
Fonte: Emater/PR - Elaboração: Seab/Deral				

As principais empresas e indústrias que comercializam a produção paranaense de pescado marítimo concentram-se nos municípios de Paranaguá e Guaratuba e totalizam uma capacidade instalada de armazenagem igual a 99,3 mil toneladas anuais.

1. PESCA MARÍTIMA – PARANÁ - PRINCIPAIS EMPRESAS E CAPACIDADE DE ESTOCAGEM INSTALADA – 2000

Empresa	Município	Capacidade Instalada (Ton./Ano)
Hoshima e Cia. Ltda.	Paranaguá	20.000
Impescal Ltda.	Guaratuba	36.500
Guarapesca	Guaratuba	11.000
Pescados Dulce	Guaratuba	400
Pescados Pontal do Sul	Pontal do Paraná	3.650
Pescados Chico	Guaratuba	7.300
Pescados Perez	Guaratuba	7.300
Pescados J. Satiro	Guaratuba	11.000
Pescados V. Fernandes	Guaratuba	3.150
TOTAL DO PARANÁ		99.300
Fonte: Seab/Deral		

2. PROPOSTAS E AÇÕES PARA O SETOR DA PESCA ARTESANAL NO LITORAL PARANAENSE**2.1 Fim da pesca predatória:**

A CPI entende ser necessária a organização dos pescadores do litoral do Estado do Paraná e que deve existir um calendário de pesca anual para a orla marítima estadual, com determinação dos períodos de “defeso” levando em consideração as peculiaridades locais, elaborado em conjunto, pelas entidades de representação dos pescadores e dos órgãos públicos que atuam no setor.

A CPI entende, pelos depoimentos apresentados na audiência pública, que cabe aos órgãos de defesa do meio ambiente do Estado do Paraná e a Capitania dos Portos do Ministério da Marinha em Paranaguá exercer a fiscalização efetiva das águas territoriais paranaenses e reprimir os abusos e a pesca predatória que vem sendo praticada por barcos pesqueiros provenientes de outros Estados da Federação.

Em janeiro de 2002, por exemplo, barcos de grande porte pescaram a tainha, a mais ou menos 400

metros da praia, utilizando-se de redes com mais de 50km, capturaram, aproximadamente 100 toneladas de peixe, sem levar em consideração espécies ou tamanhos permitidos, e ainda cortaram as redes dos pescadores artesanais do litoral paranaense.

O fato foi na ocasião, filmado, gravado e divulgado pela Rede Paranaense de Televisão – RPC.

A CPI entende, pelos depoimentos apresentados em audiência pública, ser necessária a elaboração de um projeto de lei na Assembléia Legislativa, para delimitação da área de pesca por barcos de grande porte, já que o Estado do Paraná tem competência para legislar sobre a pesca, nos termos do artigo 24, inciso VI, parágrafos 1º a 4º da Constituição Federal.

A CPI considera necessária a implantação de linhas de crédito simples e ágeis para a pesca artesanal, com recursos a custos e prazos compatíveis, destinados a investimento, custeio e estocagem para comercialização na época do “defeso”. A organização de cooperativas e associações de pescadores é de extrema importância para atingir esse objetivo, assim como a assistência técnica oficial, que deve estar sempre presente.

Ela também recomenda a criação de programas, por parte dos órgãos públicos e de pesquisa no setor, destinados à criação alternativa e intensiva de outras espécies marinhas, como ostras, mexilhões e camarões nativos no Litoral do Estado do Paraná.

2.2 Organismo de desenvolvimento do litoral:

A CPI pelos depoimentos apresentados em audiência pública, considera conveniente e oportuna, passível de ser examinada e executada pelo Poder Executivo do Estado do Paraná, a reivindicação apresentada pelos pescadores e entidades de representação do Município de Matinhos, para a canalização de trecho do Rio Matinhos, a contar do mar, chamado de "Projeto de Canalização do Rio Amarelo".

A CPI entende que a canalização do chamado Rio Amarelo vai criar uma adequada infra-estrutura de atracação e de abrigo de embarcações no local, tanto da frota pesqueira, quanto dos barcos de lazer, desenvolvendo a pesca artesanal no litoral, as oportunidades de emprego e a geração de riquezas.

X - CPI DOS ALIMENTOS - "A CADEIA PRODUTIVA DO CAFÉ - FASE 5".

Deputado Sub-relator:

Deputado José Maria Ferreira

Assessoria Técnica:

Margorete Demarchi – Eng. Agron. - SEAB/Deral

Edson José Trento – Eng. Agron. - Emater/PR

Ricardo Strenger – Médico - Associação Paranaense dos Cafeicultores - APAC

1. ASPECTOS DA CAFEICULTURA PARANAENSE

A cafeicultura foi introduzida no Estado do Paraná no século passado, mas foi a partir dos anos 50 que teve grande expansão, motivada pela alta dos preços no mercado internacional, com a cultura passando de 300 mil hectares, em 1951, para 1,6 milhão de hectares, em 1962.

Foi na safra 61/62 que a cafeicultura paranaense atingiu seu apogeu, quando foram colhidas 21,3 milhões de sacas de 60 kg, equivalentes a 28 % da produção mundial.

Por um longo período, o café foi o principal gerador de riquezas no Estado do Paraná, propiciando a fixação do trabalhador no meio rural, além de contribuir para coroar com êxito o modelo de colonização, tornando as pequenas e médias propriedades economicamente viáveis, numa época de poucas alternativas de renda.

A tecnologia do cultivo tradicional inicialmente foi sustentada pela alta fertilidade natural do solo, por um sistema de "colonato" com grande disponibilidade de mão-de-obra no campo, pela existência de um acordo internacional de preços elevados e por subsídios e incentivos governamentais.

Mas acabou desorganizando a produção, tornando a cafeicultura ineficiente e pouco competitiva, frente a outras atividades agropecuárias.

O aumento desenfreado da produção teve, como consequência, a queda dos preços no mercado internacional, levando o Governo Federal a incentivar programas de erradicação, como forma de reduzir a produção interna e na tentativa de recuperação dos preços internacionais, pois o Brasil respondia por cerca de 70 % do café produzido no mundo.

Essa situação foi agravada com as geadas ocorridas em 1975, que praticamente acabaram com os cafezais paranaenses e determinaram o início de uma nova fase na agricultura do Estado do Paraná, com a substituição do café por culturas anuais de soja, milho e trigo.

No início da década de 90 a área cultivada no Paraná voltou aos patamares dos anos 50, situando-se em torno de 430 mil hectares. Os baixos preços recebidos acabaram provocando um forte desestímulo no setor, com o abandono ou má condução dos cafezais, que acabaram gerando baixa produtividade e queda na qualidade do produto, com o conseqüente aumento do custo de produção e descapitalização dos cafeicultores.

O preço recebido pelos cafeicultores paranaenses na época referida era de US\$ 50,00 por saca de 60 kg, enquanto que o custo variável era de US\$ 62,00 e o custo total era de US\$ 90,00. Com a rentabilidade negativa novamente foram tomadas medidas para erradicação de cafezais.

A ocorrência de geadas no período foi, outra vez, fator determinante nos rumos da cafeicultura paranaense. Com as geadas ocorridas em 1994, o processo de erradicação que já vinha ocorrendo, acelerou-se. Um novo modelo tecnológico começou a ser implantado.

A cafeicultura entrou em uma nova fase, com o plantio adensado, vislumbrando um cenário de maior produtividade e maiores lucros para os cafeicultores.

Essa nova etapa, de renovação e revitalização dos cafezais, foi imprescindível, diante de um livre mercado mundial, sem acordos de sustentação de preços, com competição por produtividade e principalmente pela qualidade do produto.

O sistema conhecido como "café adensado" tem como objetivos básicos o aumento da rentabilidade e a estabilidade econômica dos produtores via eficiência produtiva, através do aumento de produtividade, redução dos custos e melhoria da qualidade do café.

A área do café adensado, que era de 1.200 ha em 1994, passou para 48.000 ha em 2000, o que representa um incremento de 3900 % no período. Apesar do aumento significativo na área com café adensado, a área total plantada no Estado decresceu. Estima-se que a área total cultivada situa-se em 147.135 ha, 66 % inferior a do início da década de 90.

Porém, a história voltou a se repetir no ano de 2000. Os cafeicultores estavam na iminência de colher uma safra próxima de 3,0 milhões de sacas, com parte do

parque cafeeiro renovado, quando foram surpreendidos com severas geadas, que reduziram significativamente o volume de recursos financeiros investidos na atividade, quebrando a safra em 85 %.

Aliado a essa redução na produção paranaense de café, a cafeicultura, tanto estadual como nacional, passou por um período de sérias dificuldades, em função dos baixos preços do produto no mercado internacional, ocasionado, principalmente, pelo crescente nível de oferta.

Entre os anos de 1997 e 2001, a produção mundial apresentou um crescimento de 21 %, enquanto que o consumo cresceu 3,5 %. Esse descompasso foi o principal fator para que as cotações internacionais tivessem uma redução de mais de 60 % durante o período.

Nos últimos 8 anos o Estado do Paraná colheu, em média, 1,6 milhão de sacas anuais. Ele participa com 6 % da produção nacional, a qual situou-se no período em 28 milhões de sacas anuais. Historicamente, o Estado do Paraná vinha se posicionando como o 4º produtor nacional, porém nas últimas duas safras, o Paraná decaiu para a 6ª colocação.

1995	167.361	Sacas de 60 quilos
1996	1.281.541	Sacas de 60 quilos
1997	1.827.180	Sacas de 60 quilos
1998	2.259.893	Sacas de 60 quilos
1999	2.391.416	Sacas de 60 quilos
2000	2.207.309	Sacas de 60 quilos
2001	540.000	Sacas de 60 quilos
2002	2.014.000	Sacas de 60 quilos

O plantio está concentrado nas Regiões Norte e Noroeste do Estado, com destaque para o Núcleo Regional de Jacarezinho, localizado no Norte Pioneiro, o qual respondeu por 28,5 % da produção estadual em 2002.

Segundo pesquisa realizada pelo Departamento de Economia Rural - Deral, estima-se que o café é explorado em cerca de 18.000 propriedades rurais, com uma área média cultivada de 8,4 ha. Cerca de 83 % dos estabelecimentos possuem até 50 ha, as quais respondem por 64 % da área cultivada no Paraná.

2. PROPOSTAS E AÇÕES DA CPI DOS ALIMENTOS – “A CADEIA PRODUTIVA DO CAFÉ – FASE 5”.

A CPI, pelos depoimentos apresentados nas audiências públicas pelos cafeicultores, entidades de representação, técnicos e órgãos públicos que atuam no setor, considera serem relevantes as seguintes propostas:

2.1 Definição de padrões do café produzido no Estado do Paraná, visando torná-lo mais competitivo no

mercado nacional e internacional, devendo ser implementados, para tanto, mecanismos de rastreabilidade.

2.2 Promoção de um sistema de informação de mercado visando assessorar os órgãos e entidades ligadas à classe produtora de café.

2.3 Criação de um programa a nível estadual para ir substituindo gradualmente o parque cafeeiro tradicional e improdutivo pela nova tecnologia da adensação.

2.4 Criação de linhas de créditos para custeio, investimento e comercialização do café, bem como de centros de provas nos pólos cafeeiros.

XI - CONCLUSÃO FINAL:

A CPI foi criada para atuar na área de formação dos preços de alimentos e efetuou minucioso levantamento nos principais produtos que compõem a Cadeia Agroalimentar. Ela atuou desde a sua instalação em 20 de dezembro de 2001 até a presente data, realizando diversas audiências públicas e reuniões de trabalho, tanto na Assembléia Legislativa como nas cidades do interior do Estado do Paraná, como Ponta Grossa, Guarapuava, Francisco Beltrão, Cascavel, Maringá, Londrina, Paranaíba, Toledo, Castro e ainda, em Florianópolis e Brasília, sempre contando com a participação dos órgãos públicos e privados, mencionados na apresentação deste relatório final, para a execução dos seus trabalhos.

A CPI realizou completa e minuciosa investigação nas Cadeias Produtivas do Leite, das Carnes, dos Hortifrutigranjeiros, e do Café, constatando graves distorções em todas as fases de produção e de comercialização dos produtos. Ela também constatou que a legislação que regula a atividade agropecuária ainda é falha e está muito aquém dos interesses dos produtores e das aspirações da sociedade como um todo.

A CPI constatou que existe no setor investigado, em matéria de economia, de política agropecuária e de comércio exterior, um grande descompasso entre a atuação do Estado e as necessidades da Nação.

Ela tomou conhecimento e revelou, de modo oficial, por exemplo:

1. Na Cadeia Produtiva do Leite:

a) que o Poder Público ainda se utiliza do leite em pó importado, nos programas sociais, em detrimento do produto nacional;

b) que ainda faltam laboratórios para análise de alimentos e que o consumidor pode estar tomando soro como leite;

c) que o produtor continua entregando seu leite às indústrias sem contrato de venda e sem saber o preço que irá receber no mês seguinte ao da entrega da produção;

d) que a embalagem utilizada na produção do leite UHT no Estado do Paraná é fornecida por uma única empresa produtora, que dita a regra de comercialização e fixa o preço, de maneira unilateral;

e) que não existem mecanismos de governo para promover a eficiente estocagem através das Políticas de

Garantia de Preços Mínimos, permitindo a existência de ciclos na atividade leiteira que provocam enormes prejuízos a um grande contingente de produtores.

2. Na Cadeia Produtiva da Carne:

a) que não existem mecanismos de Governo, para evitar que a produção de milho do Paraná seja vendida para fora do Estado e que os produtores paranaenses de suínos, frangos e leite tenham, mais adiante, que importar milho, para não verem seus rebanhos perecerem;

b) que a maior quantidade de carne consumida é oriunda dos abates clandestinos e de carnes sem inspeção oficial;

c) que não existem, rigorosamente, regras de mercado a prevalecer para fixação dos preços, pois os produtores sempre estão recebendo preços inferiores ao de custo de produção.

3. Na Cadeia Produtiva dos Hortifrutigranjeiros:

a) que os produtores de hortifrutigranjeiros ainda não tem o devido reconhecimento dos demais segmentos integrantes da Cadeia Produtiva dos Hortifrutigranjeiros, pois estão sujeitos a elevados preços por ocasião da aquisição dos insumos e à venda de seus produtos por preços muito inferiores aos custos de produção.

4. Na Cadeia Produtiva do Peixe e da Pesca Artesanal no Litoral do Paraná:

a) que a carne de peixe continua sendo um dos mais nobres e nutritivos alimentos para o ser humano e que o Estado do Paraná possui todas as condições para a sua produção, mas a burocracia oficial dificulta e empenha o desenvolvimento do setor, até na concessão de licenças ambientais para a criação de peixe, fato que não acontece nos demais Estados da Federação, como São Paulo e Bahia;

b) que a pesca artesanal é exclusivamente o resultado do trabalho corajoso dos pescadores do litoral do Estado do Paraná, que ela sobrevive sem o devido apoio governamental, principalmente na área econômica, está sujeita a fiscalização sem critérios perfeitamente claros e previamente definidos, a partir de uma legislação ambiental confusa, que não quer permitir a sobrevivência do pescador artesanal, e, finalmente, que está sujeita a concorrer com as periódicas invasões das praias do litoral paranaense por barcos pesqueiros oriundos de outros Estados da Federação.

5. Na Cadeia Produtiva do Café:

a) que a falta de credibilidade, em relação à qualidade do café paranaense, tem dificultado sua exportação e melhores cotações de preço;

b) que os fatos da natureza e os descaso governamental para com a produção do café paranaense continuam desorganizando o mercado interno e externo, sem muitas perspectivas para os produtores nos próximos anos;

A CPI declara que, se não bastassem todos os problemas que já põem em risco o futuro dos integrantes do setor agropecuário paranaense, constatou, em todas as

suas investigações, a procedência das denúncias contra as redes varejistas de supermercados que atuam no Estado do Paraná, que se aproveitam da sua posição econômica dominante para impor, aos fornecedores e produtores, descontos, bonificações, reduções de preços, doações, já referidos, por exemplo, no capítulo III, item 4, do Relatório da CPI dos Alimentos – “A Cadeia Produtiva do Leite – Fase 1”, que podem constituir casos de infração à ordem econômica, previstos na lei 8.884, de 11 de junho de 1994 e casos de práticas abusivas em detrimento das relações de consumo, previstos na lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

A CPI entende, todavia, que vários resultados positivos foram obtidos em benefício das cadeias produtivas, durante o período dos trabalhos e das investigações realizados, de ora em diante ressaltados:

1) “Ação judicial proposta por Blouberg Alimentos Ltda versus Sonae – Distribuição Brasil S/A”

A sociedade comercial Blouberg Alimentos Ltda. ajuizou uma ação ordinária contra o Sonae – Distribuição Brasil S/A perante a 9ª Vara Cível da Comarca de Curitiba (Autos 942/2000), para pedir a declaração de nulidade das cláusulas do chamado “desconto fidelidade”, “rappel” ou “rappel escalão”, que a rede varejista cobra do fornecedor nos termos de contrato mercantil assinado entre as partes, com a devolução, em dobro, dos valores pagos, nos termos do artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

A Blouberg Alimentos Ltda. sustentou que as cláusulas que impunham os descontos, no percentual de 3,5% até 5 %, eram nulas porque abusivas, ilegais, já que foram obtidas pela rede varejista prevalecendo de sua posição econômica dominante.

O Juiz de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Curitiba, Dr Mario Helton Jorge, julgou a ação ordinária procedente e declarou a nulidade das cláusulas dos descontos permanentes e de “rappel”, constantes dos contratos de fornecimento assinados com a Blouberg Alimentos Ltda, condenando o Sonae – Distribuição Brasil S/A à devolução, em dobro, dos valores recebidos (sentença, Autos 942/2000, fls. 119/130).

O Sonae – Distribuição Brasil S/A recorreu ao Tribunal de Justiça do Paraná, mas a 8ª Câmara Cível, no julgamento da Apelação Cível nº 120.282-0, relator o Desembargador Campos Marques, manteve a sentença do Juiz, na parte relativa a decretação de nulidade das cláusulas dos descontos permanentes e de “rappel”, por unanimidade.

O voto do Desembargador Campos Marques, acompanhado pelos votos dos Desembargadores Ivan Bortoleto e Juiz Convocado Antonio Renato Strapasson, entendeu que as cláusulas eram nulas em virtude de coação, já que os contratos de fornecimento estipulados pelo Sonae – Distribuição Brasil S/A foram de adesão, onde manifestou sua posição dominante, com cláusulas que revelam total desequilíbrio entre as partes.

Ele está assim redigido, na parte que interessa à CPI:

“A inaplicação do **codex** consumerista, contudo, não implica na improcedência da ação, pois, comprovada a coação, são, igualmente, nulas as apontadas cláusulas, na forma do artigo 147, inciso, II, do Código Civil.

O contrato de fls. 32/33, aliás, é eloquente em tal sentido, vez que foi firmado em formulário próprio da empresa apelante (Sonae) - um verdadeiro contrato de adesão -, com cláusulas (aquelas impugnadas) que revelam um total desequilíbrio, **tudo confirmado pelo fato, público e notório (art. 334, I, do CPC), de que a reclamação observada na inicial é freqüente nas relações comerciais da recorrente (Sonae), tanto que tramita, a respeito, uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembléia Legislativa do Estado.**

Nulas, portanto, as cláusulas que tratam dos descontos permanentes e de fidelidade (rappel), mas só aquelas observadas nos contratos assinados nos anos de 1998, 1999 e 2000, a empresa recorrente (Sonae) deve restituir os respectivos valores, em montante a ser estabelecido em liquidação, tal como determinou a sentença apelada, só que excluía a devolução em dobro, posto que, consoante se consignou acima, não se aplica a regra prevista no artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor “.

(grifo não original, acórdão, AC nº 120.282-0, fls 188/202)

O Presidente da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça Desembargador Ivan Bortoleto, quando votou de acordo com o Desembargador Campos Marques, proferiu uma declaração de voto, que acompanha o acórdão, assim redigida, na parte que interessa à CPI:

“... a aquisição da Companhia Real de Abastecimento pela apelante (Sonae) acabou influenciando significativamente nas relações comerciais que até então vinha mantendo com a apelada (Blouberg), pois como é incontroverso, esta foi obrigada a aceitar novas formas de fornecimento impostas pelo grupo Sonae, mesmo temendo alguma desvantagem futura, pois como é razoável supor, desejava evitar o mal maior de que a sua própria atividade econômica se tornasse inviável.

O poderio econômico da rede multinacional Sonae é um fato público e notório. A abrupta aquisição que fez, de tradicionais empresas no sul do país, no ramo de supermercados, tal e qual a Companhia Real de Abastecimento, tipifica evento de caráter imprevisível.

A adesão compulsória da empresa fornecedora aos termos dos contratos pré-formatados que lhe foram apresentados restou evidenciada.

Assim, a exigência de “prêmios de fidelidade” mensais e anuais, figura estranha ao nosso ordenamento jurídico, merece ser repelida, por ter servido apenas para fomentar o desequilíbrio da relação comercial em detrimento da parte economicamente mais fraca “.

(acórdão AC nº 120.282-0, fls. 200/202).

A 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, quando julgou o recurso do Sonae - Distribuição Brasil S/A na Apelação Cível nº 120.282-0, relator o Desembargador Campos Marques, reformou parcialmente a sentença do Juiz de Direito, na parte relativa à devolução, em dobro, dos valores de descontos permanentes, de fidelidade e “rappel”, porque considerou incabível a incidência do artigo 42, parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor, no caso do processo.

O acórdão entendeu que a relação entre o fornecedor e o varejista não constitui relação de consumo e por isso está sujeita à aplicação das regras gerais da legislação civil, que determinam a devolução de modo simples.

A decisão proferida pela 8ª Câmara Cível no julgamento da Apelação Cível nº 120.282-0, relator o Desembargador Campos Marques, não é definitiva, pois ainda está sujeita a recurso especial ou extraordinário perante os Tribunais Superiores, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente, em Brasília, assim como ela não estabelece, evidentemente, uma regra geral que passe a valer para todos os casos futuros, pois a sentença, os termos do artigo 472 do Código de Processo Civil, só “faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros”.

Todavia, o acórdão proferido na Apelação Cível nº 120.282-0, relator o Desembargador Campos Marques é um forte precedente judicial, uma decisão pioneira, muito importante, que poderá servir de referência aos outros fornecedores, que quiserem discutir perante o Poder Judiciário as cláusulas de descontos, ora reconhecidas como abusivas, nulas e ilegais, impostas pelas redes varejistas de supermercado à indústria do leite, aos produtores de carne, aos produtores de hortifrutigranjeiros e dos alimentos em geral.

A sentença proferida pelo Juiz de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Curitiba Dr. Mario Helton Jorge e o acórdão prolatado pela 8ª Câmara Cível no julgamento da Apelação Cível nº 120.282-0, relator o Desembargador Campos Marques, revelam que o Poder Judiciário do Paraná está fazendo a Defesa da Cidadania e demonstram que a CPI sempre esteve, como está, no rumo certo, denunciando como abusivas, nulas e ilegais as cláusulas de descontos impostas aos fornecedores por algumas redes varejistas de supermercado.

2) Criação do Conseleite, composto por produtores membros da Comissão de Pecuária de Leite da Federação na Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, por indústrias integrantes do Sindicato das Indústrias e Leite e Derivados do Paraná - Sindileite, com a assessoria técnica da Universidade Federal do Paraná - UFPR, para adoção de critérios que venham a estabelecer preços de referência para o leite produzido no Estado do Paraná;

3) Campanha de Aumento de Consumo de Carne Suína, denominada “Carne Suína - Sabor e Saúde” que se propõe a incentivar o consumo da carne suína, cortes “In natura” no Estado do Paraná, ocorrida no dia 19 de novembro de 2002, com o apoio da Associação Para-

naense de Suinocultura - APS, Sindicato da Indústria de Carne e Derivados do Paraná - Sindicarne, Associação Paranaense dos Supermercados - Apras, Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná - SEAB e Câmara Setorial da Suinocultura;

4) Redução do preço de pauta para base de cálculo do ICMS incidente sobre suínos vivos, pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná;

5) Lei da Rotulagem do Café, de n.º 13.519 de 08 de abril de 2002, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Hermas Brandão, que dispõe sobre a obrigatoriedade de se fazer constar a composição do produto, no rótulo do café torrado e moído;

6) Aumento no prazo de pagamento de recursos para estocagem de leite em pó e outros derivados de 180 para 270 dias;

7) Reativação, pelo Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná - SEAB, Dr. Deni Lineu Schwartz, Presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Política Agrícola - Conderpa, da Câmara Setorial da Suinocultura, instituída através de Resolução N.º 072/97, de 02 de julho de 1997, cujo objetivo principal é promover a efetiva integração dos agentes de produção, de abate e industrialização, da distribuição, do ensino, da pesquisa e assistência técnica, dos fornecedores de insumos e dos governos estadual e federal, para desenvolvimento sustentável da Cadeia Produtiva da Carne Suína.

8) Prorrogação para 2005 da implantação da Portaria 56 e sua readequação às necessidades da agricultura familiar, nos termos da nota técnica do Mapa, conforme audiência pública realizada em Brasília-DF, com a participação da Deputada Luciana Rafagnin e do Deputado Eli Ghellere;

9) Edição da Revista Exame, de 12 de junho de 2002, da Editora Abril, com a reportagem de capa "A Ditadura do Varejo", sobre a disputa existente entre as redes varejistas de supermercados e os fornecedores, fazendo referência aos trabalhos e as denúncias da CPI dos Alimentos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

10) Apresentação de projeto de lei à Assembleia Legislativa, regulamentando a exigência de descontos, como "rappel", "fidelidade", verbas e valores a título de "enxoval", "aniversário de loja", "inauguração de loja", "reforma de loja", "propaganda ou trade marketing", "desconto logístico", cessão de espaço em gondolas ou terminais, das pessoas, fornecedores ou comerciantes em geral, que lhes vendem serviços, produtos ou mercadorias;

Os deputados integrantes da Comissão esperam ter contribuído com seu papel como representantes do povo, na apuração dos fatos e problemas que afligem as diversas Cadeias Produtivas, objetos do presente trabalho desta CPI, procurando acabar com as distorções existentes.

Eles apresentam agradecimentos a toda assessoria e funcionários, que dedicaram o melhor dos seus esforços na execução dos trabalhos, à Mesa Executiva da Assem-

bléia Legislativa, que colocou à sua disposição os meios necessários, bem como a todas as entidades, órgãos, instituições ou secretarias participantes.

Curitiba, 02 de dezembro de 2002.

(aa) ORLANDO PESSUTI

Presidente

CEZAR SILVESTRI

Relator

ELI GHELLERE

Vice-Relator

ADEMIR BIER

LUCIANA RAFAGNIN

DUÍLIO GENARI

SERAFINA CARRILHO

PASTOR EDSON PRACZYK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 742/2002

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Fundação Santa Marta de Combate ao Câncer de Jaguariaíva, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Santa Marta de Combate ao Câncer de Jaguariaíva é uma entidade sem fins lucrativos, tendo seu estatuto devidamente registrado no Cartório Privativo de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca, conforme se infere da certidão que acompanha esta proposição. Funcionam suas atividades na rua Lourenço Cioli, 309, centro da cidade de Jaguariaíva, presta um trabalho de altíssimo valor social através da assistência na prevenção de câncer, suporte medicamentoso, órteses e próteses e principalmente campanhas de orientação na rapidez do diagnóstico da doença na comunidade carente da região.

Entendendo que as atividades desenvolvidas pela referida entidade é merecidamente elogiável, visto que os registros médicos acusam o câncer como a segunda maior causa de mortes no Brasil, perdendo apenas para doenças cardiovasculares, e que através da informação estamos melhorando tanto a prevenção quanto a rapidez do diagnóstico da doença, exames ou as melhores formas de tratamento, é que esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação para esta proposta de lei que reconhece publicamente o esforço e excelente trabalho da Fundação Santa Marta de Combate ao Câncer de Jaguariaíva.

PROJETO DE LEI Nº 743/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Sebastião José Monteiro - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz na comarca de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 14 de março de 1996, a Escola Municipal Sebastião José Monteiro - Educação Infantil e Ensino Fundamental, tem por finalidade a participação ativa nas atividades extra-classe e recreativas, objetivando defender os interesses coletivos, buscando melhorar a qualidade de ensino.

A documentação inclusa comprova que a APM da Escola Municipal Sebastião José Monteiro - Educação Infantil e Ensino Fundamental preenche todos os requisitos legais exigidos para a declaração de Utilidade Pública, eis que: possui personalidade jurídica, estando devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Cruzeiro do Oeste; está em efetivo funcionamento há mais de 6 anos; não tem fins lucrativos; presta desinteressadamente serviços à comunidade e sua diretoria não é remunerada a qualquer título.

Além disso, anexamos também a Ata de Eleição da diretoria atual, bem como o relatório de atividades do último ano.

Contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 744/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Escola Municipal Laudelino Rosa de Mello - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz na comarca de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 1995, a Escola Municipal Laudelino Rosa de Mello - Educação Infantil de Ensino Fundamen-

tal, tem por finalidade a participação ativa das atividades extra-classe e recreativas, objetivando colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino.

A documentação inclusa comprova que a Escola Municipal Laudelino Rosa de Mello - Educação Infantil e Ensino Fundamental preenche todos os requisitos legais exigidos para a declaração de Utilidade Pública, eis que: possui personalidade jurídica, estando devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas da Comarca de Cruzeiro do Oeste; está em efetivo funcionamento há mais de 7 anos; não tem fins lucrativos; presta desinteressadamente serviços à comunidade e sua diretoria não é remunerada a qualquer título.

Além disso, anexamos também a Ata de eleição da diretoria atual, bem como o relatório de atividades do último ano

Contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 745/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Escola Municipal Rural Municipal Augusta Gutierrez Lopes - Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz na Comarca de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 1996, a Escola Rural Municipal Augusta Gutierrez Lopes - Educação Infantil de Ensino Fundamental, tem por finalidade a participação ativa nas atividades extra-classe e recreativas, objetivando colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino.

A documentação inclusa comprova que Escola Rural Municipal Augusta Gutierrez Lopes - Ensino Fundamental preenche todos os requisitos legais exigidos para a declaração de Utilidade Pública, eis que: possui personalidade jurídica, estando devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas da Comarca de Cruzeiro do Oeste; está em efetivo funcionamento há mais de 6 anos; não tem fins lucrativos; presta desinteressadamente serviços à comunidade e sua diretoria não é remunerada a qualquer título.

Além disso, anexamos também a Ata de eleição da diretoria atual, bem como o relatório de atividades do último ano.

Contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 746/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Escola Municipal Manoel Ribas - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz na Comarca de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 1987, da Escola Municipal Manoel Ribas - Educação Infantil de Ensino Fundamental, tem por finalidade a participação ativa nas atividades extra-classe e recreativas, objetivando colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino.

A documentação inclusa comprova que Escola Municipal Manoel Ribas - Educação Infantil Ensino Fundamental preenche todos os requisitos legais exigidos para a declaração de Utilidade Pública, eis que: possui personalidade jurídica, estando devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas da Comarca de Cruzeiro do Oeste; está em efetivo funcionamento há mais de 15 anos; não tem fins lucrativos; presta desinteressadamente serviços à comunidade e sua diretoria não é remunerada a qualquer título.

Além disso, anexamos também a Ata de eleição da diretoria atual, bem como o relatório de atividades do último ano.

Contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 747/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Escola Municipal Arnaldo Busato - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz na Comarca de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 1995, da Escola Municipal Arnaldo Busato - Educação Infantil de Ensino Fundamental, tem por finalidade a participação ativa nas atividades extra-classe e recreativas, objetivando colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino.

A documentação inclusa comprova que Escola Municipal Arnaldo Busato - Educação Infantil Ensino Fundamental preenche todos os requisitos legais exigidos

para a declaração de Utilidade Pública, eis que: possui personalidade jurídica, estando devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas da Comarca de Cruzeiro do Oeste; está em efetivo funcionamento há mais de 7 anos; não tem fins lucrativos; presta desinteressadamente serviços à comunidade e sua diretoria não é remunerada a qualquer título.

Além disso, anexamos também a Ata de eleição da diretoria atual, bem como o relatório de atividades do último ano.

Contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 748/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Jardim Floresta, com sede no município de Planalto e foro na Comarca de Capanema, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 22 de julho de 1988, a Associação de Moradores do Bairro Jardim Floresta, tem por finalidades estudar as condições sociais e econômicas, bem como assistenciais do bairro, objetivando solucionar problemas e representar os moradores junto a poderes constituídos.

A documentação inclusa comprova que a Associação de Moradores do Bairro Jardim Floresta preenche todos os requisitos legais exigidos para a declaração de Utilidade Pública, eis que: possui personalidade jurídica, estando devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas da Comarca de Capanema; está em efetivo funcionamento há mais de 10 anos; não tem fins lucrativos; presta desinteressadamente serviços à comunidade e sua diretoria não é remunerada a qualquer título.

Além disso, anexamos também a Ata de eleição da diretoria atual, bem como o relatório de atividades do último ano.

Contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 749/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Planejamento Natural da Família, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Planejamento Natural da Família, com sede e foro nesta capital, foi criado com o objetivo de promover e coordenar atividades que visem o crescimento da pessoa humana, o aperfeiçoamento das relações familiares e colaborar no processo de conscientização e de desenvolvimento social.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 750/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Acrescenta ao inciso III do artigo 14 da Lei 11.580/96, alínea com a seguinte redação:

“combustíveis utilizado em linhas regulares de transporte aéreo coletivo de passageiros, efetivamente utilizados em vôos intermunicipais sobre o território paranaense”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Duflío Genari, Cesar Seleme, Moysés Leônidas e Elio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

As empresas aéreas sob o fundamento de corte de custos vem suspendendo vôos de importantes regiões do Estado, em prejuízo dessas regiões e de seus habitantes. Portanto, a presente proposição, ao reduzir para 7% a alíquota do ICMS do combustível de aviação (a alíquota da querosene é hoje 18%) visa estimular a reabertura e a criação de vôos no Estado, o que, evidentemente, e do interesse das forças econômicas e da população de todos os recantos do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 751/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao município de Mallet o imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet, transcrito no livro 3D, folha 064, sob nº 4.265, advindo da transcrição nº 1.582, datado de 28 de fevereiro de 1951, constando uma área de terras rural s/n, contendo dez mil metros quadrados, com cem (100) metros de cada lado, e

uma casa de madeira, coberta de taboinhas, situada no lugar denominado “Serra Só”, no município de Mallet, dividido em duas faces, com a estrada Carrocel e as restantes com terras de propriedades dos doadores, com transcrição anterior sob nº 1.582, do Registro Imobiliário da Comarca de União da Vitória.

Parágrafo Único - A doação do imóvel a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado exclusivamente para instituição de um Parque Ambiental do município de Mallet, não podendo ser dada outra destinação, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora apresentamos, visa atender uma antiga aspiração de toda a população da Região do município de Mallet, que quer manter preservada uma área de terra, instituindo um Parque Ambiental.

A área em epígrafe, está correndo risco de desmatamento e destruição, pois não há manutenção, sendo esquecida a sua existência.

Por se tratar de matéria de elevado cunho meritório, conclamo a todos os nobres pares desta Assembléia Legislativa, para apoiarem a nossa iniciativa, pois inúmeros benefícios ambientais trará ao Paraná, Estado que é reconhecidamente uma unidade federativa atenta às questões ecológicas.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao deputado Cesar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Ocupo a tribuna na tarde hoje, no Horário do Grande Expediente, para apresentar aos senhores deputados o relatório final da CPI dos Alimentos. CPI dos Alimentos, que iniciou seus trabalhos há aproximadamente um ano atrás, mais precisamente no dia 20 de dezembro de 2001.

Iniciamos nossos trabalhos com audiências públicas, percorrendo as principais cidades do Estado do Paraná, onde pudemos fazer um diagnóstico da cadeia produtiva dos alimentos, de forma geral.

A CPI ficou conhecida, através da imprensa, como “CPI do Leite”, mas na verdade, ela foi constituída para levantar todos os problemas que ocorrem na cadeia produtiva dos alimentos, de forma geral, mais especifica-

mente do leite, da carne, do café e dos hortifrutigranjeiros. Houve também uma solicitação do setor de piscicultura do Estado do Paraná para que, antes do término dos nossos trabalhos, eles fossem ouvidos. Isso aconteceu e foi aprovado, por parte de todos os membros da Comissão, a participação da piscicultura.

Pudemos diagnosticar, ao longo desse trabalho, através das audiências públicas, percorrendo todo o Estado e também nas reuniões da Comissão que fizemos aqui na Assembléia Legislativa, onde algumas entidades foram convocadas, sob juramento, todos os problemas da cadeia produtiva dos alimentos, citados aqui anteriormente.

Com relação ao leite, especificamente, que foi a primeira etapa dos nossos trabalhos, pudemos levantar alguns problemas, reivindicações, houveram algumas denúncias. E posso assegurar aos senhores deputados, que todas as denúncias que foram apresentadas à nossa Comissão, neste período, nessa fase investigativa por parte da Comissão, serão encaminhadas ao Ministério Público Estadual, ao Ministério Público Federal, à Receita Estadual e à Receita Federal. É importante também frisar que houve a participação do Ministério Público em todas as reuniões da nossa Comissão, como também por parte da imprensa, a quem quero agradecer toda cobertura que nos deu e o mais importante: todas as entidades, inclusive as entidades denunciadas, tiveram oportunidade de opinar, de participar das reuniões. Fizemos questão absoluta de agir dessa forma, seguindo a orientação, em primeiro lugar do presidente da Comissão, deputado Orlando Pessuti, que nos deu total apoio para que pudéssemos elaborar o nosso trabalho, e também por parte da Mesa Executiva, a quem quero agradecer, na pessoa do deputado Hermas Brandão, a todos os membros da Comissão Executiva, que nos deram todas as condições de desenvolvermos o nosso trabalho.

Durante essa fase investigativa, eu citaria que uma das denúncias e das preocupações da cadeia produtiva dos alimentos de uma forma geral, é com relação a grande concentração existente hoje pelas grandes redes de supermercados em nosso País. Para que vocês tenham uma idéia: hoje, apenas quatro grandes redes de supermercado detêm mais de cinquenta por cento da venda de produtos lacto em nosso Estado. E também passando deste percentual, ou seja, mais de 50% das vendas na Capital, mostrando claramente que há uma grande concentração; e nós propomos aqui, em nosso relatório final, para que medidas sejam feitas por parte do Congresso Nacional, uma legislação específica, proibindo essa concentração desses grandes grupos, que acabam prejudicando o nosso setor produtivo, na nossa avaliação.

Das denúncias feitas contras as grandes redes varejistas, a principal delas é com relação aos descontos e bonificações que eles acabam exigindo, exatamente pelo grande poder de compra que eles detêm sobre seus fornecedores. Estes descontos e bonificações acabam chegando a um percentual de até 20%. E o que nos chamou a

atenção - e é por essa razão que estamos encaminhando essa documentação para os Ministérios Públicos Estadual, Federal, Receitas Estadual e Federal - é que a Nota Fiscal é exigida por parte destas grandes redes, para que seus fornecedores forneçam no valor integral, desconsiderando estes descontos. Isso faz com que imaginemos que esteja havendo um crédito indevido de ICMS por parte das grandes redes varejistas e também uma possível sonegação de impostos, principalmente impostos federais e mais precisamente imposto de renda, porque no momento em que a empresa está com o valor da nota no valor integral, no momento de fechar a sua contabilidade, provavelmente ela lança esse valor integral como despesas, diminuindo a sua margem de lucro, logicamente sonegando imposto de renda.

Há também uma suposição que haja sonegação de ISS, prejudicando os municípios do Paraná e do Brasil, no momento em que elas cobram através desses descontos e bonificações, serviços que prestam aos seus fornecedores. Se prestam serviços, logicamente incide imposto sobre serviços, prejudicando a todos os municípios do Paraná e principalmente os municípios onde tem sede dessas grandes redes.

Também ficou entre as propostas principais, o estabelecimento, por parte do governo federal, do preço mínimo para o leite. Essa era uma antiga aspiração de todos os produtores de leite do nosso Estado, mas como não podemos legislar a nível federal, o que fizemos: iniciamos um diálogo entre os produtores e acho que foi o ponto forte da nossa CPI - e isto ficou demonstrado e está sendo demonstrado para toda sociedade paranaense, que a Assembléia legislativa pode ser um elo extremamente importante na ligação dos anseios da população paranaense com os órgãos públicos constituídos. E acho que nunca a Assembléia Legislativa foi tão intensamente utilizada, quanto durante o andamento desta CPI.

Mas poderia dizer que mais de 100 entidades, dos mais diversos setores produtivos paranaenses, estiveram conosco na CPI: entidades, empresas, enfim, todos os órgãos e entidades ligados à cadeia produtiva dos alimentos estiveram na CPI dando sugestões e iniciando um diálogo, e através desse diálogo teremos a implantação do preço mínimo de referência para o leite implantado no Estado do Paraná a partir do dia 15 de janeiro, informação que o Conseleite nos passava hoje pela manhã, quando da votação do relatório na Comissão.

Acho que é um avanço importante, é importante que os deputados que não trabalham no setor, que não têm conhecimento do setor, hoje o produtor de leite entrega o seu produto e apenas daqui a quarenta e cinco dias ele saberá quanto receberá pelo seu produto. Com a implantação do preço de referência, que será o primeiro em todos os Estados da Federação - por isso o avanço - o produtor entregará dia 15 de janeiro o leite à indústria, e no mesmo dia ele saberá quanto receberá no prazo do vencimento, fazendo com que ele tenha condições de se

programar, se ele diminui ou aumenta a produção, logicamente vendo este preço.

Acho que esse avanço foi muito importante, a Assembléia serviu de mediadora, onde houve uma participação da Federação da Agricultura, do Sindileite, também por parte dos produtores rurais, o setor industrial mediados pela Universidade Federal do Paraná, que vem realizando esses estudos há mais de seis meses. Ela foi contratada para isso, está desenvolvendo um ótimo trabalho. Como eu disse a vocês, hoje podemos comemorar que dentro de quarenta e cinco dias teremos a implantação do preço de referência do leite no Estado do Paraná.

A reativação da câmara setorial da suinocultura também constitui um avanço importante, até porque com a reativação da câmara setorial, com a participação de diversas entidades, da Secretaria da Agricultura, da Federação da Agricultura e diversas outras entidades, da própria Apras, da Associação Paranaense de Supermercados, tivemos na semana passada o lançamento de uma campanha de incentivo ao consumo da carne suína, que vem passando por uma crise muito grande, que todos vocês conhecem.

Eu poderia dizer que de todos os setores houveram propostas. Com relação às denúncias que apresentamos aqui e as suposições que temos de inflação com relação às grandes redes de supermercados, isso se tornou uma constante, não somente no setor de leite, no setor de hortifrutigranjeiros também houve essa mesma queixa, no setor de carnes da mesma forma. E o mais importante de tudo isso é que conseguimos encerrar nossos trabalhos na Assembléia Legislativa, recebendo o apoio e o elogio de todas as entidades que participaram, todas elas. Na semana passada, quando fizemos a penúltima reunião, praticamente todas as entidades envolvidas na cadeia produtiva dos alimentos se pronunciaram parabenizando o trabalho desta Comissão, parabenizando o trabalho da Assembléia Legislativa, e acho realmente que com isso pudemos desenvolver o nosso trabalho.

O Sr. Algaci Tulio

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero me somar neste momento, a esses apoios que foram dados à CPI do Leite, porque muito embora não sendo membro efetivo da CPI, fiz questão, até pelo fato de ser um homem de imprensa, e pelo fato de que gosto mesmo deste tipo de trabalho, de participar de várias reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito do Leite, e pude ver, sem dúvida alguma, o belo trabalho efetuado pelos seus componentes, em especial Vossa Excelência e o deputado Orlando Pessuti.

Em todas as audiências que participei, pude ver a presença maciça da população, dos pequenos e médios produtores, dos industriais, da Apras também que se fez presente também, enfim, de várias entidades que procuraram trazer a sua contribuição; o próprio Procon também participou, o Ministério Público. Enfim, foi uma CPI que

deixa uma grande marca na Assembléia nesse período, nessa legislatura, pelo trabalho que fez e pelo resultado que apresentou.

Por isso, quero cumprimentá-lo, cumprimentar o deputado Orlando Pessuti e a todos os Parlamentares, fazendo aqui justiça aos demais companheiros, que não lembramos agora dos seus componentes, mas todos tiveram a sua parcela de contribuição no sucesso alcançado por esta CPI.

Dizer que Vossa Excelência se despede desta Casa com dois belíssimos trabalhos, que foi ser o relator do leite e o seu trabalho na Comissão de Orçamento desta Casa. Tenho certeza que esta Casa sentirá saudades de Vossa Excelência pelo seu trabalho, dedicação, pela sua postura ao longo desses anos nesta Casa.

Parabéns mais uma vez a todos os componentes da CPI do Leite.

Muito obrigado!

O SR. CEZAR SILVESTRI

O deputado Algaci Tulio não era membro da CPI, mas participou de várias reuniões, nos dando sugestões, apoio, dando uma grande demonstração de espírito público.

Tive a oportunidade de dizer isso, não só uma vez, com certeza o deputado Algaci Tulio é um dos deputados mais atuantes da história da Assembléia do Estado do Paraná. Desenvolvendo seu trabalho, mostrando espírito público, mostrando participação em todos os momentos que esta Casa solicitou.

Muito obrigado, em nome de todos os membros da CPI, pelo auxílio que nos deu.

Concedo aparte ao deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Quero me somar ao deputado Algaci Tulio, tenho certeza que aos demais deputados desta Casa e parabenizar o resultado desta CPI. O trabalho de seus integrantes, mas principalmente das conclusões, pois estamos acostumados a ver CPI's serem estruturadas e ao seu final o relatório não levar a nenhum tipo de conclusão. Muito pelo contrário, a sua CPI traz resultados concretos para esta Casa, principalmente com relação a exploração, de um cartel de empresas têm agido no mercado varejista. Isso é importante que seja trabalhado. Talvez a sua coragem, a coragem da Assembléia do Paraná em denunciar estas empresas que têm explorado, não só a questão do leite, mas também dos nossos hortifrutigranjeiros aqui da Região Metropolitana de Curitiba e outros pequenos produtores que se sentem escravizados por um processo de compra desumano, e acaba fazendo com que a agricultura familiar seja cada vez mais inviabilizada.

Parabéns pelo trabalho realizado junto com os companheiros da CPI. E dizer: que todas as nossas CPI's possam dar bom resultados como a sua. Tenho certeza que esta Casa estaria bem mais valorizada junto à população paranaense.

Muito obrigado!

O Sr. Augustinho Zucchi

Quero registrar, pois é um fato importante para a Assembléia. Não são todos os momentos que podemos falar de CPI aqui. Tem umas aqui que viraram “marmelanja”. Não terminou. Tem CPI que não faz nenhuma reunião.

Volto a dizer o que disse há tempos atrás com relação à questão da CPI dos Supermercados. Não bastasse o esforço do deputado Geraldo Cartário e do relator Ademir Traiano, não conseguimos saber o que aconteceu com esta CPI.

A CPI dos Alimentos coloca várias alternativas de solução, encaminha ao Ministério Público. Faz o papel que tem que fazer a CPI. Sabemos que a CPI não vai resolver o problema, não vai prender ninguém, não vai executar aquilo que tem que ser executado, mas tem a obrigação de levantar os problemas e encaminhar. Como Vossa Excelência está fazendo.

Quero parabenizar o deputado Orlando Pessuti que também fez um trabalho extraordinário enquanto presidente, juntamente com todos os membros da CPI. Eu não podia participar porque sou membro da Mesa, mas participei de algumas reuniões. Realmente fiquei bastante satisfeito com a forma democrática que foi conduzido e, principalmente pela credibilidade que teve essa CPI para envolver as entidades produtivas do Paraná, entidades que coordenam o processo cooperativista do nosso Estado. Enfim, foi uma CPI que teve resultado, porque conseguiu fazer um levantamento da produção à comercialização desses segmentos produtivos do Paraná, que são extremamente importantes para toda a população.

Gostaria que recebesse o cumprimento desse parlamentar para toda a Comissão que faz parte da CPI dos Alimentos.

Parabéns! Muito obrigado!

O SR. CEZAR SILVESTRI

Quero agradecer também ao deputado Augustinho Zucchi, como bem disse por se membro da Mesa Executiva não poderia participar da Comissão, mas nos deu uma contribuição importante, participando de várias reuniões, dando sugestões para o nosso relatório.

Pediria permissão ao presidente Hermas Brandão, para que eu lesse apenas a conclusão final, até porque estamos dando entrada num projeto de resolução e neste projeto todos os deputados terão acesso a uma cópia na íntegra do relatório.

Concedo aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Cezar Silvestri, Vossa Excelência neste ano, juntamente com o deputado Orlando Pessuti, com os membros desta Comissão, com uma equipe de assessores que colaborou muito para que esse resultado pudesse ser exposto por Vossa Excelência brilhantemente.

Quero cumprimentar todos os membros, Vossa Excelência, deputado Orlando Pessuti. Vossa Excelência deixa esta Casa para assumir uma missão maior no Congresso Nacional deixa também um trabalho que deve ser notado por todos aqueles que acompanham a progressão político-administrativa do nosso Estado.

Esse resultado da CPI retrata mais uma vez a necessidade que esta Casa tem de envolver-se com várias cadeias produtivas do Estado do Paraná.

Vossa Excelência aborda a questão do leite. Poderia abordar a questão da seda. Os que vivem dela estão nas mãos das multinacionais. Talvez o Poder Legislativo pudesse aproximar-se da cadeia produtiva desse setor.

Talvez pudéssemos criar na Assembléia Legislativa, câmaras setoriais. Talvez com expressão maior dos representantes do povo, mais próximo da cadeia produtiva e fazendo ela delegação do poder produtivo do Estado junto ao governo do Estado.

Criando câmaras setoriais; câmaras do algodão, câmara do milho, etc. Poderíamos denominar várias câmaras setoriais e, evidentemente, promover esses debates que são fundamentais para o desenvolvimento e para a correção de injustiças que via de regras, vem dos grandes grupos econômicos.

Então, quero encerrar esse breve aparte, cumprimentando V. Exa. por esse trabalho e dizer que desejo toda a sorte do mundo, para que em Brasília V. Exa. possa repetir a mesma forma de dedicação, a mesma forma de determinação, a mesma forma de amor à causa pública, porque preparado V. Exa. está para ser um digno representante no Congresso Nacional.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Agradeço suas palavras, deputado Neivo Beraldin e dizer que exatamente da sua idéia, as mais de cem entidades que participaram, não só entidades, mas empresas que participaram durante esses onze meses de trabalho das nossas reuniões, sugeriram na última semana, que a Assembléia Legislativa criasse uma comissão permanente de acompanhamento da cadeia produtiva dos alimentos de forma geral.

Mas, nada mais justo, que nós incluíssemos alguns setores nessa comissão permanente. Já temos na Casa o bloco agropecuário tem também a comissão de agricultura. Mas, a idéia das entidades é de utilizar esta comissão permanente não somente nos momentos de crise, mas sempre que sentirem necessidade do apoio dos senhores parlamentares como legítimos representante da sociedade paranaense, é facilitando esse acesso.

Essa idéia foi apresentada, e ela congrega exatamente com a vossa idéia, foi apresentada pelas entidades e inclusive faz parte do nosso relatório final essa sugestão à Mesa Executiva da Casa.

Como o nosso tempo já está quase se esgotando, pediria licença aos senhores deputados para que eu lesse a conclusão final e que pudesse encerrar os nossos traba-

lhos e se sobrar um tempo, darei aparte ao deputado Divanir Braz Palma.

(Lê):

“XI - CONCLUSÃO FINAL:

A CPI foi criada para atuar na área de formação dos preços de alimentos e efetuou minucioso levantamento nos principais produtos que compõem a cadeia Agroalimentar. Ela atuou desde a sua instalação em 20 de dezembro de 2001 até a presente data, realizando diversas audiências públicas e reuniões de trabalho, tanto na Assembléia Legislativa como nas cidades do interior do Estado do Paraná, como Ponta Grossa, Guarapuava, Francisco Beltrão, Cascavel, Maringá, Londrina, Paranaíba, Toledo, Castro e ainda, em Florianópolis e Brasília, sempre contando com a participação dos órgãos públicos e privados, mencionando na apresentação deste relatório final, para a execução dos seus trabalhos.

A CPI realizou completa e minuciosa investigação nas Cadeias Produtivas do Leite, das Carnes, dos Hortifrutigranjeiros, e do Café, constatando graves distorções em todas as fases de produção e de comercialização dos produtos. Ela também constatou que a legislação que regula a atividade agropecuária ainda é falha e está muito aquém dos interesses dos produtores e das aspirações da sociedade como um todo.

A CPI constatou que existe no setor investigado, em matéria de economia, de política agropecuária e de comércio exterior, um grande descompasso entre a atuação do Estado e as necessidades da Nação.

Ela tomou conhecimento e revelou, de modo oficial, por exemplo:

1 - Na cadeia produtiva do leite:

a) que o Poder Público ainda se utiliza do leite em pó importado, nos programas sociais, em detrimento do produto nacional;

b) que ainda faltam laboratórios para análise de alimentos e que o consumidor pode estar tomando soro como leite;

c) que o produtor continua entregando seu leite às indústrias sem contrato de venda e sem saber o preço que irá receber no mês seguinte ao da entrega da produção;

d) que a embalagem utilizada na produção do leite UHT no Estado do Paraná é fornecida por uma única empresa produtora, que dita a regra e comercialização e fixa o preço, de maneira unilateral;

e) que não existem mecanismos de governo para promover a eficiente estocagem através das Políticas de garantia de Preços Mínimos, permitindo a existência e ciclos na atividades leiteira que provocam enormes prejuízos e um grande contingente de produtores.

2 - Na cadeia produtiva da carne:

a) que não existem mecanismos de governo, para evitar que a produção de milho do Paraná seja vendida para fora do Estado e que os produtores paranaenses de

suínos, frangos e leite tenham, mais adiante, que importar milho, para não verem seus rebanhos perecerem;

b) que a maior quantidade de carne consumida é oriunda dos abates clandestinos e de carnes sem inspeção oficial;

c) que não existem, rigorosamente, regras de mercado a prevalecer para fixação dos preços, pois os produtores ordinariamente estão recebendo preços inferiores ao de custo de produção.

3 - Na cadeia produtiva dos hortifrutigranjeiros:

a) que os produtores de hortifrutigranjeiros ainda não tem o devido reconhecimento dos demais segmentos integrantes da cadeia Produtiva dos Hortifrutigranjeiros, pois estão sujeitos a elevados preços por ocasião da aquisição dos insumos e à venda de seus produtos por preços muito inferiores aos custos de produção.

4 - Na cadeia produtiva do peixe e da pesca artesanal no litoral do Paraná:

a) que a carne de peixe continua sendo um dos mais sobre e nutritivos alimentos para o ser humano e que o Estado do Paraná possui todas as condições para a sua produção, mas a burocracia oficial dificulta e emperra o desenvolvimento do setor, até na concessão de licenças ambientais para a criação de peixe, fato que não acontece nos demais Estados da Federação, como São Paulo e Bahia;

b) que a pesca artesanal é exclusivamente o resultado do trabalho corajoso dos pescadores do litoral do Estado do Paraná, que ela sobrevive sem o devido apoio governamental, principalmente na área econômica, está sujeita a fiscalização sem critérios perfeitamente claros e previamente definidos, a partir de uma legislação ambiental confusa, que não quer permitir a sobrevivência do pescador artesanal, e, finalmente, que está sujeita a concorrer com as periódicas invasões das praias do litoral paranaense por barcos pesqueiros oriundos de outros Estados da Federação.

5 - Na cadeia produtiva do café:

a) que a falta de credibilidade, em relação à qualidade do café paranaense, tem dificultado sua exportação e melhores cotações de preços;

b) que os fatos da natureza e os descaso governamental para com a produção do café paranaense continuam desorganizando o mercado interno e externo, sem muitas perspectivas para os produtores nos próximos anos;

A CPI declara que, se não bastassem todos os problemas que já põem em risco o futuro dos integrantes do setor agropecuário paranaense, constatou, em todas as suas investigações, a procedência das denúncias contras redes varejistas de supermercados que atuam no Estado do Paraná, que se aproveitam da sua posição econômica dominante para impor, aos fornecedores e produtores, descontos, bonificações, reduções de preços, doações, já referidos, por exemplo, no capítulo III, item 4, do Relatório da CPI dos Alimentos - “A Cadeia Produtiva do Leite

- FASE 1", que podem constituir casos de infração à ordem econômica, previstos na Lei 8884, de 11 de junho de 1994 e casos de práticas abusivas em detrimento das relações de consumo, previstos na Lei 8078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

A CPI entende, todavia, que vários resultados positivos foram obtidos em benefício das cadeias produtivas, durante o período dos trabalhos e das investigações realizadas, de ora em diante ressaltados:

1 - "Ação judicial proposta por Blouberg Alimentos Ltda versus Sonae - Distribuição Brasil S/A"

A sociedade comercial Blouberg Alimentos Ltda ajuizou uma ação ordinária contra o Sonae - Distribuição Brasil S/A perante a 9ª Vara Cível da Comarca de Curitiba (Autos 942/2000), para pedir a declaração de nulidade das cláusulas do chamado "desconto fidelidade", "rappel" ou "rappel escalão", que a rede varejista cobra do fornecedor nos termos de contrato mercantil assinado entre as partes, com a devolução, em dobro, dos valores pagos, nos termos do artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

A Blouberg Alimentos Ltda sustentou que as cláusulas que impunham os descontos, no percentual de 3,5% até 5%, eram nulas porque abusivas, ilegais, já que foram obtidas pela rede varejista prevalecendo de sua posição econômica dominante.

O Juiz de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Curitiba, Dr. Mario Helton Jorge, julgou a ação ordinária procedente e declarou a nulidade das cláusulas dos descontos permanentes e de "rappel", constantes dos contratos de fornecimento assinados com a Blouberg Alimentos Ltda, condenando o Sonae - Distribuição Brasil S/A à devolução, em dobro, dos valores recebidos (sentença, Autos 942/2000, fls. 119/130)

O Sonae - Distribuição Brasil S/A recorreu ao Tribunal de Justiça do Paraná, mas a 8ª Câmara Cível, no julgamento da Apelação Cível nº 120.282-0, relator o Desembargador Campos Marques, manteve a sentença do Juiz, na parte relativa a decretação de nulidade das cláusulas dos descontos permanentes e de "rappel", por unanimidade.

O voto do Desembargador Campos Marques, acompanhado pelos votos dos Desembargadores Ivan Bortoleto e Juiz Convocado Antonio Renato Strapasson, entendeu que as cláusulas eram nulas em virtude de coação, já que os contratos de fornecimento estipulados pelo Sonae - Distribuição Brasil S/A foram de adesão, onde manifestou sua posição dominante, com cláusulas que revelam total desequilíbrio entre as partes.

Ele está assim redigido, na parte que interessa à CPI:

"A inaplicação do codex consumerista, contudo, não implica na improcedência da ação, pois, comprovada a coação, são, igualmente, nulas as apontadas cláusulas, na forma do artigo 147, inciso, II, do Código Civil.

O contrato de fls. 32/33, aliás, é eloquente em tal sentido, vez que foi firmado em formulário próprio da empresa apelante (Sonae) - um verdadeiro contrato de adesão -, com cláusulas (aquelas impugnadas) que revelam um total desequilíbrio, **tudo confirmado pelo fato, público e notório (art. 334, I. do CPC), de que a reclamação observada na inicial é freqüente nas relações comerciais da recorrente (Sonae), tanto que tramita, a respeito, uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembléia Legislativa do Estado.**

Nulas, portanto, as cláusulas que tratam dos descontos permanentes e de fidelidade (rappel), mas só aquelas observadas nos contratos assinados nos anos de 1998, 1999 e 2000, a empresa recorrente (Sonae) deve restituir os respectivos valores, em montante a ser estabelecido em liquidação, tal como determinou a sentença apelada, só que excluída as devolução em dobro, posto que, consoante se consignou acima, não se aplica a regra prevista no artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor".

(grifo não original, acórdão nº 120.282-0, fls. 188/202).

O presidente da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, desembargador Ivan Bortoleto, quando votou de acordo com o desembargador Campos Marques, proferiu uma declaração de voto, que acompanha o acórdão, assim redigida, na parte que interessa à CPI:

"...a aquisição da Companhia Real de Abastecimento pela apelante (Sonae) acabou influenciando significativamente nas relações comerciais que até então vinha mantendo com a apelada (Blouberg), pois como é incontroverso, esta foi obrigada a aceitar novas formas de fornecimento impostas pelo grupo Sonae, mesmo temendo alguma desvantagem futura, pois como é razoável supor, desejava evitar o mal maior de que a sua própria atividade econômica se tornasse inviável.

O poderio econômico da rede multinacional Sonae é um fato público e notório. A abrupta aquisição que fez, de tradicionais empresas no sul do país, no ramo de supermercados, tal e qual a Companhia Real de Abastecimento, tipifica evento de caráter imprevisível.

A adesão compulsória da empresa fornecedora aos termos dos contratos pré-formatados que lhe foram apresentados restou evidenciada,

Assim, a exigência de "prêmios de fidelidade" mensais e anuais, figura estranha ao nosso ordenamento jurídico, merece ser repelida, por ter servido apenas para fomentar o desequilíbrio da relação comercial em detrimento da parte economicamente mais fraca".

(acórdão AC nº 120.282-0, fls. 200/202).

A 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, quando julgou o recurso do Sonae - Distribuição Brasil S/A na Apelação Cível nº 120.282-0, relator o desembargador Campos Marques, reformou parcialmente a sentença do juiz de Direito, na parte relativa à devolução, em dobro, dos valores de descontos permanentes, de fidelidade e "rappel", porque considerou incabível a inci-

dência do artigo 42, parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor, no caso do processo.

O acórdão entendeu que a relação entre o fornecedor e o varejista não constitui relação de consumo e por isso está sujeita à aplicação das regras gerais da legislação civil, que determinam a devolução de modo simples.

A decisão proferida pela 8ª Câmara Cível no julgamento da Apelação Cível nº 120.282-0, relator o desembargador Campos Marques, não é definitiva, pois ainda está sujeita a recurso especial ou extraordinário perante os Tribunais Superiores, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente, em Brasília, assim como ela não estabelece, evidentemente, uma regra geral que passe a valer para todos os casos futuros, pois a sentença, os termos do artigo 472 do Código de Processo Civil, só “faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros”.

Todavia, o acórdão proferido na Apelação Cível nº 120.282-0, relator o desembargador Campos Marques é um forte precedente judicial, uma decisão pioneira, muito importante, que poderá servir de referência aos outros fornecedores, que quiserem discutir perante o Poder Judiciário as cláusulas de descontos, ora reconhecidas como abusivas, nulas e ilegais, impostas pelas redes varejistas de supermercado à indústria do leite, aos produtores de carne, aos produtores de hortifrutigranjeiros e dos alimentos em geral.

A sentença proferida pelo juiz de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Curitiba, Dr. Mario Helton Jorge e o acórdão prolatado pela 8ª Câmara Cível no julgamento da Apelação Cível nº 120.282-0, relator o desembargador Campos Marques, revelam que o Poder Judiciário do Paraná está fazendo a Defesa da Cidadania e demonstram que a CPI sempre esteve, como está, no rumo certo, denunciando como abusivas, nulas e ilegais as cláusulas de descontos impostas aos fornecedores por algumas redes varejistas de supermercado.

2) Criação do Conseleite, composto por produtores membros da Comissão de Pecuária de Leite da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, por indústrias integrantes do Sindicato das Indústrias de Leite e Derivados do Paraná - Sindileite, com a assessoria técnica da Universidade Federal do Paraná - UFPR, para adoção de critérios que venham a estabelecer preços de referência para o leite produzido no Estado do Paraná;

3) Campanha de Aumento de Consumo de Carne Suína, denominada “Carne Suína - Sabor e Saúde”, que se propõe a incentivar o consumo da carne suína, cortes “in natura” no Estado do Paraná, ocorrida no dia 19 de novembro de 2002, com o apoio da Associação Paranaense de Suinocultura - APS, Sindicato da Indústria de Carne e Derivados do Paraná - Sindicarne, Associação Paranaense dos Supermercados - Apras, Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná - SEAB e Câmara Setorial da Suinocultura;

4) redução do preço de pauta para base de cálculo do ICMS incidente sobre suínos vivos, pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná;

5) Lei da Rotulagem do Café, de nº 13.519, de 08 de abril de 2002, de autoria dos deputados Orlando Pessuti e Hermas Brandão, que dispõe sobre a obrigatoriedade de se fazer constar a composição do produto, no rótulo do café torrado e moído;

6) aumento no prazo de pagamento de recursos para estocagem de leite em pó e outros derivados de 180 para 270 dias;

7) reativação, pelo secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná - SEAB, Dr. Deni Lineu Schwartz, presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Política Agrícola - Conderpa, da Câmara Setorial da Suinocultura, instituída através de Resolução nº 072/97, de 02 de julho de 1997, cujo objetivo principal é promover a efetiva integração dos agentes de produção, de abate e industrialização, da distribuição, do ensino, da pesquisa e assistência técnica, dos fornecedores de insumos e dos governos estadual e federal, para desenvolvimento sustentável da Cadeia produtiva da Carne Suína.

8) Prorrogação para 2005 da implantação da Portaria 56 e sua readequação às necessidades da agricultura familiar, nos termos da nota técnica do MAPA, conforme audiência pública realizada em Brasília - DF, com a participação da deputada Luciana Rafagnin e do deputado Eli Ghellere;

9) edição da revista Exame, de 12 de junho de 2002, da Editora Abril, com a reportagem de capa “A Ditadura do Varejo”, sobre a disputa existente entre as redes varejistas de supermercados e dos fornecedores, fazendo referência aos trabalhos e às denúncias da CPI da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

10) apresentação de projeto de lei à Assembléia Legislativa, regulamentando a exigência de descontos, como “rappel”, “fidelidade”, verbas e valores a título de “enxoval”, “aniversário da loja”, “inauguração de loja”, “reforma de loja”, “propaganda ou trade marketing”, “desconto logístico”, cessão de espaço em gôndolas ou terminais, das pessoas, fornecedores ou comerciantes em geral, que lhes vendem serviços, produtos ou mercadorias.

Os deputados integrantes da Comissão esperam ter contribuído com seu papel como representantes do povo, na apuração dos fatos e problemas que afligem as diversas cadeias produtivas, objetos do presente trabalho desta CPI, procurando acabar com as distorções existentes.

Eles apresentam agradecimentos a toda assessoria e funcionários que dedicaram o melhor dos seus esforços na execução dos trabalhos, à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, que colocou à sua disposição os meios necessários, bem como a todas as entidades, órgãos, instituições ou secretarias participantes.

Curitiba, 02 de dezembro de 2002.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
CEZAR SILVESTRI - Relator

ELI GHELLERE - Vice-Relator
ADEMIR BIER, LUCIANA RAFAGIN,
DUÍLIO GENARI, SERAFINA CARRILHO
EDSON PRACZYK”

Estamos encaminhando também, senhor presidente, o projeto de resolução, que tem como súmula: “Aprova o relatório final da Comissão Parlamentar dos Alimentos.

Art. 1º - Fica aprovado o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, criada pela Resolução 018/2001, de 29 de novembro de 2001;

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões.”

Assina o deputado Orlando Pessuti, como presidente e o deputado Cezar Silvestri como relator dessa CPI.

Ao encerrar, senhor presidente, quero fazer um agradecimento, em especial a APS - Associação Paranaense de Suinocultura; a Apras - Associação Paranaense de Supermercados, que em todos os momentos participou em todas as reuniões, inclusive, agora, culminou a sua participação, com a apresentação deste programa de consumo da carne suína no Estado do Paraná; a Associação dos Produtores da Região de Curitiba; a Câmara Setorial de Psicultura do Paraná; a Colônia dos Pescadores do Litoral Paranaense; ao Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária - Conesa; a Coordenação da Receita de Estado de Secretaria da Fazenda do Paraná; a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Rural - Emater; a Federação da Agricultura do Estado do Paraná - Faep; a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná - Fataep; a Frente Sul dos Trabalhadores da Agricultura Familiar; ao Ministério Público do Estado do Paraná, que esteve presente em praticamente todas as reuniões da nossa comissão; a Promotoria de Defesa do Consumidor - Procon Paraná, que também esteve presente, eu diria, em todas as reuniões dessa CPI; a Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - Seab, ao secretário Deni Schwartz e todos os técnicos que nos auxiliaram na elaboração desse nosso relatório, bem como aos técnicos da Emater do Paraná; ao Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados do Paraná - Sindicarnes; ao Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado do Paraná - Sindileite; ao Sindicato e Organização das Cooperativas do Paraná - Ocepar; a Associação dos Fornecedores de Supermercados - Asso-super; ao Ceasa, na pessoa do Dr. José Luppion Neto; quero fazer um agradecimento especial aos taquígrafos da Casa, que trabalharam junto conosco de forma incansável, em todos os momentos, muitas vezes fora do expediente, à noite e em outros municípios, nos auxiliando nas audiências públicas pelo interior do Estado, ao jornalista Airton que se encontra acamado, que também nos deu apoio muito importante, realizando os relievings da nossa comissão, nos dando apoio jornalístico em todos os

momentos, à Dra. Everley, à Dra. Regina, ao Dr. Carazzai, ao Dr. Farias, a médica veterinária Dra. Jane, ao médico veterinário, Dr. Osmar, sem o qual com certeza nós teríamos muita dificuldade para elaborar o nosso relatório, até porque eu sou engenheiro civil de formação. Tive total apoio técnico do Dr. Osmar, em meu nome quero agradecê-lo publicamente, tenho certeza que estou agradecendo em nome do presidente, deputado Orlando Pessuti, e de todos os membros desta comissão e porque não dizer de todos os membros desta Casa, todos os deputados desta Casa, nosso muito obrigado, ao secretário da Agricultura, Dr. Deni Schwartz e ao deputado Hermas Brandão, presidente desta Casa, que desde o primeiro momento nos deu todas as condições de realizarmos nosso trabalho, quero agradecê-lo deputado Hermas Brandão, com certeza em nome de todos os membros desta Comissão.

Agradecer a todos os deputados que nos auxiliaram, a todos os deputados desta Casa, à imprensa, falada, televisada, e agradecer a Deus por ter dado essa oportunidade de realizar esse trabalho em prol do povo do Paraná, acho que a maior conquista que todos nós obtivemos, não somente os membros da CPI, mas os 54 deputados desta Casa, foi a de demonstrar à sociedade paranaense, ao povo paranaense que a Assembléia Legislativa pode ser sim um instrumento extremamente poderoso, um instrumento e um elo de ligação entre os anseios da sociedade, e como eu disse os órgãos constituídos do povo do Paraná, órgãos constituídos não só do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, enfim acho que a Assembléia Legislativa pôde realmente dar a sua contribuição.

Então, eu quero aqui agradecer encerrando a todos aqueles que nos auxiliaram para elaboração desse relatório, meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência tem a honra de cumprimentar o relator Cezar Silvetri, o relator Orlando Pessuti, todos os membros da comissão da CPI dos Alimentos, pelo brilhante trabalho que fizeram, fazendo sem dúvida nenhuma, que a Assembléia Legislativa do Paraná mostrasse o seu trabalho a favor da comunidade paranaense, os nossos cumprimentos.

Pela ordem, deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (**Pela Ordem**)

Queremos registrar aqui a presença nesta Casa do deputado federal José Janene, presidente regional do PPB, que abrilhanta a nossa tarde aqui.

Quero também fazer uso deste momento para parabenizar a Comissão de Alimentos, presidida pelo Orlando Pessuti e pelo Cezar Silvestri. Realmente nós acompanhamos em parte trabalhos, e vimos que foram a fundo dos problemas das nossas commodities, dos nossos produtores, principalmente de leite, de carne, na parte de suinocultura, ovinocultura.

É preciso que nós tenhamos em mente que este trabalho da comissão deverá ser continuado, porque os nossos produtores, nós que somos da região Noroeste do Estado, vivemos próximos dos produtores, acompanhamos as dificuldades porque passam esses produtores, eles ficam reféns dessas commodities, como é o caso do milho, da soja, que tem cotação a nível internacional, através do câmbio flutuante, e há momentos como agora, não se tem como fazer para levar o produto ao consumidor sem levar prejuízo, como é o caso do avicultor, do suinocultor, o leite deu um melhoradinho, mas não está ainda em bom estado.

Então, vejam bem, essa situação deixa os produtores inseguros e comprometem o fornecimento futuro, gerando inclusive inflamação, enquanto não tivermos os nossos estoques reguladores para que os produtos sejam entregues e não sejam aviltados pela oferta e procura nós continuaremos nesse estado quase que de necessidade, colocando em perigo toda a cadeia produtiva e penalizando também os nossos produtores com esses preços abusivos que praticam hoje.

Parabéns ao relator deputado Cezar Silvestri e ao presidente deputado Orlando Pessuti, que conduziram essa Comissão com muita elegância, com muito trabalho, com muita seriedade e competência. E com certeza marcaram época, aqui, em termos de CPI. Porque uma CPI dá para nós parlamentares o orgulho de pertencermos a uma Casa dessa e prestarmos esse serviço tão importante a comunidade paranaense.

Parabéns.

O SR. CESAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Gostaria de me escusar com o deputado Divanir Braz Palma, que me solicitou um aparte, mas em função de ter estrapolado o tempo por duas vezes acabei não concedendo o aparte.

Peço desculpas e agradeço suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Queremos registrar a presença do prefeito Jaime Bastos, prefeito de Céu Azul, e do seu secretário de Indústria e Comércio João Paulo. A pedido do deputado Elio Rusch.

Queremos participar, que recebemos com a data de hoje, o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Fórum de Curitiba. E também da CPI dos Alimentos.

Estamos encaminhando, de acordo com o Regimento Interno, artigo 38, à Comissão de Constituição e Justiça.

Não há oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 deputados.

Queremos participar, que recebemos com a data de hoje o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Fórum de Curitiba. E também a CPI dos Alimentos. Estamos encaminhando de acordo com o Regimento Interno, artigo 38 à Comissão de Constituição e Justiça.

Sobre a mesa, relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito de Fórum de Curitiba, bem como a Ata da 9ª Reunião da CPI, constante do expediente, que apreciou e deliberou pela aprovação do referido relatório, dando por encerrado os trabalhos da Comissão. **Recebido. À CCJ para cumprir o que determina o artigo 38 do Regimento Interno. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria dos deputados Orlando Pessuti - presidente e Cezar Silvestri - relator, constante do expediente, aprovando o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, criada pela Resolução nº 018/2001, de 29 de novembro de 2001. **Recebido. À CCJ para cumprir o artigo 38 do Regimento Interno. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do deputado Orlando Pessuti - presidente e Cezar Silvestri - relator, constante do expediente, instituindo a Comissão Permanente de Alimentos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **À Comissão Executiva.**

Projeto de lei de autoria do deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do deputado Durval Amaral, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 06 (seis) de autoria do deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/2001, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pescadores e Ecologistas de Prudentópolis, com sede e foro no município de Prudentópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 597/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI", com sede e foro no município de Flórida. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovada a Emenda da CCJ.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 671/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Família Solidária. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDHC. EMENDA DA CCJ. Anexo Projeto de Lei nº 681/2001, de autoria do deputado Algaci Túlio.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 05 (cinco), de autoria dos deputados Algaci Túlio e Luiz Carlos Alborghetti, com apoioamento dos deputados Augustinho Zucchi, Neivo Beraldin e Marcos Isfer, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 671/2001**

Modifique-se o artigo 1º do presente projeto de lei, retirando-se a palavra "abrigo" e colocando a palavra "acolhimento", ficando o mesmo com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa Família Solidária, para acolhimento de crianças e adolescentes em situação de dificuldade.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(aa) ALGACI TULIO

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoioamento:

Augustinho Zucchi, Neivo Beraldin e Marcos Isfer.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 02

Modifique-se o artigo 2º do presente projeto de lei, ficando o mesmo com a seguinte redação:

"Art. 2º - A família solidária receberá em casa a criança ou o adolescente e lhe fornecerá acolhimento, assegurando a efetivação dos seus direitos fundamentais."

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(aa) ALGACI TULIO

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoioamento:

Augustinho Zucchi, Neivo Beraldin e Marcos Isfer.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 03

Adicione-se texto ao artigo 4º do presente projeto de lei, ficando o mesmo com a seguinte redação:

"Art. 4º - A Família Solidária poderá receber em sua casa de 01 (uma) a 05 (cinco) crianças e adolescen-

tes, devidamente triados e encaminhados através dos Órgãos competentes."

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(aa) ALGACI TULIO

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoioamento:

Augustinho Zucchi, Neivo Beraldin e Marcos Isfer.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 04

Adicione-se texto ao artigo 5º do presente projeto de lei, ficando o mesmo com a seguinte redação:

"Art. 4º - A Secretaria de Estado da Educação garantirá vagas em escolas tanto de ensino fundamental, como de ensino médio e, ainda, em creches, para todas as crianças e ou adolescentes cadastrados no Programa Família Solidária.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(aa) ALGACI TULIO

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoioamento:

Augustinho Zucchi, Neivo Beraldin e Marcos Isfer.

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 05
PROJETO DE LEI Nº 671/2001**

Adicione-se texto ao artigo 6º do presente projeto de lei, ficando o mesmo com a seguinte redação:

"Art. 4º - A Secretaria de Estado da Saúde garantirá atendimento médico, psicológico e/ou psiquiátrico (consultas, internações, exames), atendimento odontológico e recebimento gratuito de medicamentos para todas as crianças e adolescentes cadastrados no Programa Família Solidária."

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(aa) ALGACI TULIO

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoioamento:

Augustinho Zucchi, Neivo Beraldin e Marcos Isfer.

O Projeto retorna à CCJ.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Confluência localizada no Rio Marrecas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

A SRA. LUCIANA RAFAGINI

Senhor presidente, registro o voto contrário do PT, tanto no item nº 04 e item 11, que também retratam a criação de pequenas centrais hidrelétricas e a nossa posição tem sido, desde que não veio a EIA/RIMA acompanhado desses projetos, e a posição do PT é votar contra.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o voto de V. Exa. e do seu Partido.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/2002, de autoria do deputado Tony Garcia, que institui o Dia do Técnico de Segurança do Trabalho e a Semana de Prevenção de Acidentes e Saúde do Trabalhador, a semana que compreender o dia 27 de novembro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a Emenda da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que cria o Programa de Valorização Profissional junto aos egressos do sistema penitenciário no território do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que institui no Estado do Paraná o dia da Soka Gakkai, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 547/2002, de autoria do deputado Irineu Colombo, que denomina de Porto Dr. Antonio Anibelli, o porto à margem do Rio Iguaçu que liga o município de Capanema ao município de Serranópolis do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 556/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que estabelece regime fiscal do ICMS nas importações realizadas através da Estação Aduaneira Interior de Maringá - Fadi. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do deputado Nereu Moura, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 556/2002

A presente emenda modificativa, tem por objetivo alterar a redação do *caput* do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 556/2002, conforme segue:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a conceder tratamento tributário diferenciado relativamente ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comu-

nicação - ICMS, devido pelos estabelecimentos portadores de autorização emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda, ou que venham a obtê-la, especificamente para importar mercadorias através de Estações Aduaneiras no interior, na Capital ou Regiões Metropolitanas, nos seguintes termos:”

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) NEREU MOURA

Apoioamento:

Duílio Genari, Cleiton Kielse, Luiz Carlos Alborghetti e Fernando Ribas Carli.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente proposta modificativa, na medida em que, na forma autorizativa, dotará o Governo do Estado de instrumentos mais eficazes na condução de sua política fiscal, segundo critérios de conveniência e oportunidade, voltada ao Estado como um todo, sem restringi-la a determinada região.

Tal solução é mais adequada à política fiscal, na medida em que permite avaliação periódica ou alterações a critério do governante do momento conforme conjuntura a ser avaliada e, principalmente, sem engessar futuros governos. **O Projeto retorna à CCJ.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 562/2002, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que denomina Viaduto Manfredo Rodrigo Cominese, o cruzamento da Avenida Ailton Sena com a Avenida Roque Vernalha, no município de Paranaguá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 575/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Ouro Branco, localizada no Rio Mourão. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo**, com o voto já registrado contrariamente da Bancada do PT.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 702/2002, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Projeto de Coração para Coração - AAPCC - Lar João Carrilho, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 703/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Católica Assistencial Servos de Maria (Cocasma), com sede e foro no município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 704/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Regional das Associações de Pais e Mestres do Núcleo de Toledo - Arant, com sede e foro no município de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 042/2002, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que cria no quadro dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná (Lei nº 11.455/96), os cargos de provimento em comissão e os cargos de provimento efetivo, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 042/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam criados no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná (Lei nº 11.455/96) os seguintes cargos:

I - 96 (noventa e seis) cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-4, de Assessor Jurídico, privativos de bacharéis em Direito, para o desempenho da função de auxiliar das Procuradorias de Justiça, Cível e Criminal, e dos Centros de Apoio Operacional da atividade funcional do Ministério Público.

II - 01 (um) cargo de provimento em comissão, símbolo DAS-4, privativo de médico do trabalho e 01 (um) cargo de provimento em comissão símbolo DAS-4, privativo de médico sanitário, para o desempenho da função, respectivamente, no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde do Trabalhador e de Reparação do Dano Resultante de Crime e no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde Pública;

III - 20 (vinte) cargos de provimento efetivo de auditor, no grupo ocupacional superior, para o desempenho da função de auxiliar nas Procuradorias de Justiça Cível e Criminal, nos Centros de Apoio Operacional da atividade funcional do Ministério Público e nas Promotorias de Justiça das comarcas de entrância final;

IV - 01 (um) cargo de provimento efetivo de engenheiro florestal e 01 (um) cargo de provimento efetivo de químico, no grupo ocupacional superior, para o desempenho da função no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente;

V - 01 (um) cargo de provimento efetivo de engenheiro de segurança, no grupo ocupacional superior, para o desempenho da função de técnico no Centro de Apoio Operacional Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde do Trabalhador e de Reparação do Dano Resultante de Crime;

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correção à conta de dotação orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 3º - O preenchimento dos cargos criados por esta lei, assim como qualquer aumento de despesa dele decorrente, ficam condicionados aos limites previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 05 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e à autorização específica do Colégio de Procuradores de Justiça, por maioria absoluta de seus membros.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.

(a) PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
JUSTIFICATIVA:

O presente Anteprojeto propõe a criação 96 (noventa e seis) cargos de provimento em comissão símbolo DAS-4, de assessor jurídico privativos de bacharéis em Direito, para o desempenho da função de auxiliar das Procuradorias de Justiça, Cível e Criminal e dos Centros de Apoio Operacional da atividade funcional do Ministério Público; de 01 (um) cargo de provimento em comissão, símbolo DAS-4, privativo de médico do trabalho e 01 (um) cargo de provimento em comissão, símbolo DAS-4, privativo de médico sanitário para o desempenho da função, respectivamente no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde do Trabalhador e de Reparação do Dano Resultante de Crime e no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde Pública; de 20 (vinte) cargos de provimento efetivo de auditor, no grupo ocupacional superior, para o desempenho da função de auxiliar nas Procuradorias de Justiça, Cível e Criminal, nos Centros de Apoio Operacional da atividade funcional do Ministério Público e nas Promotorias de Justiça das comarcas de entrância final; de 01 (um) cargo de provimento efetivo de engenheiro florestal e 01 (um) cargo de provimento efetivo de químico, no grupo ocupacional superior, para o desempenho da função no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente; de 01 (um) cargo de provimento efetivo de engenheiro de segurança, no grupo ocupacional superior, para o desempenho da função de técnico no Centro de Apoio Operacional Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde do Trabalhador e de Reparação do Dano Resultante de Crime;

A criação das Procuradorias de Justiça Cível e Criminal, prevista pelo artigo 19 da Lei Federal nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e pelo artigo 39 da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná), foi aprovada pela Resolução nº 31 de 09 de outubro de 2001, do Colégio de Procuradores de Justiça.

Consta do artigo 14 de sobredita Resolução que os serviços auxiliares da Procuradorias de Justiça, aos quais

incumbe dar o suporte necessário ao desempenho de suas atribuições, terão, ao menos, um assessor jurídico e um auxiliar administrativo.

Os Centros de Apoio Operacional da atividade funcional do Ministério Público previstos nos artigos 8º, inciso I e 33 da Lei Federal nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e nos arts. 8º inciso III e 74 a 76 da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná), foram instituídos por ato do Procurador Geral de Justiça a partir da vigência da lei por primeiro citada, para atuação nas áreas do patrimônio público, meio ambiente, infância e juventude, saúde pública, educação, consumidor, direitos humanos e pessoas portadores de deficiência. São hoje em número de quatorze (14), constando na Lei Orçamentária para o ano de 2002 (Lei nº 13.386 de 21.12.2001) como uma das metas principais do Ministério Público a criação do Centro de Apoio de Habitação e Urbanismo (DOE de 21.12.2001. pág. 50).

A pretendida criação de cargos é plenamente justificada pelo reconhecido aumento das atribuições do Ministério Público a partir da Lei Complementar Federal nº 40/81 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e ainda mais intensamente, após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Sua atuação em áreas como a proteção ao patrimônio público, ao meio ambiente, à infância e juventude, à saúde pública, à educação, ao consumidor, aos direitos humanos e às pessoas portadoras de deficiência, assim como nos casos de questões fundiárias, entre outras, bem refletem o ser absolutamente necessário dotar a instituição de recursos humanos e materiais para fazer frente às demandas sociais. Para ilustrar o quanto aqui exposto, junta-se exemplar do Plano de Metas para o biênio 2001/2002.

Além disso, recentemente foram aprovados por essa Augusta Casa Legislativa Projetos de Lei, de iniciativa do Poder Judiciário, sancionados pelo Exmo. Sr. Governador do Estado no dia 09 de janeiro p.p. - Lei nº 13.433, criando 88 (oitenta e oito) cargos de Assessor Judiciário simbologia DAS-4, no Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Alçada do Paraná e Lei nº 13.434, criando 08 (oito) cargos de Assessor de Desembargador, simbologia DAS-4, no Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça. Com a aprovação da presente proposta estar-se-á mantendo o já consagrado tratamento isonômico conferido ao Ministério Público e, ao mesmo tempo, propiciando aos Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça Substitutos em Segundo Grau a manutenção do mesmo nível de desempenho e produtividade dos órgãos judiciários perante os quais oficiam.

Lembre-se, ainda, que para o atendimento dos serviços de Assessoria em Segundo Grau, em 14 (quatro) Centros de Apoio e nas comarcas de entrância final do interior (Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa) conta o Ministério Público com apenas 37

(trinta e sete) cargos de Assessor Jurídico no seu Quadro de Pessoal, sendo os últimos (25 - vinte e cinco) criados pela vigente lei do Quadro de Servidores do Ministério Público (Lei nº 11.455, de 10 de julho de 1996).

Transcorrido um lustro, revela-se agora, pois, ser ainda mais pertinente o momento para que o Legislativo Estadual, sempre sensível às causas que interessam de perto a comunidade paranaense, contemple a instituição com o instrumental necessário para melhor atendê-la, porquanto é em prol do povo que se busca o seu aperfeiçoamento.

Idêntica é a necessidade da criação dos cargos de auditor, de engenheiro de segurança, de engenheiro florestal, de químico, de médico do trabalho e de médico sanitaria, para o desempenho da função nos Centros de Apoio Operacional da Atividade Funcional do Ministério Público, que abrange o Estado todo. Explica-se a preferência dos cargos de provimento em comissão para o médico do trabalho e para médico sanitaria posto que têm eles legislação especial de regência que lhes atribui carga horária reduzida bem como o direito à circulação de cargos. Nestas circunstâncias dificilmente conseguiria a Administração ver atendida designação do referido profissional, se detentor de cargo efetivo, para atender necessidade de serviço em diferentes locais do Estado.

A propósito igual proposta de criação de cargos de engenheiro florestal, engenheiro de segurança, químico e médico do trabalho, constou do Anteprojeto da atual Lei nº 11.455/96, (Quadro dos Servidores do Ministério Público) encaminhado a essa augusta Casa de Leis em 19.09.95, (cópia anexa) desatendida neste particular em face da necessidade de redução do número de cargos criados para compatibilização com a então realidade orçamentária. A inclusão da proposta de criação do cargo de médico sanitaria decorre da posterior instituição do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa da Saúde Pública (cf. Res. nº 1.014/97- PGJ). E os 20 (vinte) cargos de Auditor se tornaram insuficientes para o atendimento do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Cíveis dos Centros de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Patrimônio, Cível e Criminal, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos Constitucionais, das Fundações e das Entidades de Interesse Social do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente, do Gabinete da Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, do Departamento de Recursos Humanos e das demais comarcas de entrância final (Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa).

Com este rol evidencia-se a necessidade de no mínimo ser o número de auditores dobrado. Tudo isto sem se considerar a proposta de criação de inúmeras Varas pelo Anteprojeto no Código de Organização e Divisão Judiciárias.

Por fim, é certo que a presente criação de cargos não está prevista na Lei Orçamentária para o Ano de

2002 (Lei nº 13.386, de 21.12.00) o que, em tese, configura óbice ao respectivo processo legislativo, nos termos do art. 169, § 1º da Constituição Federal.

Todavia, o colendo Supremo Tribunal Federal, atenuando o rigor literal desta norma constitucional, assentou que “é a execução da lei que cria cargos que está condicionada às restrições previstas e não o seu processo legislativo”, acrescentando que “a falta de autorização nas leis orçamentárias torna inexecutável o cumprimento da lei no mesmo exercício em que editada, mas não no subsequente” (ADInMC nº 1.428-SC, TP. rel. Min. Maurício Corrêa, j. 01.04.96). Esta é a propósito, a razão da inclusão do art. 3º no Anteprojeto.

Plano Anual de Atuação 2001-2002

1. Planos de Metas Gerais

1.1. Diretrizes de Política Institucional

1.1.1. Ações direcionadas ao cumprimento das metas definidas em nível nacional pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça.

1.1.2. Fixação de estratégias políticas junto à Câmara dos Deputados, Senado Federal, Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça e outros foros, com o objetivo de estabelecer a eleição direta para o cargo de Procurador-geral de Justiça.

1.1.3. Intensificação e redimensionamento das atividades do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional respeitando a matriz ideológica de compromisso social que marca a instituição.

1.1.4. Contribuição institucional à implementação de políticas objetivando a criação e capacitação de conselhos comunitários e respectivos conselheiros nas diversas áreas de atuação funcional.

1.1.5. Ajustamento de novos convênios e termos de cooperação técnica, verificando-se ainda, a conveniência de manutenção daqueles já firmados pela Instituição.

1.1.6. Acompanhamento de toda matéria legislativa de interesse ministerial, formando-se comissões temáticas permanentes para participação nas reformas dos Códigos Penal, Civil, de Processo Penal e de Processo Civil.

1.1.7. Acompanhamento do Projeto de Emenda Constitucional que versa sobre o teto remuneratório, objetivando nela preservar o interesse institucional e sua implementação no âmbito local.

1.1.8. Adequação orçamentária e gestões políticas para a implantação de vantagens que signifiquem recomposição dos subsídios.

1.1.9 - Elaboração ou adequação dos regimentos internos dos Órgãos da Administração, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 85/99, através de comissão integrada por procuradores da Justiça.

1.1.10 - Otimização das atividades dos Grupos de Estudos, estimulando-se a discussão de temas vinculados às metas institucionais, estabelecendo-se, caso necessá-

rio, calendário de atividades e fortalecendo-se o vínculo destes com os Centros de Apoio Operacional, que deverão dar atendimento diferenciado a cada Grupo:

1.1.11 - Realização de Encontros Estaduais gerais do Ministério Público.

1.1.12 - Realização de Encontros Temáticos locais do Ministério Público.

1.1.13 - Realização de concursos públicos para preenchimento de vagas de cargos de Promotor de Justiça Substituto.

1.1.14 - Aprimoramento do sistema de controle interno da instituição por intermédio da avaliação de produtividade e auditoriais.

1.1.15 - Implementação de uma política de comunicação social, coordenada pela Secretaria da Procuradoria-Geral de Justiça, incumbida de planejar, regular e divulgar as ações institucionais e estabelecer vínculos cada vez mais estritos com a comunidade.

1.1.16 - Propiciar que os integrantes da Instituição tenham divulgadas notícias de projetos e ações levadas a efeito nas respectivas comarcas para que, delas havendo ciência, ensejem paradigma de iniciativas análogas e se constituam em material para banco de idéias do Ministério Público.

1.1.17 - Incremento e manutenção dos meios de divulgação já existentes - Cadernos do Ministério Público do Paraná, Revista Igualdade, Revista Direito e Sociedade, Informativo da Biblioteca, Teleconferências - e ampliações do espaço institucional destinado ao Ministério Público nos meios de comunicação.

1.1.18 - Estímulo à realização de audiências públicas, preferentemente no curso de inquéritos civis, para o equacionamento de problemas ligados a direitos e interesses difusos e coletivos de modo geral, e também como forma de aproximação com a comunidade.

1.1.19 - Prestação de contas a população mediante divulgação periódica dos atos e ações institucionais.

1.1.20 - Definição de plano de metas de cada Centro de Apoio, com identificação dos problemas locais, regionais e estaduais nas correspondentes áreas de abrangência e a elaboração de estratégias para solucioná-los, priorizando ações específicas.

1.1.21 - Redimensionamento da atividade de coordenação dos Centros de Apoio, bem como da Promotoria das Comunidades, tendente a possibilitar a atuação exclusiva nessas unidades, racionalizando e simplificando a estrutura e os serviços prestados.

1.1.22 - Celebração de acordos de intercâmbio cultural com entidades congêneres nacionais ou estrangeiras, instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras e órgãos de notória qualificação que exerçam atividades afins àquelas empreendidas pelo Ministério Público.

1.2 - Diretrizes de Política Administrativa.

1.2.1 - Crescimento de readequação do patrimônio imobiliário.

1.2.1.1 - Providências imediatas direcionadas à implantação da sede própria na capital.

1.2.1.2 - Desenvolvimento de projeto destinado a expandir o número de próprios no interior do Estado, priorizando as Comarcas nas quais as instalações destinadas ao Ministério Público apresentem-se em condições mais precárias.

1.2.2 - Programa de crescimento e atualização do patrimônio mobiliário, serviços e estratégias institucionais.

1.2.2.1 - Programa visando a reforma de gabinetes.

1.2.2.2 - Programa de aquisição de mobiliário para equipar a sede própria da capital e desenvolvimento de projeto destinado a aparelhá-la na área de informática.

1.2.2.3 - Programa de renovação da frota de veículos.

1.2.3 - Atualização permanente do sistema de informática, inclusive no interior.

1.2.4 - Atualização do acervo da biblioteca central e sua disponibilização para o interior.

1.2.5 - Realização de cursos de suporte em informática para os integrantes do Ministério Público, a serem ministrados por técnicos da área, servidores da instituição.

1.2.6 - Fornecimento periódico de material básico de consulta legislativa aos Promotores e Procuradores de Justiça.

1.2.7 - Fornecimento de material de informação jurídica por assinatura, CD Rom e Internet a Promotores e Procuradores de Justiça.

1.2.8 - Fornecimento de meios para capacitação e atuação funcional dos integrantes do Gerco - Grupo Especial de Repressão ao Crime Organizado e do Gerna - Grupo Especial de Repressão ao Narcotráfico.

1.2.9 - Continuidade dos trabalhos de levantamento e divulgação do nosso acervo histórico por intermédio do Memorial do Ministério Público.

1.2.10 - Otimização do uso da Internet, objetivando a transmissão de notícias e informações institucionais.

1.2.11 - Reestruturação dos Centros de Apoio.

1.2.11.1 - Divulgação da estrutura disponível e dos serviços de todos os Centros de Apoio para conhecimento dos Promotores e Procuradores de Justiça.

1.2.11.2 - Promoção de campanha de esclarecimento público, a cargo dos respectivos Centros de Apoio, sobre as atividades desenvolvidas pela Instituição nas áreas especializadas.

1.2.11.3 - Desenvolvimento de estratégia comum de trabalho nos assuntos em que há interesse de mais de um Centro de Apoio, objetivando a participação articulada e produtiva de todas as unidades, evitando-se abordagens isoladas e menos abrangentes.

1.2.11.4 - Política de fortalecimento das Promotorias Especializadas, particularmente as de entrância final, como pólos para desenvolvimento de projetos regionais, coordenados pelos respectivos Centros de Apoio.

1.2.11.5 - Articulação com as Procuradorias de Justiça, para os fins indicados no item 1.2.11.3, particularmente nos casos de recursos ou contra-razões.

2 - Planos de Metas por Áreas Específicas

2.1 - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

2.1.1 - Promover a realização, acompanhamento e supervisão de cursos de formação, qualificação e aperfeiçoamento profissional dos membros e servidores do Ministério Público, bem como de simpósio, congressos, workshops e eventos congêneres, de interesse institucional.

2.1.2 - Supervisionar as atividades da Biblioteca do Ministério Público, tanto no que refere à sua estrutura administrativa quanto ao seu acervo bibliográfico e de multimeios, dinamizando as respostas às consultas e aperfeiçoando os serviços de acompanhamento de publicações.

2.1.3 - Supervisionar as publicações impressas e de multimeios a cargo da instituição, sobretudo as produzidas por seu Núcleo de Comunicação Institucional.

2.1.4 - Opinar sobre pedidos de bolsas de estudos e auxílios financeiros para a realização de atividades de aprimoramento cultural e funcional.

2.1.5 - Propor, opinar, acompanhar e supervisionar a celebração de convênios, acordos de cooperação técnica, financeira, cultural, profissional e científica entre o Ministério Público e outras entidades.

2.1.6 - Propor, opinar, acompanhar e supervisionar a utilização, pelo Ministério Público, de tecnologias de comunicação interativas, tais como Internet e os serviços de correio-eletrônico, vídeo, teleconferências e programas radiofônicos.

2.1.7 - Supervisionar as ações de comunicação social, definindo, em conjunto com o Gabinete do Procurador-Geral e com suporte da Assessoria de Imprensa, metas e procedimentos afetos às relações da Instituição com os órgãos da mídia.

2.1.8 - Propor, opinar, supervisionar e acompanhar a realização de eventos de interesse cultural, tais como concertos, exposições de artes plásticas, espetáculos teatrais, etc., e dinamizar as atividades do Memorial do Ministério Público e supervisionar os registros fotográficos e cinematográficos dos principais eventos e solenidades promovidos ou apoiados pela Instituição.

2.1.9 - Acompanhar e supervisionar as atividades de estágio curricular e dos estagiários, como tal investidos na condição de órgãos auxiliares da Instituição.

2.2 - Cível, Fazenda Pública, Falências e Concordatas

2.2.1 - Reexaminar a intervenção do Ministério Público no processo civil, fixando novos parâmetros de interpretação do artigo 82, do respectivo Código, e especificamente de seu inciso III (interesse público pela natu-

reza da lide ou qualidade da parte), dimensionando uma visão social e coletiva.

2.2.2 - Desenvolver encontros e reuniões com os Promotores de Justiça da Comarca de Curitiba que atuam junto às Varas Cíveis, Varas de Família e Varas da Fazenda Pública para reestruturar a atuação do Ministério Público, formular nova redivisão de serviços e a implantação das Promotorias.

2.3 - Consumidor

2.3.1 - Coibir a comercialização de produtos de origem animal (carne, leite, ovos, etc), e seus derivados, que são impróprios ao consumo por serem de origem clandestina, ou seja, não provirem de estabelecimento devidamente inspecionado por uma das três esferas de fiscalização, serviços de inspeção federal, estadual ou municipal.

2.3.2 - Combater a produção e o comércio de produtos industrializados que não possuam registro no Ministério da Saúde, o que os tornam impróprios para o consumo.

2.3.3 - Verificar a qualidade e quantidade de produtos alimentícios formalmente regulares mas que, por vezes, podem apresentar vícios materiais que os tornam impróprios para o consumo ou lhes diminuem o valor.

2.3.4 - Adequar às exigências técnicas os locais onde haja aglomeração de pessoas em razão de uma relação de consumo, notadamente de lazer, tais como estágios de futebol, cinemas, espaços para eventos e exposições, etc.

2.3.5 - Aferir a qualidade e quantidade, relativamente aos parâmetros legais de serviços em geral e de serviços públicos, e adotar medidas contrárias à imposição de taxas e tarifas ilegais.

2.3.6 - Priorizar as questões criminais na área de defesa do consumidor.

2.3.7 - Atuar no sentido de impedir a comercialização de loteamentos irregulares e clandestinos, promovendo a responsabilização administrativa, cível e criminal dos envolvidos, contando, para tal, com a cooperação dos órgãos da administração pública.

2.3.10 - Verificar, permanentemente, a existência de autorização legal para a distribuição gratuita (promoções de empresa, direcionadas aos seus clientes) ou onerosa de prêmios (bingos).

2.3.11 - Atuar no sentido de coibir a venda de combustíveis adulterados ou através de bombas de abastecimento que registram menos combustível do que o colocado no veículo, bem como a formação de cartel, no que se refere aos preços praticados.

2.3.12 - Velar, no âmbito da propaganda e publicidade de produtos e serviços, pela correta informação ao consumidor.

2.3.13 - Combater a falsificação e a adulteração de medicamentos, bem como a comercialização de produtos com prazo de validade vencida, adotando, ainda, providências no sentido de adaptação de farmácias que funcio-

nam como minimercados, de maneira a separar os produtos farmacêuticos das outras mercadorias expostas à venda.

2.3.14 - Agir, efetivamente, nas representações endereçadas ao Ministério Público, que tenham por objeto a Defesa do Consumidor.

2.4 - Controle Externo da Atividade Policial

2.4.1 - Instituir banco de dados, mediante a criação de arquivo específico, das ocorrências que envolvam as atividades das Polícias Civil e Militar, englobando informações oriundas da Promotoria Especializada de Controle Externo da Atividade Policial da Comarca de Curitiba e das demais Promotorias de Justiça do interior do Estado, e bem assim dos registros de antecedentes dos integrantes das referidas corporações.

2.4.2 - Incrementar o sistema de controle externo da atividade policial, não o restringindo, unicamente, às inspeções ordinárias realizadas mensalmente nos órgãos policiais, mas buscando também mecanismos que permitam o cotejo das prisões efetuadas pela Polícia Militar com a instauração de inquéritos policiais e/ou a lavratura de autos de prisão em flagrante, a par da divulgação de um sistema de recebimento de denúncias, via telefone ou pessoalmente.

2.4.3 - Padronizar as ações de controle externo da atividade policial, sempre respeitada a independência funcional do membro do Ministério Público, de maneira que esse trabalho seja executado em ambiente de respeito entre Instituições, evitando atritos ou qualquer forma de exposição pessoal.

2.5 - Crianças e Adolescente

2.5.1 - Contribuir na implantação e operacionalização dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e Tutelares em todos os municípios paranaenses.

2.5.2 - Agilizar a apuração dos dados para averiguação da situação dos Conselhos de Direitos e Tutelares nos Municípios, com a tomada, pelas Promotorias da Infância e Juventude respectivas, das medidas administrativas e judiciais que se fizerem necessárias para garantir a plena efetivação das disposições estatutárias e constitucionais acerca da matéria.

2.5.3 - Propor medidas em nível administrativo ou judicial para tornar efetiva a garantia de prioridade absoluta para a área infanto-juvenil prevista na Constituição Federal.

2.5.4 - Priorizar a questão da educação, implementando mecanismos para assegurar o ingresso e controlar a permanência de todas as crianças e adolescentes na escola.

2.5.5 - Estimular a implantação, em nível de municípios ou comarca, de programas destinados ao atendimento qualificado e eficaz de adolescentes incursos na prática de ato infracional em meio aberto.

2.5.6 - Promover encontros regionais objetivando avaliar as maiores dificuldades encontradas no que con-

cerne à plena implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, buscando encontrar soluções e estratégias de ação para obtenção de tal desiderato.

2.5.7 - Acompanhar as atividades do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

2.5.8 - Auxiliar no combate ao trabalho infantil e exploração do trabalho do adolescente.

2.5.9 - Incentivar a implementação de programas municipais de renda mínima, bolsa-escola e assemelhados, destinados a atender as famílias das crianças e adolescentes.

2.5.10 - Apoiar campanhas visando obter contribuições para os respectivos Fundos Municipal e Estadual.

2.5.11 - Fomentar a criação de estabelecimentos regionalizados para viabilizar o cumprimento da medida de proteção em regime de abrigo e de medidas sócio-educativas em regime de semiliberdade e internação.

2.5.12 - Estimular e incentivar a realização de Conferências Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente em todos os municípios do Estado do Paraná, como preparativas das Conferências Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

2.5.13 - Instituir um Banco de Projetos relativos a programas de atendimento a crianças e famílias, quer na parte de prevenção, proteção e também sócio-educativos em meio aberto, bem como a criação de um “Banco de Ações Cíveis Públicas” em que constem modelos dessas ações e de termos de compromisso de ajustamento, de modo a auxiliar as medidas administrativas e judiciais a serem adotadas pelos Promotores de Justiça da Infância e Juventude nas respectivas comarcas.

2.6 - Criminal

2.6.1 - Comparecer ao maior número possível de reuniões dos Grupos de Estudos, especialmente para divulgar as atividades do Centro de Apoio, cujas ações, via de regra, são confundidas pelos integrantes das Instituições com as da Promotoria de Investigação Criminal, Promotoria Especializada de Controle Externo da Atividade Policial e do Grupo de Combate ao Crime Organizado.

2.6.2 - Manter contatos com os Grupos de Estudos, especialmente no sentido de consultá-los quanto aos temas sobre os quais desejam receber material específico ou que se prestem à realização de palestras, neste último caso, com o imprescindível concurso do CEAF e da Associação Paranaense do Ministério Público.

2.6.3 - Estabelecer canal de comunicação permanente com as Polícias Civil e Militar, objetivando aferir as áreas do Estado onde haja crescimento dos índices de criminalidade e os tipos de delitos praticados, repassando as informações aos Promotores de Justiça da respectiva região, a fim de que direcionem com maior eficiência as suas ações.

2.6.4 - Diligenciar junto a Centros de Apoio similares de outras unidades da federação, visando obter

material jurídico relevante que possa subsidiar os agentes do Ministério Público do Paraná.

2.6.5 - Atuar junto a órgãos policiais e repartições públicas municipais, estaduais e federais, em atendimento às eventuais solicitações dos membros da Instituição, de maneira a viabilizar a localização de endereços de testemunhas ou acusados, e bem assim a agilização na expedição de documentos necessários à instrução processual (laudos do IML, Polícia Técnica, certidões, etc.).

2.6.6 - Acompanhar, na imprensa, a divulgação de notícias e artigos jurídicos na área criminal, enviando-se o material aos agentes ministeriais, caso o conteúdo assim o recomende.

2.6.7 - Estimular a realização de encontros regionais objetivando o aprimoramento das técnicas de atuação do Promotor de Justiça no Tribunal do Júri.

2.7 - Direitos e Garantias Constitucionais

2.7.1 - Promover ações institucionais para garantias dos direitos fundamentais da pessoa - individuais e coletivos - previstos na Constituição Federal.

2.7.2 - Elaborar pesquisas teóricas e jurisprudenciais, preparar esboços de ações e material de apoio a serem enviados aos órgãos de execução.

2.7.3 - Encetar medidas judiciais e extrajudiciais, de natureza preventiva e corretiva, diante das diversas formas em que se expressa a discriminação em nosso País, bem como oferecer aos órgãos públicos, aos profissionais das áreas afins, às entidades prestadoras de serviço, aos reclamantes e a seus familiares.

2.7.4 - Intervir, judicial e extrajudicialmente, na mediação de conflitos fundiários urbanos e rurais, estabelecendo contatos e parcerias com órgãos públicos e entidades da sociedade civil.

2.7.5 - Contribuir no processo de implementação da polícia de Assistência Social nos municípios e no Estado do Paraná, objetivando a efetivação do sistema descentralizado e participativo previsto na Lei Orgânica de Assistência Social e na Norma Operacional Básica, especialmente no que concerne ao financiamento e ao controle social.

2.7.6 - Acompanhar e fiscalizar a polícia estadual e municipal de ensino fundamental, visando assegurar a correta aplicação dos recursos humanos, financeiros e materiais, em especial as verbas referentes ao Fundef, mediante atuação conjunta com a área do Patrimônio Público (Cível).

2.8 - Eleitoral

2.8.1 - Atuar no firme objetivo de reprimir o abuso do poder econômico e a propaganda eleitoral irregular.

2.8.2 - Estruturar a correspondente assessoria para, em período eleitoral, fornecer subsídios aos integrantes da Instituição.

2.9 - Execução Penal e Medidas Alternativas

2.9.1 - Exigir a materialização de uma política de Estado voltada à garantia dos direitos fundamentais das pessoas custodiadas nas cadeias públicas, principalmente no tocante à superpopulação carcerária decorrente da falta de vagas no sistema penitenciário, com a criação de sistema de controle e otimização das vagas existentes e capacitação dos profissionais que atuam junto às carcera-gens.

2.9.2 - Fomentar a atividade governamental direci-onada à abertura de novas vagas, a par da disponibiliza-ção de apoio técnico aos membros da Instituição, com o escopo de possibilitar uma efetiva fiscalização quanto ao cumprimento das penas e medidas de segurança, assim como a reinserção social do egresso.

2.9.3 - Estabelecer estratégias para atender às exi-gências da Lei nº 10.216/2001, pertinente ao modelo de atenção à saúde mental, especialmente no tocante à exe-cução das medidas de segurança e ao tratamento dos dependentes químicos no sistema penal.

2.9.4 - Incentivar a aplicação das penas e medidas alternativas, segundo os programas desenvolvidos pela equipe interdisciplinar do Caoepma, propondo a criação de centrais de apoio e acompanhamento em comarcas cuja demanda na matéria assim o recomende.

2.9.5 - Manter os programas de apoio técnico aos membros da Instituição, com o escopo de atender às con-sultas de natureza executório-penal, bem como o acesso às informações dos cadastros das Varas de Execução Penal, Copel e Detran.

2.9.6 - Dar continuidade ao programa de apoio e assessoria aos agentes do Ministério Público que atuam em âmbito recursal, desenvolvendo participação articu-lada e promovendo abordagens integradas na área especí-fica.

2.9.7 - Instituir um setor técnico para elaboração de quesitos e análise de perícia, especialmente dos exa-mes criminológicos, de dependência toxicológica e insa-nidade mental.

2.10 - Fundações

2.10.1 - Aproximar-se dos órgãos de execução de forma mais direta, de molde a melhor apoiá-los no desempenho das atividades relacionadas com a fiscalização das Fundações, utilizando, para tanto, meios de comunicação mais ágeis, dentre eles, a Internet.

2.10.2 - Promover o cadastramento de todas as Fundações (públicas e privadas) existentes no Paraná, através de sistema informatizado de cadastro, visando um efetivo levantamento e acompanhamento de quantas e quem são essas entidades, onde estão localizadas e que tipo de trabalho desenvolvem.

2.10.3 - Propor a revisão e atualização da Resolu-ção nº 563, da Procuradoria-Geral de Justiça que disci-plina a atuação das Promotorias de Justiça das Fundações.

2.10.4 - Normatizar e padronizar os procedimentos relativos às atividades relacionadas com a análise, apro-vação e cadastramento das Fundações em todas as comarcas do Estado.

2.10.5 - Viabilizar uma integração com outros órgãos e instituições públicas e privadas como, por exem-plo, universidades, federações, Assembléia Legislativa, Câmaras de Vereadores, Tribunal de Contas, Receitas Federal e Estadual e Centros de Apoio ou estrutura simi-lar de outros Estados da Federação.

2.10.6 - Disponibilizar material e apoio técnico às Promotorias de Justiça das Fundações de todo o Estado.

2.10.7 - Estreitar o relacionamento com outros Centros de Apoio cuja atuação se identifica com a do CAO das Promotorias de Justiça das Fundações (CAO das Promotorias da Criança e do Adolescente, CAO das Promotorias de Defesa dos Direitos do Idoso e CAO das Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente), no sentido de desenvolver ações conjuntas e intercâmbio de infor-mações.

2.10.8 - Propor a criação de comissão interdiscipli-nar de visita e inspeção às entidades, integrada por audi-tores, assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais, de maneira a permitir um diagnóstico mais completo sobre a situação e funcionamento de cada enti-dade.

2.11 - Idoso

2.11.1 - Estimular a criação dos Conselhos Muni-cipais dos Direitos do Idoso e acompanhar os respectivos trabalhos.

2.11.2 - Promover ações tendentes a dar efetiva-mente aos direitos à saúde, assistência familiar e social, priorizando as formas alternativas ao asilamento (tendo esta como exceção).

2.11.3 - Apoiar programas que visem a inserção ou reinserção do idoso no mercado de trabalho, a exclusão do preconceito, a materialização das respectivas políticas nacional, estadual e municipal e de sua integração plena na sociedade.

2.11.4 - Atuar no sentido de coibir a instalação e funcionamento de asilos clandestinos, bem como de esta-belecimento que, embora contem com autorização admi-nistrativa, não cumpram os requisitos legais mínimos de atenção ao idoso.

2.11.5 - Buscar, pelos meios possíveis, o aprimora-mento legal, tanto no que diz respeito ao funcionamento de estabelecimentos para idosos (requisitos, critérios, fis-calização e sanções), quanto à criminalização do precon-ceito e à política nacional e estadual dos direitos do idoso.

2.12 - Meio Ambiente

2.12.1 - Expandir as ações institucionais de prote-ção de matas ciliares e reservas legais, de repressão ao desmatamento e demais crimes ambientais, buscando a definição de planos setorializados por região.

2.12.2 - Buscar o implemento e aplicação de políticas de uso do solo agrícola, racionalização no emprego de agrotóxicos e saneamento básico.

2.12.3 - Estabelecer mecanismos que permitam exercer o controle sobre a fiscalização realizada pelos órgãos públicos.

2.12.4 - Fornecer dados técnicos e orientar acerca de questões que envolvam o dano ambiental decorrente da implantação de indústrias poluentes, com ênfase nas do setor automobilístico.

2.13 - Patrimônio Público - Cível

2.13.1 - Detectar o enriquecimento ilícito de agentes públicos, requisitando-se caso hajam indícios nesse sentido, informações do respectivo patrimônio aos órgãos competentes.

2.13.2 - Verificar sistematicamente a regularidade na admissão de servidores públicos.

2.13.3 - Atuar, em conjunto com o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, no acompanhamento e fiscalização das atividades do Fundef, visando o regular funcionamento da política de educação, especialmente quanto à correta aplicação dos correspondentes recursos.

2.13.4 - Velar pela observância da Lei de Responsabilidade Fiscal, providenciando certidão de condenação de administradores públicos pelo Tribunal de Contas, a fim de promover a execução de multa e adotar outras medidas eventualmente cabíveis na espécie.

2.13.5 - Viabilizar a realização de convênios com órgãos públicos, visando dotar o setor de auditoria de instrumentos mais céleres na instrução de procedimentos investigatórios.

2.14 - Patrimônio Público - Criminal

2.14.1 - Agir na prevenção e repressão dos crimes contra a Administração Pública, protegendo o patrimônio público.

2.14.2 - Informatizar e integrar os dados cadastrais dos Centros de Apoio do Patrimônio Público (Cível e Criminal), de maneira a facilitar consultas e acompanhar as respectivas investigações.

2.14.3 - Viabilizar um mecanismo que possibilite o acesso às cópias dos contratos sociais arquivados na Junta Comercial.

2.14.4 - Maximizar o rendimento do setor de sonegação fiscal, colocando-se em prática as disposições da Norma Conjunta nº 01/2001.

2.15 - Pessoa Portadora de Deficiência

2.15.1 - Incentivar a criação de Conselhos Municipais de Pessoas Portadoras de Deficiência e acompanhar os respectivos trabalhos.

2.15.2 - Atuar no sentido de garantir o direito ao trabalho da pessoa portadora de deficiência, principalmente no tocante à sua inserção ou reinserção no mer-

cado laboral, privado e público, intervindo, neste último caso, para o estabelecimento de critérios de admissão, fiscalizando o correto preenchimento das vagas reservadas.

2.15.3 - Intentar medidas garantidoras do direito à saúde, inclusive no que pertine à concessão, pelo Poder Público, de próteses e órteses, bem assim no tocante à assistência social, habilitação, reabilitação, integração social e educação especial.

2.15.4 - Viabilizar, judicial ou administrativamente, o direito à acessibilidade plena, especialmente no que diz com a remoção de barreiras arquitetônicas e de comunicação.

2.15.5 - Buscar, pelos meios possíveis, o aprimoramento legal referente à criminalização do preconceito, bem como o estabelecimento de política dos direitos da pessoa portadora de deficiência, no âmbito estadual, e a regulamentação adequada acerca da acessibilidade nas esferas estadual e municipal.

2.16 - Saúde Pública

2.16.1 - Enfatizar a importância da intervenção do Ministério Público no sentido de dar efetivamente às normas que disciplinam o Sistema Único de Saúde - SUS, promovendo as medidas necessárias visando garantir aos beneficiários, o acesso aos respectivos serviços.

2.16.2 - Atuar prioritariamente em áreas de planejamento familiar, transplantes, controle de infecção hospitalar, internamento psiquiátrico compulsório, controle de bancos de sangue, intervindo para propiciar efetivo acesso da população aos serviços de saúde pública e sua prestação gratuita.

2.16.3 - Interagir com os Conselhos Estadual e Municipal de Saúde, Conselho Federal de Medicina, Conselho Regional de Medicina, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria Municipal da Saúde e Ministério da Saúde.

2.16.4 - Desenvolver trabalho visando o cumprimento do Código de Saúde do Estado e dos municípios.

2.16.5 - Perquirir a responsabilidade penal, civil e administrativa decorrente da prática de infrações sanitárias.

2.16.6 - Direcionar ações no sentido de que o Poder Público atenda toda a demanda de unidades de terapia intensiva dos recém-nascidos, face a insuficiência de leitos em nosso Estado.

2.17 - Saúde do Trabalhador e Reparação do Dano Resultante de Crime

2.17.1 - Promover medidas coletivas de proteção ao meio ambiente do trabalho, visando a instauração, se necessário, de Procedimentos Investigatórios Preliminares (PIP), bem como a propositura de ações individuais de indenização pelo direito comum, através da participação no Comitê Estadual de Investigação de Óbitos e Amputações relacionadas ao Trabalho, envolvendo os promotores de Justiça do interior e agentes da vigilância sanitária dos municípios.

2.17.2 - Provocar o INSS no sentido de que o órgão intente ações regressivas previstas pela Lei nº 8213/91, monitorando os autos com sentença condenatória oriundos da Promotoria e fiscalizando o trâmite regular de tais ações.

2.17.3 - Coibir a fabricação e a comercialização de máquinas que não atendam às normas regulamentares (Ministério do Trabalho e Código de Defesa do Consumidor) relativas à proteção da saúde do trabalhador, desenvolvendo estratégias em parceria com a Promotoria de defesa do Consumidor.

2.17.4 - Promover, em conjunto com outros órgãos que atuam na área, a elaboração, confecção e distribuição de cartilhas e folders sobre saúde do trabalhador, apontando legislação pertinente, medidas de prevenção e acesso aos serviços oferecidos pelas Promotorias e outros setores.

2.17.5. Participar das atividades das Comissões Estaduais e Municipais de Saúde do Trabalhador, acompanhando o desenvolvimento de seus trabalhos e mantendo informados a Promotoria e Centro de Apoio, de modo a garantir a efetiva atuação do Ministério Público neste espaço de controle social.

2.17.6. Incentivar e oferecer suporte técnico à criação e implementação de um programa de Prevenção de Riscos no Ambiente de Trabalho do Ministério Público na Comarca de Curitiba, tendo em vista que a instituição tem a incumbência legal de proteger o bem jurídico "Saúde do Trabalhador" e o dever de revelar uma postura exemplar nessa seara.

2.18. Promotoria de Investigação Criminal (Grupo Especial de Repressão ao Crime Organizado - Gerco - Grupo Especial de Repressão ao Narcotráfico - Gerna.

2.18.1. Instituir e regulamentar "arquivo público", a ser instalado nas dependências da Promotoria de Investigação Criminal, mediante a utilização de equipamentos de informática e outras formas de registro, com a imposição de restrição de acesso, nos moldes da lei específica.

2.18.2. Intermediar, nos procedimentos sob a responsabilidade da PIC, Gerco e Gerna, o encaminhamento e o acompanhamento de pessoas pretendentes à inserção no Programa Federal de Proteção de Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, na forma da Lei nº 9807/99.

2.18.3. Aperfeiçoar os trabalhos de investigação em parceria com os policiais militares lotados no Gerco e no Gerna, realizando reuniões periódicas e buscando meios para o enfrentamento do combate a criminalidade.

2.18.4. Desencadear ações tendentes a reprimir o crime organizado e o narcotráfico, com, ênfase especial para os trabalhos já iniciados nas seguintes áreas: roubo de cargas, furto e roubo de veículos (repressão aos "desmanches"), lavagem e/ou oscilação de bens auferidos por organizações criminosas e narcotráfico, tráfico de entorpecentes e crimes de grande repercussão social que exijam especial atenção nas investigações.

2.18.5 Acompanhar ou instalar procedimentos investigatórios referentes a crimes perpetrados por policiais civis ou militares, no exercício das respectivas funções, sempre que se verificar a necessidade.

2.18.6. Redimensionar o setores administrativos da Promotoria de Investigação Criminal, tendo em vista o expressivo aumento de suas atribuições mediante proposição de complementação de seu quadro funcional.

2.19. Promotoria de Justiça das Comunidades.

2.19.1. fomentar, junto a escolas, creches e associações comunitárias, ações de conscientização sobre temas do cotidiano, tais como o combate à violência (inclusive doméstica) formas de evitar o contato com drogas, abandono infantil, situação dos filhos de pais separados, reconhecimento voluntário de paternidade, etc.

2.19.2. Estabelecer novas parcerias de trabalho com entidades de classe, órgãos públicos e instituições de ensino.

2.19.3. Instituir novas Promotorias em bairros ainda não atendidos.

2.19.4. Dar ênfase às questões referentes aos interesses difusos e coletivos.

2.19.5. Adequar o atendimento prestado nas Promotorias de Justiça das Comunidades às atribuições previstas na Resolução nº 701/95 ou, então, retificar referida Resolução ampliando o rol de atuação.

2.19.6. Regularizar, mediante termo de cooperação com órgãos públicos, o serviço de assistência judiciária gratuita destinado ao acompanhamento das ações judiciais intentadas pela Promotoria.

Curitiba, maio de 2001.

(a) MARCO ANTONIO TEIXEIRA
Procurador Geral de Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 42/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 42/2002, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, cria no quadro dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, Lei 11.455/96), os cargos de provimento em comissão e os cargos de provimento efetivo, conforme especifica.

Em março de 2002 foram promovidas diligências.

Em 10 (dez) de setembro de 2002, este relator recebeu o Ofício 1205 da Exma. Sra. Maria Tereza Utile Gomes, Procuradora-Geral de Justiça do Estado.

Conforme pronunciamento 277 do Ministério Público do Estado do Paraná, em 4 de julho de 2002, e a requerimento desta Comissão Permanente, foi determinado o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, juntando-se ao processo o relatório de impacto financeiro.

Nos termos do parecer 893/2002-AJ, "o Departamento Financeiro, de sua vez, informou que o "limite para despesa de pessoal estabelecido no artigo 20,

inciso II, letra d, da referida lei Complementar, definido em 2% (dois por cento) para o Ministério Público, não será desrespeitado, visto que a Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2003, demonstrada no cálculo a seguir, comporta a despesa em questão”, ou seja, os R\$2.496.277,73 correspondentes ao impacto financeiro representam apenas 0,034% da Receita Corrente Líquida.

Também no referido parecer, ficou definido que não existe previsão orçamentária para a criação dos cargos e que esta previsão orçamentária para a criação dos cargos e que esta previsão será feita na Lei Orçamentária para 2003.

Cabe salientar que a Lei de Responsabilidade Fiscal não exime o Ministério Público de atender aos respectivos termos, o que não afeta a autonomia administrativa e financeira do órgão. Trata-se de dinheiro público e como tal deve ser tratado, não restando a nenhum órgão ou poder desobedecê-la a pretexto da importância do trabalho que desenvolve.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 42/2002.

Sala das Comissões, em 26.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 42/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria da egrégia Procuradoria-Geral de Justiça, que cria 96 (noventa e seis) cargos de provimento em comissão símbolo DAS-4, de Assessor Jurídico: 01 (um) cargo de provimento em comissão, símbolo DAS-4, privativo de Médico do Trabalho; 20 (vinte) cargos de provimento efetivo de Auditor; 01 (um) cargo de provimento efetivo de Engenheiro Florestal; 01 (um) cargo de provimento efetivo de Químico e 01 (um) cargo de provimento efetivo de Engenheiro de Segurança.

A Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente à aprovação do projeto de lei em questão.

No que compete a esta Comissão de Finanças se manifestar, cabe-nos salientar que as despesas decorrentes da execução da medida legislativa aqui proposta correrá por conta da dotação orçamentária do Ministério Público do Paraná.

Outrossim, de acordo com o parecer apresentado pelo próprio autor do projeto, o limite legal de 2% (dois por cento) destinado ao Ministério Público pela Lei de Responsabilidade Fiscal não será desrespeitado, visto que a Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2003, comporta os gastos em questão, que representarão 0,034% da mesma Receita, conforme o relatório de Impacto Financeiro apresentado.

Desta forma é o nosso parecer favorável, na forma em que se apresenta.

Sala das Comissões, em 27.11.2002

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/2002, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que cria 02 cargos de Procurador de Justiça e 12 de Promotor de Justiça Substituto em Segundo Grau. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 043/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam criados 14 (catorze) cargos no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná, sendo 02 (dois) de procurador de Justiça e 12 (doze) de Promotor de Justiça Substituto em Segundo Grau, para o exercício das atribuições de segundo grau e de coordenação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correção à conta de dotação orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 3º - O preenchimento dos cargos criados por esta lei, assim como qualquer aumento de despesa dele decorrente, ficam condicionados aos limites previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 05 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e à autorização específica do Colégio de Procuradores de Justiça, por maioria absoluta de seus membros.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.2002

(a) PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto propõe a criação de 14 (catorze) cargos no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná, sendo 02 (dois) de Procurador de Justiça 12 (doze) de Promotor de Justiça Substituto em Segundo Grau, para o exercício das atribuições de segundo grau e de coordenação, com vistas à adequação da sua estrutura ao novo Código de Organização e Divisão Judiciária cujo Projeto de Lei foi submetido à elevada apreciação dessa augusta Casa de Leis.

À presente proposta encontra amparo nos art. 43, parágrafo único da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná), verbis: “A criação de cargos de membros de segundo grau do Poder Judiciário, importará na imediata proposta de criação de cargos de Procurador de Justiça, nos termos do *caput* deste artigo”.

É certo que a presente criação de cargos não está prevista na Lei Orçamentária para o ano de 2002 (Lei nº 13.386, de 21.12.00) o que, em tese configuraria óbice ao respectivo processo legislativo, nos termos do art. 169 § 1º da Constituição Federal. Todavia o colendo Supremo Tribunal Federal atenuando o rigor literal desta norma constitucional, assentou que é a execução da lei que cria cargos que está condicionada às restrições previstas e não o seu processo legislativo”, acrescentando que a falta de autorização nas leis orçamentárias torna inexecutível o cumprimento da lei no mesmo exercício em que editada mas não no subsequente”. (ADInMC nº 1.428-SC. TP. rel. Min. Maurício Corrêa. j. 01.04.96). Está é, a propósito, a razão da inclusão do art. 4º no Anteprojeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 43/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei 43/2002, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, cria 02 cargos de procurador de Justiça e 12 de promotor de Justiça Substituto em Segundo Grau.

Em março de 2002 foram promovidas diligências.

Em 10 (dez) de setembro de 2002, este relator recebeu o Ofício 1204 da Exma. Sra. Maria Tereza Uille Gomes, Procuradora-Geral de Justiça do Estado.

Conforme pronunciamento 276 do Ministério Público do Estado do Paraná, em 4 de junho de 2002, e a requerimento desta Comissão Permanente, foi determinado o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, juntando-se ao processo o relatório de impacto financeiro.

Nos termos do Parecer 894/2002- AJ, “o Departamento Financeiro, de sua vez, informou que o limite para despesa de pessoal estabelecido no artigo 20, inciso II, letra d, da referida Lei Complementar, definido em 2% (dois por cento) para o Ministério Público, não será desrespeitado, visto que a Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2003, demonstrada no cálculo a seguir comporta a despesa em questão”, ou seja, os R\$1.999.435,20 correspondentes ao impacto financeiro representam apenas 0,027% da Receita Corrente Líquida”.

Também no referida Parecer, ficou definido que não existe previsão orçamentária para a criação dos cargos e que esta previsão será feita na Lei Orçamentária para 2003.

Cabe salientar que a Lei de Responsabilidade Fiscal não exige o Ministério Público de atender aos respectivos termos, o que não afeta a autonomia administrativa e financeira do órgão. Trata-se de dinheiro público e como tal deve ser tratado, não restando a nenhum órgão ou poder desobedecê-la a pretexto da importância do trabalho que desenvolve.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 43/2002.

Sala das Comissões, em 26.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 43/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria da Egrégia Procuradoria-Geral de Justiça que cria 14 (quatorze) cargos, no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná, sendo 02 (dois) de Procurador de Justiça e 12 (doze) de Promotor de Justiça Substituto em Segundo Grau, para o exercício das atribuições de segundo grau e de coordenação.

A Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente à aprovação do projeto de lei em questão.

No que compete a esta Comissão de Finanças se manifestar, cabe-nos salientar que as despesas decorrentes da execução da medida legislativa aqui proposta correrá por conta da dotação orçamentária do Ministério Público do Paraná.

Outrossim, de acordo com o parecer apresentado pelo próprio autor do projeto, o limite legal de 2% (dois por cento) destinado ao Ministério Público pela Lei de Responsabilidade Fiscal não será desrespeitado, visto que a Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2003, comporta os gastos em questão, que representarão 0,027% da mesma Receita, conforme o Relatório de Impacto Financeiro apresentado.

Desta forma, é o nosso parecer Favorável, na forma em que se apresenta.

Sala das Comissões, em 27.11.2002

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que institui o Sistema Paranaense de Identificação e Certificação de origem Bovina e Bubalina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 076/2002, de 05.06.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 405/2002

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 405/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, tem por objetivo instituir o Sistema Paranaense de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina.

Chamada esta Comissão a se manifestar, entendemos que a matéria em tela vem de encontro ao que esta-

belece a Instrução Normativa nº 001 de 09 de fevereiro de 2002 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (em anexo).

Sendo o nosso parecer favorável à sua normal tramitação nesta Casa de Leis. É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 405/2002

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, tem por objetivo instituir o Sistema Paranaense de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina.

Tal propositura mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Saúde, chamada a opinar verificou que tal propositura vem ao encontro do estabelecido na Instrução Normativa nº 001 de 09 de fevereiro de 2002 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.2002.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 618/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a compensar os débitos decorrentes de ativos do Banestado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (Publ. no DA nº 114/2002, de 09/09/2002).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETOS DE LEI NºS 618 e 628/2002

P A R E C E R :

Os presentes projetos de lei, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão e do Poder Executivo, visam autorizar o Poder Executivo a compensar os débitos decorrentes de ativos do Banestado.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa anexa.

Sala das Comissões, em 26.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AOS
PROJETOS DE LEI NºS 618 E 628/2002

Art. 1º - O Poder Executivo compensará os débitos decorrentes de contratos de financiamento com o Fundo

de Desenvolvimento do Estado - FDE, pendentes de pagamento e de ativos adquiridos pelo Estado do Paraná, do Banco do Estado do Paraná S.A., por força do Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob condição, celebrado em 30 de junho de 1.998, entre a União e o Estado do Paraná, com a interveniência do Banco Central do Brasil, com precatórios, contra a Fazenda Pública Estadual e suas autarquias, pendentes de pagamento.

§ 1º - O precatório, para fins de compensação, deverá ser expedido, processado, deferido e registrado pelo Tribunal competente, não podendo sobre o mesmo haver pendência de recurso judicial, salvo a de recurso recebido apenas no efetivo devolutivo contra sentença que julgou improcedentes embargos à execução.

§ 2º - O valor do precatório será atualizado monetariamente e haverá a incidência de juros até o momento da efetiva compensação, respeitando-se os critérios de sentença judicial.

§ 3º - Para efeitos desta lei, o precatório, a critério de seu titular ou sucessor nos termos da lei civil, poderá ser cedido, por instrumento público, integral ou parcialmente, a terceiros detentores de débitos com o Estado do Paraná, advindos do contrato referido no artigo 1º desta lei.

§ 4º - Não se exigirá caução ou garantia do cessionário, ou do cedente, como condição para o deferimento do pedido de compensação.

§ 5º - Deferido o pedido de compensação, o titular do precatório ou cessionário, no prazo de 5 (cinco) dias, requererá ao juiz da execução, à homologação da Sessão.

Art. 2º - Os requerimentos para compensação serão protocolado na Agência de Fomento do Paraná S/A, gestora dos ativos do Estado do Paraná descritos no artigo anterior e sujeitar-se-á a exame de admissibilidade pela Procuradoria Geral do Estado, a qual poderá, em até 05 (cinco) dias contados desse protocolo, indeferir-lo fundamentalmente.

Art. 3º - O pedido de compensação, será posteriormente analisando pela Agência de Fomento do Paraná S/A, com posterior encaminhamento ao Comitê de Gestão e Controle, criado pelo Decreto nº 3.764, de 23 de março de 2001, para apreciação e aprovação e posterior encaminhamento para homologação da decisão pelos órgãos competentes.

§ 1º - Para efeito de atualização dos valores das dívidas, serão usados os parâmetros estabelecidos pelos Decretos nºs 3.764, de 23 de março de 2001 e 5.100 de 05 de dezembro de 2001.

§ 2º - A compensação com a utilização de precatório fica limitada a 90% (noventa por cento) do valor atualizado da dívida.

Art. 4º - A extinção dos débitos pela compensação, realizada na forma desta lei, não dispensará o executado

do pagamento das despesas processuais e tampouco dos honorários advocatícios devidos, se for o caso, devendo a análise e decisão serem definidas pelo Comitê de Gestão e Controle.

Art. 5º - A compensação, nos termos desta lei, não será considerada para efeitos de repasse de valores para a União, uma forma de arrecadação de valores.

Art. 6º - O direito de compensação restringir-se-á aos requerimentos protocolados junto à Agência de Fomento do Paraná S/A, até 360 (trezentos e sessenta) dias a partir da publicação desta lei.

Art. 7º - Para fins desta lei, fica autorizada a assunção, pela Fazenda do Estado, de créditos contra suas autarquias.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETOS DE LEI NºS 618 e 628/2002

P A R E C E R :

Os projetos de lei em análise, de autoria do deputado Hermas Brandão e do Poder Executivo, respectivamente, que autorizam o Poder Executivo a compensar os débitos decorrentes de ativos adquiridos pelo Estado do Paraná, do Banco do Estado do Paraná S/A, por força do Contrato e Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob condição, celebrado em 30 de julho de 1.998, entre a União e o Estado do Paraná, com a interveniência do Banco do Estado do Paraná S/A e do Banco Central do Brasil, com precatórios, contra a Fazenda Pública Estadual e suas autarquias, pendentes de pagamento.

A Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente à aprovação dos mesmos, seguindo o posicionamento da Comissão de Constituição e Justiça.

Assim sendo, é o parecer favorável, na forma da Emenda Substitutiva apresenta e aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 27.11.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2592, de autoria do deputado Edson Strapasson, com apoio dos deputados Eli Ghellere, Neivo Beraldin, Antonio Anibelli e da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão. **Rejeitado.**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente,...

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

V. Exa. colocou em votação o item 18, sobre o qual o deputado Strapasson solicitou a retirada por uma Sessão?

Agradeço a V. Exa. pelo esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

O deputado Durval Amaral pediu verificação de votação do requerimento.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, tendo em vista o presente projeto de lei - que me parece bastante complexo para ser analisado de pronto, requeiro a V. Exa. que solicite as informações prestadas, na questão da Prestação de Contas do Banestado de 1998. O T.C. do Estado deve ter a Prestação de Contas de 98 e a partir daí nós poderemos formar juízo em relação a essa matéria.

É o requerimento que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Nós vamos fazer a solicitação que o Tribunal nos remeta imediatamente essas informações solicitadas por V. Exa.

Em votação o requerimento.

O SR. NEIVO BERARDIN

Eu não quero discordar de V. Exa. e também requeiro ao deputado Durval, que esse assunto já foi adiado para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Não houve manifestação. Está sendo colocado em votação. Será feita a verificação de votação.

O SR. NEIVO BERARDIN

Requeiro de V. Exa., na condição de presidente, se V. Exa. pode fazer com que o Tribunal de Contas informe a esta Casa dentro de 24 horas.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Posso fazer a solicitação; não posso determinar.

O SR. NEIVO BERARDIN

Mas acho que esta Casa tem que ter conhecimento da análise técnica.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Faremos a solicitação ainda hoje, nobre deputado.

O SR. EDSON STRAPASSON (Para Encaminhar)

Senhor presidente, havia inicialmente solicitado a retirada de pauta por um período maior e até em entendimento com a Presidência, nós optamos em pedir a retirada de pauta por apenas uma Sessão, para que até amanhã, nós, que tivemos conhecimento hoje diretamente desse projeto, pudéssemos avaliar. Tem uma equipe do governo que, neste momento, encontra-se em São Paulo, juntamente com o Requião e alguns deputados.

Gostaria de dizer o seguinte: é de bom alvitre, deputado Durval Amaral, que nós aprovássemos, no mínimo o requerimento, para que até amanhã tomássemos conhecimento, sob pena de esta Casa se manifestar, de uma forma até suspeita, na medida em que nós não queremos dar o prazo de um dia, para que possamos tomar conhecimento de um projeto que permite o pagamento de dívidas perante o Estado, com precatório. E é evidente que não queremos, aqui, colocar em suspeição ninguém. Queremos apenas esclarecer que este projeto é bom para o Estado do Paraná.

Evidentemente o Plenário vai se manifestar e nós, logicamente, usaremos os recursos regimentais para que possamos, aí, ter as informações e o tempo necessário para avaliar em profundidade um projeto que mexe com as finanças do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só para fazer um esclarecimento aos parlamentares. Os projetos que se referem à área tributária, todos que estão sendo colocados na pauta, foram discutidos com a futura equipe econômica do governo Roberto Requião.

Assumimos um compromisso com essa equipe de transição e com a futura equipe econômica, no sentido de, antes de colocarmos na pauta, aqui, daríamos ciência à equipe econômica do futuro governo. Isso foi feito e tivemos, na realidade, não a concordância, porque não há necessidade de concordância de qualquer setor estranho a esta Casa, mas tivemos o apoio também da equipe para este projeto.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Tinha conhecimento desse entendimento e este é um projeto, inclusive, de autoria do presidente desta Casa.

Quero fazer um apelo ao deputado Edson Strapasson. Como houve essa solicitação de retirar por apenas uma sessão, hoje estamos votando tão somente a constitucionalidade e amanhã haverá tempo hábil para apresentação de emendas. Que votemos, hoje, a constitucionalidade, e deixemos para amanhã a apresentação de emendas, se houver necessidade, para que o projeto possa se adequar à pretensão de V. Exa. ou de outros parlamentares desta Casa, razão pela qual insisto na votação do requerimento e na votação do projeto.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, acredito que uma sessão não vai ser nenhum obstáculo para que este projeto tramite e seja aprovado com emendas ou sem emendas ou sem emendas aqui nesta Casa. O projeto original é autorizatório. No entanto, a emenda substitutiva do deputado Plauto não é autorizatória; ela determinará que o Estado compensará. Acho que se votarmos hoje a constitucionalidade e amanhã, de forma imediata com as emendas, estaremos assim prejudicando a discussão do projeto.

Eu gostaria de manter o requerimento, já que reduzi de 10 para uma Sessão. Não existe nenhum objetivo de impedir a tramitação; é apenas uma sessão, e como reduzi para uma Sessão eu entendo que devo manter o meu requerimento e a Assembléia vota.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação o requerimento do deputado Edson Strapasson.

15 deputados aprovam; 18 rejeitam o requerimento. **Rejeitado.**

Em votação o projeto...

Procederemos à verificação de votação a pedido do deputado Neivo Beraldin. Antes, porém, chamada nominal, a pedido do deputado Edson Strapasson.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Zuk)
(Procede à chamada nominal dos deputados)****O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

32 deputados responderam à chamada. Há quórum para votação.

Os deputados que aprovam o projeto, pela sua constitucionalidade, permaneçam como estão.

Aprovado.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2594, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2572, de autoria do deputado Caíto Quintana, com apoio do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2580 e 2581, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2583, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2585-A, de autoria do deputado Duflío Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2586, de autoria do deputado Marcos Isfer, com apoio do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2587 e 2589, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2584 e 2585, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. **Retirados pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 342, 503, 564, 660 e 675/2002.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 597/2001 e 383/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 042, 043, 405 e 618/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 286/2000; 692/2001; 073, 103, 111, 281, 287, 333, 700/2002, e dos Projetos de Resolução n°s 023 e 026/2002.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE ALIMENTOS

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de novembro de dois mil e dois, às nove horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimentos, no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado, sob a presidência do deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Cezar Silvestri, Luciana Rafagnin, Pastor Edson Praczyk, Duílio Genari, Algaci Tulio e Ademir Bier. Dando início aos trabalhos, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, chamando para compor a Mesa o secretário da Agricultura, Deni Schwartz, dentre outros. Foram ouvidos os representantes da Câmara Setorial da Piscicultura, e representantes da Associação de Pescadores de Matinhos, que relataram as dificuldades que o setor está encontrando, pedindo à CPI providências. Demais comentários e discussões sobre a crise dos piscicultores foram realizados, tudo conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata, que vai assinada

por ele e por mim, Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE ALIMENTOS

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e dois, às dez horas, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimentos, na Sala do Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado, sob a presidência do deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Cezar Silvestri, Duílio Genari e Ademir Bier. Dando início aos trabalhos, o senhor presidente sugeriu acompanhar os itens da resolução para elaborar o relatório final. Após foram comentados e discutidos os saldos positivos da CPI dos Alimentos; dentre eles: a reativação da Câmara Setorial da Suinocultura, redução de base de cálculo do ICMS, programa de incentivo ao consumo de carne suína, prazos para 2005, Portaria 56, repercussão nacional, decisão do Tribunal de Justiça, derrubando os descontos usados pelo supermercado Sonae, dentre outros avanços citados. Foi ainda comentado sobre as propostas de projetos de lei que deverão ser apresentados, um deles proibindo os descontos praticados pelas grandes redes de supermercados no Paraná e outro alterando ICMS dos componentes, como resfriadores, etc. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata, que vai assinada por ele e por mim, Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE ALIMENTOS

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e dois, às nove horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimentos, no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado, com a presença do relator deputado Cezar Silvestri, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Luciana Rafagnin, Pastor Edson Praczyk, Duílio Genari e Ademir Bier. Dando início aos trabalhos, o senhor relator Cezar Silvestri agradeceu a presença de todos, comentando que a presente reunião contava com a presença dos sub-relatores de cada setor da cadeia produtiva. Passou então a ouvir as considerações finais sobre o relatório da CPI dos Alimentos, obtendo sugestões dos deputados presentes. Em seguida passou a palavra aos presentes, que elogiaram os trabalhos e avanços conquistados pela CPI

durante o seu período de instalação. Demais comentários foram realizados, tudo conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata, que vai assinada por ele e por mim, Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

Pedido de Adesão:

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PEDIDO DE ADESÃO

ANNIBAL DE SOUZA JÚNIOR, matrícula nº 40807, endereço: Rua Luiz Ledduc, bairro Vista Alegre, cidade: Curitiba, CEP 82100-010, Paraná, com remuneração mensal estimada de R\$484,04, CPF: 610.669.909-72, telefone: 9953-8538, data de nascimento: 07/12/1965.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 200, de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de nível 061.

Curitiba, 27.11.2002.
(a) ANNIBAL DE SOUZA JÚNIOR